



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Bruno Dallacort Zilli

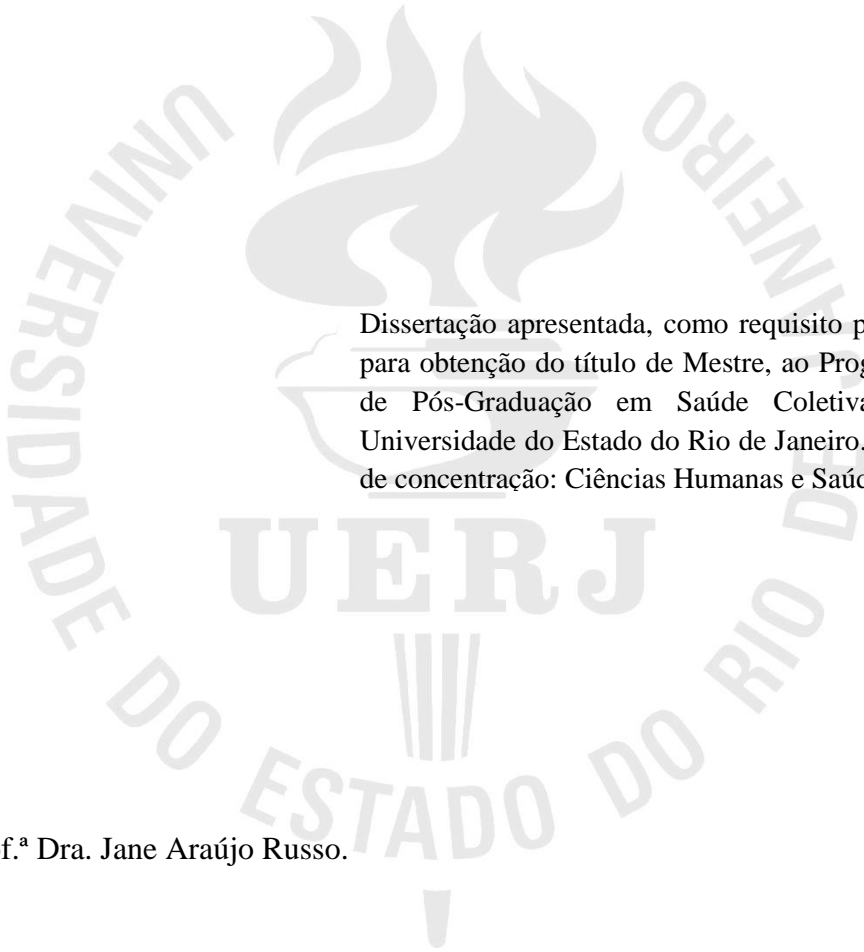
A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na internet e seu diálogo com a psiquiatria

Rio de Janeiro

2007

Bruno Dallacort Zilli

**A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na internet
e seu diálogo com a psiquiatria**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jane Araújo Russo.

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB-C

Z69 Zilli, Bruno Dallacort .
A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do
BDSM na Internet e seu diálogo com a psiquiatria / Bruno Dallacort
Zilli. – 2007.
95 f.

Orientador: Jane Araújo Russo.
Dissertação (mestrado) — Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Perversão sexual – Teses. 2. Comportamento sexual – Teses.
3. Internet (Redes de computação) – Teses. 4. Sexo (Psicologia) –
Teses. I. Russo, Jane Araújo. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 616.89-008.442

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada da fonte.

Assinatura

Data

Bruno Dallacort Zilli

**A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na internet
e seu diálogo com a psiquiatria**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 16 de abril de 2007.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Jane Araújo Russo (orientadora)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Ana Tereza Acatauassú Venâncio
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Prof. Dr. Maria Cláudia Pereira Coelho
Departamento de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Sérgio Luiz Carrara
Instituto de Medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2007

AGRADECIMENTOS

À Jane, que me formou na vida acadêmica. Agradeço por tudo, tudo mesmo.

À UERJ, ao IMS e ao CLAM, que me permitiram acesso aos recursos materiais e intelectuais necessários e imprescindíveis a esse trabalho.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

À Banca Examinadora, Ana Teresa Venâncio, Maria Cláudia Coelho, Sérgio Carrara, que me acompanham desde cedo na academia e que servem de inspiração.

Aos meus professores de graduação, por me ensinarem a ter paixão e dedicação pelas Ciências Sociais.

À Laura Moutinho, pelos importantes incentivos.

Ao professor Alan Giami, pelo reconhecimento do meu trabalho.

À equipe do projeto de pesquisa “A sexualidade nas classificações psiquiátricas”, Livi, Marina e Daniela.

Aos meus pais, por me proporcionarem todas as oportunidades possíveis.

À minha família, especialmente meus avós paternos Osvaldo e Iara, pelo carinho e pela crença no meu sucesso.

Ao Mestre A., pela sinceridade. É com muito respeito que realizei esse trabalho.

Aos amigos que estiveram presentes e me apoiaram durante essa difícil jornada.

Aos amigos que fiz na graduação, especialmente Tatiana, Felipe, Camila, Camila, Marcela e Victor. Pessoas com quem ser pedante, juntos.

À Ana Paula Vencato. 😊

À Silvia Aguião, por me ensinar a nunca ir embora.

Aos amigos do IMS: Cecília, Diana, Igor.

RESUMO

ZILLI, Bruno Dallacort. *A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na Internet e seu diálogo com a psiquiatria*. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

Esta investigação tem como objeto o discurso de legitimação de praticantes de condutas sexuais tradicionalmente classificadas como perversões, chamadas por seus adeptos de “BDSM” – sigla que descreve diversas práticas ou jogos sexuais: B é para *Bondage*, o par B & D para *bondage* e Disciplina. O par D & S para Dominação e Submissão, e o par S & M para Sadismo e Masoquismo. O BDSM liga-se ainda ao fetichismo. As definições de BDSM analisadas foram retiradas da Internet, cujas especificidades são abordadas. Para a contextualização histórica do objeto foi apresentada e discutida a construção médico-psiquiátrica das perversões sexuais. A análise do discurso BDSM e sua comparação com definições psiquiátricas indicaram a centralidade da noção de consentimento como argumento de legitimação e distinção de comportamentos patológicos, principalmente no diálogo com a psiquiatria contemporânea.

Palavras-chave: Sexualidade. Psiquiatria. Parafilia. Perversão. BDSM. Internet.

ABSTRACT

ZILLI, Bruno Dallacort. *Perversion domesticated*: a study of the BDSM legitimating discourse on the Internet and its dialogue with psychiatry. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

The object of this investigation is the legitimating discourse of the adherents of sexual practices traditionally classified as perversions, called BDSM by their adepts – which describes various practices or sexual games: B stands for Bondage, their pair B & D stands for bondage and Discipline, their pairs D & S stands for Domination and Submission, and the pair S & M stands for Sadism and Masochism. BDSM is also linked to fetishism. The definitions of BDSM analyzed were taken from the Internet, which had its specificities considered. The historic contextualization of the object is presented and discussed through the medical and psychiatric construction of sexual perversions. The analysis of the BDSM discourse and its comparison with historical psychiatric definitions indicates the central role the notion of consent plays in legitimating the practice of BDSM and in distinguishing it from pathological behaviors, in constant dialog with contemporary psychiatry.

Keywords: Sexuality. Psychiatry. Paraphilia. Perversion. BDSM. Internet.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APA	American Psychiatric Association
a.s.b.	Alt. Sex.bondage (uma lista de discussão)
BDSM	Bondage, Disciplina, dominação, Submissão, Sadismo & Masoquismo
CID	Classificação Internacional de Doenças
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Publicado pela APA
DSM I, II, etc.	Indica a edição do DSM
DSM III-R	DSM – Terceira edição Revisada
DSM-IV-TR	DSM quarta edição Texto Revisado
FAQ	Frequently Asked Question
NCSF	National Coalition for Sexua Freedom
OMS	Organização Mundial da Saúde
RACK	Risk Aware Consensual Kink (perversão consensual ciente do risco)
SSC	São, Seguro & Consentido; ou Sadio, Seguro e Consensual

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	EMERGÊNCIA DAS CATEGORIAS ‘SEXUALIDADE’ E ‘PERVERSÃO SEXUAL’	11
1.1	História da Medicina ou história da sexualidade ?	12
1.2	História da sexualidade	13
1.3	História da Ciência das Perversões	18
1.3.1	<u>A síntese psiquiátrica-sexológica de Krafft-Ebing</u>	20
1.3.2	<u>O domínio psiquiátrico das perversões</u>	25
1.3.3	<u>Freud e a mudança de significados da sexualidade e das ‘perversões’</u>	26
1.3.4	<u>As perversões pós-psicanálise</u>	31
2	DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE O SEXO NO SÉCULO XX	35
2.1	A <i>sex-research</i> norte americana e a ‘nova sexologia’	35
2.2	A redefinição psiquiátrica das perversões	43
3	METODOLOGIA	49
3.1	A Internet, novas formas de sociabilidade e metáforas do ser	50
3.1.1	<u>Virtualidade</u>	51
3.1.2	<u>O hipertexto</u>	54
3.2	Metodologia do levantamento, seleção e classificação de dados para análise	56
4	CONSENTIMENTO E LEGITIMAÇÃO	61
4.1	Características do discurso “Manual” BDSM	62
4.2	As atividades e a Comunidade BDSM	64
4.2.1	<u>A “cena” e os “personagens”</u>	64
4.2.2	<u>Os jogos</u>	66
4.3	Diversidade sexual e legitimação: o são, seguro e consentido e regulação através de comunidades	68

4.4	Diálogos com o “campo PSI”	71
4.4.1	<u>Categorias sobre a subjetividade</u>	71
4.4.2	<u>Psiquiatria e consentimento</u>	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	84
	GLOSSÁRIO	89
	ANEXO A – traduções de citações em língua inglesa	91
	ANEXO B – Lista de desvios/transtornos sexuais em três versões do DSN (II, III e IV)	92
	ANEXO C – Imagem do <i>site</i> ‘Desejo Secreto’	94
	ANEXO D – Imagem do <i>site</i> ‘Desejo Secreto’ o que é BDSM	95

INTRODUÇÃO

Este trabalho se originou no contexto do projeto de pesquisa “A Sexualidade nas Classificações Psiquiátricas”¹, cuja proposta era realizar um estudo comparativo das classificações publicadas pela Associação Psiquiátrica Americana, APA, em diferentes edições do influente Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM. O objetivo era examinar o impacto de alterações terminológicas e classificatórias nos transtornos ligados à sexualidade. A abordagem dessas transformações era tanto interna à psiquiatria, do ponto de vista das alternâncias teóricas que marcam seu desenvolvimento; quanto externo, do ponto de vista das mudanças sócio-culturais e políticas que marcaram o campo da sexualidade no século XX. A pesquisa selecionou para leitura fontes bibliográficas secundárias que enfocam a construção histórica de categorias médico-psiquiátricas sobre a sexualidade, e realizou um levantamento de fontes primárias do campo psiquiátrico em periódicos especializados.

Nas referências bibliográficas privilegiou-se o campo de estudo que aborda o papel da medicalização na formação de identidade sexuais, na linha teórica de Foucault (2001)². No levantamento das fontes primárias chamou atenção o tema dos distúrbios da sexualidade, como alguns estudos autorais do campo psiquiátrico que começam a questionar a patologização de certos comportamentos sexuais. Embora não seja central à psiquiatria atual, sua ressonância nos estudos acadêmicos da sexualidade é pertinente. Além disso, complementarmente às pesquisas históricas, estudos das ciências sociais³ apontam para uma complexa sub-cultura que conhece expansão e ganha força de representação político-identitária, tornando público um tipo de comportamento sexual que tradicionalmente era definido como uma patologia. Essa sub-cultura baseia-se na defesa de um estilo de vida e práticas sexuais chamadas BDSM que nas representações do senso comum estão associadas às antigas perversões sexuais como o sadismo, o masoquismo e o fetichismo.

O BDSM é um acrônimo utilizado pelo grupo identitário para nomear suas atividades e sintetiza uma variedade de práticas: B é para *bondage*, ou imobilização, geralmente com cordas ou algemas. O par B e D para *bondage* e disciplina, o uso de fantasias eróticas de castigos e punições; que ligam-se ao par D e S que representam

¹ Coordenada pela Prof.^a Jane Russo, e parte do projeto integrado “Sexualidade, Gênero e Família: continuidades e rupturas na experiência da pessoa moderna”. Participei da pesquisa no período entre Agosto de 2005 e Novembro de 2006.

² Ver bibliografia consultada.

³ Como o de Gregori (2004).

dominação e submissão. São fantasias de entrega ao parceiro sexual e jogos de representação de humilhação e violação. O par S e M representam sadismo e masoquismo, ou sadomasoquismo – o uso de dor como estímulo erótico. O BDSM envolve ainda práticas ligadas ao fetichismo. Esse acrônimo foi desenvolvido numa tentativa de englobar uma diversidade de atividades sexuais, unidas por duas características definidoras: são tradicionalmente classificadas como distúrbios sexuais e entre seus adeptos são regidas e definidas pelo respeito ao consentimento dos parceiros em fazer parte dessas relações. Atualmente nos manuais de psiquiatria estes comportamentos sexuais aparecem classificados como “Parafilias”, um subgrupo dos “Transtornos Sexuais e da Identidade de Gênero”. A exceção é a Pedofilia, uma parafilia que não é englobada pelo discurso que visa legitimar as práticas BDSM. Para acessar o discurso BDSM foi selecionado o ambiente virtual da Internet, espaço que se caracteriza pela facilidade de comunicação, a promessa do anonimato e a oportunidade de contatar indivíduos que partilham interesses em comum, o que o torna ideal para a formação de grupos identitários que criam comunidades virtuais. A análise do conteúdo e da troca de informações na Internet entre praticantes de BDSM revelou as relações entre discurso especialista e não-especialista sobre a sexualidade.

Assim, mantendo a abordagem comparativa, esta dissertação investiga o discurso BDSM, mapeando quais elementos utiliza para afirmar-se enquanto uma prática sexual legítima. A análise desse discurso é realizada a partir da teoria da sexualidade Foucaultiana, dos desenvolvimentos históricos no campo da psiquiatria sobre o tema dos distúrbios sexuais e das transformações nas concepções culturais e científicas da sexualidade. A análise do discurso BDSM e sua comparação com o psiquiátrico demonstrou a posição central que a noção de consentimento veio a ocupar atualmente na caracterização dos distúrbios psicosexuais e na distinção de suas diferentes manifestações. Tanto entre leigos quanto entre especialistas, o consentimento é entendido como o exercício e expressão da vontade individual em participar de uma atividade sexual. É o principal critério de distinção entre uma forma de sexualidade sadia e a forma patológica, tradicionalmente denominada perversão sexual. A maneira como o discurso BDSM lida com a definição médica sobre as perversões é um dado de maior importância para esta pesquisa. Uma análise preliminar indica que a classificação psiquiátrica é abordada e utilizada de forma a legitimar as práticas BDSM, não havendo embate com a medicina.

A dissertação organiza-se da seguinte maneira:

O **capítulo I** aborda a base teórica e histórica das noções de sexualidade e perversões. A história dos desenvolvimentos conceituais do século XIX inclui as primeiras definições da sexualidade e o fundamento de uma nomenclatura clássica para falar das perversões. Também diz respeito a esse tema a redefinição de significados atribuídos à sexualidade operada pela psicanálise na passagem do século. A base teórica é enunciada por Foucault, tratando a sexualidade como um dispositivo histórico ligado a uma forma de exercício do poder e na raiz de processos de individualização e subjetivação.

O **capítulo II** analisa as transformações nas concepções da sexualidade que ocorreram no século XX, ligadas à disciplina da sexologia e à reforma das classificações psiquiátricas operadas pela psiquiatria americana. A introdução de uma lógica igualitária e de representação política das identidades ligadas à sexualidade faz parte dessas transformações, ilustrada pelo caso da retirada da homossexualidade do rol dos transtornos sexuais.

O **capítulo III** aborda a metodologia do trabalho na Internet, considerando as características próprias desse espaço, a natureza do seu conteúdo textual e os critérios de levantamento e seleção de dados para análise.

O **capítulo IV** expõe o discurso BDSM propriamente dito, demonstrando como ele foi classificado para análise, ressaltando suas principais características e os elementos que remetem às concepções sobre a sexualidade que foram abordadas nos Capítulos I e II, incluindo uma comparação com o discurso psiquiátrico.

1 EMERGÊNCIA DAS CATEGORIAS 'SEXUALIDADE' E 'PERVERSÃO SEXUAL'

(meados do séc. XIX ao início do séc. XX)

Este capítulo procura localizar as 'perversões' no processo de explosão discursiva da sexualidade narrado por Foucault, que definiu identidades ligadas às formas de sexualidade não convencionais. A medicalização de desvios foi a tendência geral que caracterizou a interação entre medicina e sociedade durante o século XIX, enquadrando em termos médicos comportamentos estigmatizados ou problemáticos em relação à família tradicional. A psiquiatria foi especial agente deste processo, e sua tentativa de dar conta dos fenômenos sexuais limítrofes ou periféricos ao que tange à sexualidade conjugal levou à criação de personagens sociais definidos por suas 'perversões sexuais'. Suas condutas foram classificadas como 'desvios sexuais', e 'sadismo', 'masoquismo', 'fetichismo' e 'homossexualismo' são exemplos importantes de diagnósticos produzidos neste período.

A medicalização permitiu que indivíduos se identificassem com os novos diagnósticos, desenvolvendo uma concepção de si relacionada à classificação médica. É importante ressaltar da obra de Foucault a demonstração sobre a intrincada relação entre poder e prazer que incide sobre o desejo e que através de discursos e pela especificação dos sujeitos incorpora neles uma sexualidade. O discurso sobre a sexualidade muda a experiência privada dos indivíduos, e 'sexualidade' veio a se tornar algo mais que apenas sua atividade sexual, passando a fazer parte integral de sua identidade. Ao dar aos 'perversos sexuais' um nome e uma interpretação de seu comportamento a medicina também ajudou a moldar a experiência destes sujeitos. Não só um diagnóstico foi criado, mas uma nova 'espécie' de pessoa, um novo modo de ser pessoa.

Foucault demonstra que a medicina é um importante saber onde se forma o principal eixo semântico que vai criar e dar conta dos 'novos' personagens dos perversos e os fenômenos sexuais que os definem. O campo psiquiátrico e suas elaborações sobre o tema da sexualidade desviante ajudam a delimitar o objeto de estudo. Uma abordagem da progressiva produção do saber médico sobre a sexualidade, e especificamente sobre as perversões, será tratada pela revisão da obra de Lanteri, Laura. O autor demonstra as sucessivas formulações 'científicas' sobre as perversões, às quais permanece subjacente a formação de uma teoria geral da medicina sobre a sexualidade humana. Ele demonstra o papel que os desvios vão ocupar em cada passo

importante do desenvolvimento do saber médico-psiquiátrico e psicanalítico. Em sua obra é crucial o fato demonstrado de que um vocabulário para falar das perversões criado no século XIX cristalizou-se e continua em uso até hoje. E que da formulação freudiana no início do século XX em diante houve uma modificação do significado atribuído a esses fenômenos descritos sem que se modificasse a terminologia utilizada.

1.1 História da Medicina ou história da sexualidade ?

Não se pode deixar de apontar que há diferenças nas abordagens de Foucault e Lanteri-Laura. O estudioso da sexualidade Alain Giami comparou as duas obras, chamando a atenção para as distinções que podem ser traçadas entre os dois autores. Por um lado, Foucault trata da medicalização a propósito do dispositivo de sexualidade, considerando-a inscrita no desenvolvimento de tecnologias de poder. É na própria constituição da categoria sexualidade que Foucault constrói suas análises da medicalização. Entretanto, ligada à noção de *biopoder*, Foucault remete a sexualidade para além do campo da medicina, em sua gênese e em seu desenvolvimento. Portanto, a medicalização se desenvolve tanto pelo dispositivo de sexualidade quanto pela biopolítica. Por outro lado, a abordagem de Lanteri-Laura é intrínseca ao campo médico. Sua história é epistemológica e crítica da medicina e da psiquiatria, interessa-se pelos contextos em que a medicina fez das perversões sexuais seu campo de estudo e pela coerência lógica interna das formulações. Assim, seu objeto difere de Foucault principalmente por ser mais específico e delimitado, não sendo seu objetivo propor uma teoria geral da sexualidade. De fato, em sua obra a sexualidade aparece já constituída em outros registros (jurídico, moral, etc.).

Foucault e Lanteri-Laura se distinguem ainda pelo emprego do termo '*medicalização*' pelo primeiro e a expressão '*apropriação médica*' pelo segundo. Para Giami (2005) esta escolha de termos representa uma diferença no campo de análise:

“A noção de medicalização remete a uma problematização que ultrapassa o campo da medicina *stricto sensu*, e que faz pensar num processo de tipo centrífugo no qual as idéias, as práticas médicas e os valores médicos irradiariam o mundo social. Lanteri-Laura consagrou-se a um trabalho muito mais próximo de uma história da medicina e das influências ideológicas que guiaram a elaboração dos conceitos médicos e principalmente psiquiátricos, no que diz respeito às perversões sexuais. Ele representa um processo bem mais centrípeto de apropriação de domínios não-médicos no campo da medicina.” (Giami, 2005:278)

Tal comentário remete ao fato que o compromisso de Foucault em sua obra é a relação do dispositivo de sexualidade com a verdade:

“... relação que se opera através dos dispositivos de saber e de poder. (...) Foucault construiu uma teoria sistemática que encara a medicalização da sexualidade como constitutiva da própria idéia de sexualidade (os saberes), de sua organização social (o poder) e dos conteúdos de sua experiência (a verdade); integrou diferentes dimensões que constituíram o campo da sexualidade (normal e patológica, reprodutiva e não-reprodutiva).” (Giarni, 2005:278)

Portanto, para Foucault a medicina intervém na reinvenção⁴ do dispositivo de sexualidade num dado momento da história da sexualidade. Formulações específicas (como sobre as perversões) são linhas de força convergentes nesta história. Para Lanteri-Laura a medicina transforma em objetos médicos condutas já consideradas desviantes, através do desenvolvimento do conhecimento psiquiátrico e da redefinição destas condutas em perversões sexuais. Ele busca diferenciar os elementos que contribuiriam para o conhecimento desses fenômenos dos que permaneceriam influenciados por esferas extrínsecas ao campo de saber médico, uma distinção que não existe para Foucault.

1.2 História da sexualidade

Em “a vontade de saber”, o primeiro volume da “História da Sexualidade”, Michel Foucault aborda as relações entre vida, saber e a organização do poder na modernidade. A temática do poder é o eixo que conduz o argumento de Foucault, segundo o qual a emergência da modernidade se fez acompanhar de uma transformação nas formas de exercício do poder. Neste processo criou-se uma configuração hegemônica engendrando dispositivos e tecnologias de poder centrado em torno da vida, tendo o sexo como ponto de fixação. O poder sobre o sexo é exercido por uma incitação discursiva, intensificada pela idéia da repressão ao sexo. O exame da “hipótese repressiva” revela que a “colocação do sexo em discurso” não silencia ou censura, mas provoca e dissemina sexualidades polimorfos através da constituição de uma ciência da sexualidade. Foucault propõe refutar a idéia de que o sexo seja reprimido a partir da análise de uma corrente geral de discursos sobre a sexualidade a partir do século XVII, e

⁴ O dispositivo de sexualidade é anterior à medicalização, pois segundo Foucault a técnica da confissão católica – que pede aos sujeitos que analisem e revelem seus desejos ao confessor – já é uma primeira manifestação do dispositivo de sexualidade.

determinar os mecanismos de “poder-saber-prazer” que sustentam estes discursos. Aborda como o poder atinge as condutas individuais e o desejo, penetrando e controlando o prazer e engendrando tanto efeitos negativos (recusa, bloqueio, desqualificação) quanto positivos (incitação, intensificação). O autor identifica uma “explosão discursiva”, que é uma multiplicação de discursos sobre o sexo no campo do poder e de uma economia restritiva dos enunciados (quem, onde, quando e como se pode falar sobre sexo). Assim, há uma proliferação dos discursos principalmente através de uma incitação institucional que opera a transposição da importância do ato para o desejo através da exposição de todos os elementos (da alma e do corpo) que tenham afinidade com o sexo. Desta forma o poder produz efeitos sobre o desejo ao colocá-lo em discurso.

A partir do século XVIII nasce uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo, movida por um “interesse público” que contabiliza, classifica e especifica a sexualidade num contexto de racionalidade. O discurso sobre o sexo torna-se disperso em diversas disciplinas⁵ que buscam falar sobre a sexualidade e fazer falar sobre ela, dando ao sexo uma existência discursiva. O discurso racional sobre o sexo suplanta o discurso moral; não o elimina, mas cobre-o com uma verdade mais profunda. Conseqüentemente, a verdade sobre o sexo passa a ser aquela proferida pelo discurso cujo objetivo é regulá-lo, administrá-lo. Para Foucault, calar o discurso leigo de caráter tradicional e ‘moral’, policiar a linguagem, é uma condição para que as instituições de saber e de poder legitimassem seu próprio discurso. É uma ‘repressão’ em se falar do sexo de maneira desordenada e ‘imoral’, para incitar um discurso sobre o sexo que possui uma ordem e uma finalidade reguladora, e que se julga independente da moral. Na verdade, Foucault afirma que este discurso sobre o sexo era o discurso de “uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas.” (Foucault, 2001:54)

A produção de enunciados sobre o sexo, nos séculos XVIII e XIX, foi produzida por disciplinas que modificaram o foco dos discursos sobre a sexualidade conjugal para as sexualidades periféricas a ela. Essa produção discursiva tem menos a dizer sobre o sexo fértil que sobre o sexo infértil. A fertilidade e a reprodução passam a ser as normas rigorosas e silenciosas de que se prescinde falar e das quais não é mais exigido serem formuladas a cada instante. Há, para o autor, “um movimento centrífugo em relação à

⁵ Foucault cita como exemplo a demografia, a biologia, a medicina, a psiquiatria, a psicologia, a moral e a crítica política. (Foucault, 2001:35)

monogamia heterossexual.” (Foucault, 2001:39) São os desvios, os grandes crimes “contra-a-natureza” que passam para o centro da produção discursiva, principalmente ao serem classificados e denominados pela medicina. Enquadram-se desta maneira as sexualidades periféricas nos discursos e mecanismos de poder:

“... o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tornar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade reguiar o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo.” (Foucault, 2001:39).

O elemento do contra-a-natureza é enfatizado neste domínio discursivo sobre a sexualidade. Desta maneira esses objetos conquistam autonomia em relação às violações das relações de aliança (crimes contra a lei ou a moral, como o incesto e o adultério), e diferenciam-se da categoria tradicional de libertinagem. Transformam-se da infração às regras da lei da aliança em infração da ordem natural dos desejos. Essa incitação e difusão discursiva de heterogeneidades sexuais é uma forma de exercer controle direto sobre a sexualidade e produzi-la no real. Por exemplo, a luta contra a sexualidade da criança difunde sobre a família uma preocupação e vigilância constante sobre o sexo, chamando repetidamente a atenção para a existência daquilo que busca combater.

Para Foucault a “caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e nova *especificação dos indivíduos*.” (Foucault, 2001:43) É a transformação da preocupação com o comportamento para a atenção a um atributo que é fundamental e singularizante do sujeito, que o marca como uma *espécie* de pessoa. Por exemplo, tradicionalmente a sodomia era um ato interdito que possuía um sujeito tratado como um reincidente. Já o homossexual do século XIX é um personagem dotado de uma “certa qualidade da sensibilidade sexual” (Foucault, 2001:43), e que possui “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida. (...) Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo, subjacente às suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas.” (Foucault, 2001:43) Com a transferência da atenção à prática (pecado ou crime) para um “atributo da alma” (uma natureza), a homossexualidade surge como

uma figura da sexualidade, bem como todas as outras perversões descritas pelos psiquiatras do século XIX. Para Foucault, a perseguição mesma dessas figuras lhes atribui uma realidade analítica, torna-as princípios de classificação e de inteligibilidade. O processo de confrontação e reforço entre o poder e o prazer satura os indivíduos com sexualidades múltiplas.

Esta é a “implantação perversa”, em que se define, nomeia e interroga as sexualidades marginais sob o domínio dos discursos, em especial dos discursos médicos. Para Foucault a sociedade moderna é perversa, real e diretamente. É através desses mecanismos de poder que se exerce um controle mais direto sobre os prazeres. Ao investir sobre os crimes contra a procriação, ao proceder “a medicalização do insólito sexual” (Foucault, 2001:44), a medicina inscreve profundamente na verdade dos sujeitos uma nova espécie ou personagem, caracterizada pelo desvio sexual e produzida discursivamente. A implantação das perversões é um efeito-instrumento em que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam através das sexualidades periféricas. O poder exercido sobre o sexo provoca as diversas formas de sexualidade, as inclui nos corpos ao especificar os indivíduos, atraindo suas variedades e reforçando o poder e o prazer. O poder rotula e fixa, penetrando nas condutas e operando assim a incorporação das perversões.

No século XIX a biologia da reprodução e uma medicina do sexo são os registros em que se inscrevem os saberes sobre a sexualidade. Produziu-se nesses registros, especialmente na medicina, um jogo entre verdades e falsidades, conhecimento e desconhecimento sobre o sexo. Desse jogo emerge um caráter essencial dessas relações entre poder e sexo que é o ímpeto de conhecer a verdade sobre o sexo. Essa relação incide sobre o indivíduo na incorporação do “exame de si mesmo”. Então é o indivíduo que passa “a ser autenticado pelo discurso de verdade que [é] capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de *individualização* pelo poder.” (Foucault, 2001:58. Grifo meu.) E o sexo é a principal matéria de confissão, aquilo que se confessa de uma forma muito particular. É pela confissão que a verdade e o sexo se ligam, por dispositivos que obrigam a confessar a “enunciação verídica da singularidade sexual.” (Foucault, 2001:61) E que, principalmente, produzem efeitos em quem confessa. É na dimensão do discurso sobre o sexo que se constitui a verdade sobre os sujeitos, onde se realizam as noções de individualidade e subjetividade. Para Foucault a verdade do sexo se torna a própria verdade do indivíduo, ele inteiro (corpo, alma, individualidade, história) “sob o

signo de uma lógica de concupiscência e do desejo”. (Foucault, 2001:76) Essa lógica torna-se, portanto, “chave universal” (idem) para saber o que e quem somos nós.

Quanto à relação entre sexo e poder, o autor aponta que o desejo não é exterior ao poder e que este não é essencialmente repressivo, pois o poder no Ocidente assumiu nos últimos séculos uma forma *disciplinar*. Este procedimento de poder opõe o uso da técnica ao uso do direito, a normatização à lei, o controle ao castigo, e extravasa o Estado e seus aparelhos. O ponto crítico central deste argumento é que o poder é um dispositivo. A história da sexualidade é, segundo o autor, o estudo a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo. Foucault delimita três importantes campos de saber (e poder) sobre o sexo que nascem no fim do século XVIII: a pedagogia, a medicina e a demografia, que agem através de quatro grandes conjuntos estratégicos. Estes conjuntos e os personagens centrais que emergem em seu discurso como pontos de fixação do saber são: 1) a histerização do corpo da mulher e a mulher histérica; 2) a pedagogização do sexo da criança e a criança masturbadora; 3) a socialização das condutas de procriação e o casal malthusiano; e 4) a psiquiatrização do prazer perverso e o adulto perverso. Estes conjuntos assumiram coerência e atingiram eficácia na ordem do poder e produtividade na ordem do saber, e são expressões da própria produção da sexualidade.

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (Foucault, 2001: 100)

Segundo Foucault, o dispositivo de sexualidade não tem a reprodução como princípio ordenador; e sim o corpo e os efeitos sobre ele, o saber e o poder nele investidos. O dispositivo de sexualidade fixa-se na família, que é difusora da sexualidade e é seu ponto privilegiado de eclosão. Assim, a família se torna o lugar dos afetos, dos sentimentos, do amor, do incesto. E o palco da sexualidade, ou seja, das personagens dos perversos, da criança, da mulher e do casal. Sobre estas características produzidas na família o poder produz saber através da medicina, da pedagogia, da psicologia, etc. Esse saber encobre com a sexualidade as antigas obrigações da família com as relações de aliança. Assim, a família difunde a sexualidade como principal elemento tático do dispositivo. E as instituições produtoras do saber sobre o sexo

extraem a sexualidade da família, exigindo-a, tornando-a real. E, na passagem do século XVIII para o XIX, sob essas instituições:

“A tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir deste momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A ‘carne’ é transferida para o organismo.” (Foucault, 2001: 111)

Foucault indica que nessa passagem ocorreu, no tocante à medicina, uma *autonomização da medicina do sexo*, que define então um ‘instinto sexual’ passível, mesmo sem causas fisiológicas, “de apresentar anomalias constitutivas, desvios adquiridos, enfermidades ou processos patológicos.” (Foucault, 2001: 111) Foucault data a obra de 1846 de Heinrich Kaan, *Psychopathia sexualis*, como indicadora do período em que ocorrem esses desenvolvimentos. Além deles, registra-se outras transformações conseqüentes dessa ordenação médica das tecnologias do sexo: o sexo se torna relativamente autônomo em relação ao corpo, surgindo a idéia de sua “ortopedia”. E as tradicionais categorias morais ‘devassidão’ e ‘extravagância’ são substituídas pelo domínio médico-psicológico das perversões.

1.3 História da Ciência das Perversões

Segundo Lanteri-Laura, a princípio é em razão do desenvolvimento das perícias judiciárias ao longo do século XIX que o conhecimento sobre as perversões tornou-se um bem legítimo da medicina⁶. O esforço de trazer à tona o aspecto sexual destes fenômenos, e não os aspectos jurídico-legais ou morais, marcou o nascimento de sua qualificação como objetos médico-psiquiátricos. O discurso da psiquiatria da primeira metade do século XIX alegava que os comportamentos sexuais tidos como aberrantes para leigos eram uma forma de monomania ou delírios parciais, uma variedade da “alienação mental” descrita pelos primeiros psiquiatras alienistas. Tendo em vista que a única justificação para o sexo segundo a moral cristã é a procriação, a psiquiatria classificava como doença o que ‘a opinião vulgar’ consideraria imoralidade. Portanto, o discurso médico-psiquiátrico surgiu no contexto de uma estruturação semântica da vida sexual baseada no prazer (ilícito) oposto à ausência de prazer (lícita). No campo do ilícito estavam as perversões, “um grupo de comportamentos sexuais que viria a ser classificado num eixo que ia desde o das condutas ridículas até verdadeiros crimes. (...)”

⁶ Cf. Foucault, 2001a.

Os perversos, apesar de tudo, eram monstros: que se risse dos pequenos, mas que se tomasse cuidado com os grandes.” (Lanteri-Laura, 1994:23)

Para Lanteri-Laura o interesse científico pelos fenômenos das perversões em meados do século XIX vem ocupar um lugar de moral laica e discurso público legítimo sobre as singularidades da vida sexual. Este interesse foi pautado a princípio pelos estudos sobre a homossexualidade que precederam as sínteses gerais de Krafft-Ebing e H. Ellis. Ocorreram sobretudo nos países de língua germânica e visavam não só a produção de um conhecimento sobre estes fenômenos, mas reformar a opinião leiga e uma legislação penal repressiva; expressa especialmente pelo parágrafo 175 que punia a sodomia entre homens no Código Penal Prussiano e que se estendera a todos os Estados que compunham o Império Alemão após a sua proclamação. Lanteri-Laura lista Casper, Ulrichs, Westphal e especialmente Moll como os principais autores.

Uma das primeiras obras científicas sobre a homossexualidade foi a do jurista Ulrich de 1860, que “descreveu um tipo particular de homossexualidade masculina, (...) afirmou sua origem natural e rejeitou, ao mesmo tempo, a identificação com o vício e a assimilação à doença.” (Lanteri-Laura, 1994:30-31). A obra de Ulrich se baseava na metáfora da alma (ou cérebro) de uma mulher no corpo de um homem, e baseava muito de sua teoria em sua própria experiência como homossexual e na de seus parceiros. Ulrichs é o primeiro formulador de uma teoria da sexualidade e da homossexualidade. Percebe-se que através dos estudos da homossexualidade se desenvolveram as primeiras idéias da sexualidade como um atributo singular do indivíduo, como também foi indicado por Foucault (2001).

Uma segunda etapa está presente na obra de Westphal, que num artigo de 1870 descreve um estudo de caso sobre ‘sentimentos sexuais contrários’. Segundo Lanteri-Laura, Westphal pode ser “considerado uma das primeiras autoridades médicas a realizar um trabalho global sobre esses temas.” (Lanteri-Laura, 1994:31) Ele afirmou o caráter congênito (que significava natural) dos casos de ‘invertidos’ que estudava, o que permitia realizar uma separação da noção de devassidão. Para Lanteri-Laura a obra de Westphal acabou por descrever uma forma sexual singular (a homossexualidade) que não tinha mais nada a ver com a loucura e as monomanias.

“Contudo, Westphal encontrou nos invertidos, muitas vezes, traço comuns com o que então se entendia como sendo o grupo de neuróticos, (...): esse parentesco permitiu, portanto, ligar a inversão à medicina, sem assimilá-la em nada à alienação mental.” (Lanteri-Laura, 1994:32)

Após Westphal, Lanteri-Laura lista os estudos de Moll como os mais exaustivos sobre a homossexualidade, com uma extensa investigação clínica. Para ele a homossexualidade era congênita, sem causas periféricas – sua explicação tinha de ser central. Moll considerou a etiologia da “inversão”, reconhecendo a raridade de casos adquiridos. Nos casos congênitos definiu a ocorrência de traços hereditários e degenerativos. Contudo, deu certo valor a “causas fortuitas – cenas vistas na infância, oportunidades favoráveis, adestramento, vida reclusa e sem mulheres...” (Lanteri-Laura, 1994:33) O importante é que a teoria desenvolvida por Moll considerava a sexualidade uma função fisiológica separada da reprodução, e cujas fronteiras entre a normalidade e a patologia a ciência não podia definir sem corroborar com um “finalismo teleológico” (Lanteri-Laura, 1994:34) Para Moll, a sexualidade correspondia à produção do orgasmo, ao qual o ser humano podia chegar de diversas maneiras, sendo que alguma exclusivamente com parceiros do mesmo sexo. E apenas se relatasse insatisfação poderia o terapeuta buscar cuidar da questão, com pouca chance de sucesso. Lanteri-Laura conclui:

“Foi assim que os primeiros estudos sobre a inversão sexual, feitos com o intuito de corrigir a legislação penal, acabaram por mostrar a normalidade dos invertidos e admitir que existiam diversas vias para se chegar ao orgasmo, sem que o médico se achasse no direito de fazer outra coisa senão descrever, compreender, e, eventualmente, aliviar.” (Lanteri-Laura, 1994:35. Grifo meu.)

1.3.1 A síntese psiquiátrica-sexológica de Krafft-Ebing

Para Lanteri-Laura apenas na segunda metade do século XIX surgiu no discurso psiquiátrico uma parte voltada para “as aberrações do comportamento sexual”. Isto é, que estes fenômenos fossem estudados por si mesmos, sem relação com “distúrbios fundamentais” como na noção de monomanias, que caíam em desuso como conceito operacional psicopatológico cujas construções teóricas não davam conta da diversidade de fenômenos ‘perversos’. Assim, descrições clínicas sobre as perversões foram sendo realizadas até o fim do século, compondo um mapa de base comum quanto aos sintomas e afirmando o seu caráter de enfermidades. Nos últimos vinte anos do século XIX uma enorme variedade de comportamentos sexuais ‘bizarras’ foi compilada por diversos

autores. Segundo Lanteri-Laura, a maior porcentagem das compilações proveio das perícias judiciais⁷.

Neste contexto entra em cena o texto unificador de Krafft-Ebing, *Psychopathia Sexualis*, obra que tenta organizar a diversidade de descrições. A primeira edição foi publicada em 1886, e o manual foi traduzido em muitas línguas. Nessa obra o campo das perversões assume a forma das *parestesias*, cujo prefixo “para” coloca-as além das anomalias ligadas ao excesso (*hiperestesias*) ou falta (*anestesias*) do instinto sexual (representadas respectivamente pela ninfomania e satíriase, e a impotência e a frigidez). *Psychopathia sexualis* enfatizava a diversidade clínica através de relatos de casos, o que conseqüentemente criou uma enormidade de descrições e enumerações – das quais Lanteri-Laura indica o caráter quase pornográfico, ainda que as passagens mais chocantes fossem sempre em Latim. Além disso, havia também nos relatos presentes no manual uma diversidade de práticas e, principalmente, de personagens. Krafft-Ebing revisou *Psychopathia sexualis* muitas vezes, adicionando novas histórias de caso e novas categorias classificatórias. Em língua alemã seguiram-se 17 novas e expandidas edições entre 1886 e 1924. A 12ª edição foi a última a ser editada por Krafft-Ebing, em 1903, e continha quase 250 histórias de caso⁸.

Subjacente ao esquema organizacional de Krafft-Ebing está o papel reservado ao prazer para o homem e para a mulher, baseado na idéia de *preservação da espécie* – noção que acaba por justificar apenas uma pequena parte do gozo. Assim, a atividade sexual que escapa à reprodução ficaria sem justificação biológica, explicada aos olhos da ciência como perversões; e o próprio prazer se tornaria perverso. Lanteri-Laura organiza o conjunto de definições de Krafft-Ebing em torno das noções de fecundidade X esterilidade (remetendo a vida X morte), prazer X ausência de prazer, normal X patológico. Na obra de Krafft-Ebing:

“As perversões colocam-se do lado da esterilidade, do prazer e da patologia, conjugando a morte, o gozo e a doença numa oposição radical à sexualidade normal, onde devem encontrar-se a saúde, um quantum módico de prazer e a reprodução.” (Lanteri-Laura, 1994:38)

Para Lanteri-Laura é ao redor da homossexualidade que se organizava o discurso de Krafft-Ebing sobre as perversões. Sem ligar-se claramente ao conjunto descrito

⁷ Cf. Foucault, 2001a.

⁸ Cf. Oosterhuis, 1997

ficavam as discussões sobre impotência e frigidez. As perversões propriamente ditas seriam tudo aquilo que sobrava, e que eram o ridículo ou o monstruoso. As risíveis assumiram a forma dos capítulos dedicados ao sadismo, masoquismo, fetichismo e exibicionismo⁹; os quais Lanteri-Laura considera serem descritos como uma espécie de comédia intensificada pela inferência literária, que remete à teatralidade presente mesmo no sofrimento e na morte que se pode encontrar nas descrições. Por segundo, o monstruoso, resumia-se a uma teratologia diante daquilo que o ridículo não pode envolver: a obra de monstros. Lanteri-Laura assinala a oposição deste conjunto de categorias negativas como *grotesco versus monstruoso*:

“Vemos, assim, que todo um grupo de comportamentos perversos é descrito com características que fazem passar do deplorável e do ridículo para o monstruoso e o homicida, numa semiologia precisa, mas, precisamente, desvalorizante.” (Lanteri-Laura, 1994:42)

A exceção desse binômio fica a cargo da homossexualidade, cujo estudo é feito com grandes referências, particularmente a Westphal e Hirschfeld, e que denotam um tom de compaixão e solidariedade. Segundo Lanteri-Laura, há certa valorização moral e social do personagem homossexual, principalmente se comparadas ao ridículo e monstruoso das outras parestesias. Portanto, as perversões seguem os seguintes pares de oposição: anódinas X perigosas, ridículas X comoventes, boas X más. Segundo descreve Lanteri-Laura, muitos ‘perversos’, e em especial aqueles sob o diagnóstico da homossexualidade, apareciam como “pessoas de bem”, sujeitos aos quais se creditava alto valor moral e cuja ‘patologia perversa’ deveria ser encarada com compaixão médica. A esses se opunham os devassos e “gente desclassificada”, que praticavam ‘imoralidades’ e em tudo eram desprezíveis. O papel do especialista, sugerido pela obra, seria distinguir dentre o campo das perversões aquelas que representavam o perigo social das que necessitavam de compreensão e respeito.

Para Duarte (1989), a obra de Krafft-Ebing teve um papel importante como ponte entre o anátomo-fisicalismo da psiquiatria alemã de sua época e o movimento de concepção mais psicológica que se consolidou posteriormente na psicanálise. No plano teórico Krafft-Ebing relatava a degeneração e hereditariedade como bases para a perversão, que ganhava assim caráter inato. Mas a definição das categorias classificatórias passava principalmente por uma abordagem mais psicológica. As

⁹ Que, em suma, representam as atividades BDSM.

desordens funcionais, o caráter individual, a história pessoal e a vida emocional, bem como sonhos e fantasias, eram mais relevantes para a classificação e definição das perversões que características físicas ou o comportamento. De fato, a mera presença do desejo já designava o perverso, mesmo que o sujeito nunca agisse de acordo com ele. Assim, Krafft-Ebing afastava-se do foco forense e da explicação fisiológica dominantes no período, aproximando-se de uma abordagem psíquica da sexualidade humana. “Nesse sentido, embora a ‘raiz’ da árvore esteja arraigada na mais literal corporalidade, sua ‘copa’ (justamente o que é mais abundante, visível, notável) floresce em direções e sob formas que não podem ser linearmente deduzidas de seu ‘substrato’.” (Duarte, 1989:85)

Duarte sugere que a publicação de histórias de caso e biografias forma “um autêntico *corpus ethnographicus* da vida social europeia da passagem do século” (Duarte, 1989:86) que indica, por sua vez, concepções subjacentes sobre o papel da medicina e a noção de Pessoa que ela articula:

“As intenções moralizantes, edificantes e terapêuticas da *Psychopathia* encontravam-se imersas em impressionante ‘almanaque’ de todos os comportamentos e sentimentos sexuais desviantes descritíveis e classificáveis à época, apresentados o mais freqüentemente sob a forma de ‘casos’, o que deve lê-la feito desde logo incluível na avassaladora onda de literatura ‘pornográfica’, ou de ficção ‘criminososa’ ou ‘monstruosa’, que então se firmavam como gêneros.” (Duarte, 1989:84)

As formulações presentes no manual desenvolveram-se em meio a um intenso e constante diálogo entre seu autor e sujeitos que se identificavam em alguma medida com os diagnósticos. Assim, a lógica “médico-filosófica” que moldou a classificação de Krafft-Ebing embasava-se tanto em casos clínicos quanto em informações literárias e biográficas. Por um lado, contribuíram para sua análise dados de sua experiência como psiquiatra e do conjunto de descrições acumuladas nos campos médico e jurídico. Mas também foram fontes importantes a literatura e, especialmente, as narrativas autobiográficas de seus correspondentes – principalmente se percebermos a contínua inclusão de novas narrativas nas reedições de *Psychopathia sexualis*. Para Oosterhuis (1997) a obra de Krafft-Ebing foi lida e usada por seus contemporâneos, que interpretaram as teorias médicas e interagiram com o psiquiatra. Através desta interação se desenvolveram as interferências entre construções de significados autobiográficos e científicos. O registro psiquiátrico ofereceu maior discussão e reconhecimento da

sexualidade e um espaço em que o desejo sexual poderia ser articulado na forma de uma narrativa coerente inserida na trajetória de vida dos sujeitos.

As correspondências dos leitores de *Psychopathia sexualis* demonstram que eles não se consideravam doentes ou pecadores. As cartas caracterizavam-se pelo uso do relato biográfico e eram marcadas pela descrição minuciosa da relação dos sujeitos com seus desejos. Muitas eram espelhadas nos pareceres psiquiátricos de Krafft-Ebing, que focavam em detalhes das histórias individuais. Esta correspondência também ajudou a moldar a interpretação do psiquiatra. E mais importante, publicadas como relatos de caso, tornaram-se acessíveis a todos os seus contemporâneos, alguns dos quais relatavam sensação de grande alívio trazido pela leitura da obra psiquiátrica. Oosterhuis indica um senso de pertencimento (“a sense of community”) que pôde se realizar através do manual:

“By publishing letters and autobiographies and by quoting statements of his patients *ad verbatim*, Krafft-Ebing enabled voices to be heard that were usually silenced. (...) Evidently, contemporary readers interpreted Krafft-Ebing’s work in various ways and, to a large extent, ‘perverts’ gave their own meaning to their sexual feelings and experiences. *For several of them the book was clearly the impetus to self-awareness and self-expression.* (...) ‘Perverts’ began to speak for themselves, and they were looking for models with which to identify. Despite the medical bias, many cases histories in *Psychopathia Sexualis* served as *go-betweens, linking painful individual introspection – the self-conscious recognition that one is a deviant kind of person – and social identification – the comforting sense of belonging to a community of like-minded people.*” (Oosterhuis, 1997:80-81. Grifos meus) (Tradução 1 no Anexo I)

Ao incorporarem a linguagem e o formato dos pareceres psiquiátricos, as narrativas de história de vida dos sujeitos que se corresponderam com Krafft-Ebing refletiam as explicações médicas para a sexualidade. Assim, a classificação psiquiátrica foi crucial para a aquisição de uma ‘autoconsciência’ entre estas novas identidades, bem como para a concepção pública sobre elas. Portanto, no processo de medicalização da sexualidade ‘anormal’ novos significados foram alocados a comportamentos e sentimentos existentes, através do encontro do pensamento médico e da autodefinição individual¹⁰.

¹⁰ Ver no Item 2 deste Capítulo as formulações de Foucault sobre o processo de instauração de um discurso acerca da sexualidade ligado a forças de individualização pela medicalização dos comportamentos desviantes.

1.3.2 O domínio psiquiátrico das perversões

Diante da diversidade das descrições clínicas encontradas no tratado de Krafft-Ebing fazia-se necessária uma unificação, que se realizou na obra de Magnan. Para Lanteri-Laura, a síntese de Magnan é “significativa do que o mundo científico julgava estabelecido por volta dos anos de 1880-1890.” (Lanteri-Laura, 1994:46) Esta síntese visava ir além da ‘aparência’ da análise clínica para recair sobre uma anatomofisiologia, buscando decifrar as perversões como “casos particulares de um distúrbio do funcionamento hierarquizado do sistema nervoso central.” (Lanteri-Laura, 1994:46) Esse modelo neuro-anatômico garantiu à medicina sua alçada definitiva sobre as condutas perversas, excluindo-as do campo jurídico. Para Lanteri-Laura elas deixam de dizer respeito aos costumes para se tornarem uma questão de disfunção do sistema nervoso central. Este modelo estava em acordo com os conhecimentos mais recentes da fisiologia do cérebro da época, e ganhava legitimidade de sua coerência interna que permitia ligar as perversões a uma etiologia da doença mental: “As perversões sexuais apareceram, assim, como uma variedade particular de distúrbios devida ao desequilíbrio mental, um desequilíbrio que determinava muitas outras formas patológicas.” (Lanteri-Laura, 1994:50)

Não mais apenas os relatos explicavam as perversões por si mesmas, mas era necessário um exame clínico para identificar os estigmas psíquicos do desequilíbrio mental, como impulsos e idéias obsessivas. O médico tinha mais legitimidade sobre as condutas perversas que o leigo, especialmente diante do jurista, pois:

“... [o médico] deslocava o interesse de condutas perversas para a estrutura patológica do paciente, (...) o interesse deixou de ser exclusivo ou limitado aos atos em si, e a clínica saiu em busca dos elementos que estabeleceriam que esses atos entravam numa categoria mórbida, não garantida por eles mesmos, mas pelos sinais do desequilíbrio mental.” (Lanteri-Laura, 1994:50)

Para Lanteri-Laura foram estudos como estes, o conhecimento positivista das perversões, que lançaram a vida sexual como um tema de investigação científica, sem que tivesse necessariamente finalidade biológica, preocupação teleológica ou moral declaradas. Foi um discurso que “fez as perversões passarem da condição de objeto de um horror fascinante à condição de objeto de estudo” (Lanteri-Laura, 1994:57); que gerou no século XIX uma nomenclatura sobre o tema cujo vocabulário se fixaria definitivamente. Era um discurso em nome da ciência que definiu uma sexualidade

fisiológica distinta da procriação, mas que podia oferecer uma moral privada através deste mesmo argumento fisiológico.

Contudo, o tipo de síntese de Magnan, que buscou ir além da vastidão das minúcias clínicas ligando-as a um modelo anátomo-fisiológico, aprofundou a divisão dos 'perversos' em dois grupos. Já presente em Krafft-Ebing, essa dicotomia, de acordo com Lanteri-Laura, influenciaria as conclusões das perícias de forma bem prática. É a divisão em "bons" e os "maus" perversos. Os primeiros são aqueles cuja perversão é tida como um *aspecto* de seu ser, muitas vezes em conflito com o desempenho psíquico e social do indivíduo. A perícia seria basicamente favorável a eles. Os outros, os "maus", representavam a desordem social e o desvio moral. Eram potencialmente perigosos e o seu desequilíbrio era como uma síntese do seu ser, remetendo à noção de perversidade e imoralidade.

1.3.3 Freud e a mudança de significados da sexualidade e das 'perversões'

Para Lanteri-Laura a contribuição de Freud para o conhecimento das perversões se situa num contínuo inseparável da psiquiatria que lhe era anterior, e sugere que uma leitura atenta de Freud evidencia que ele conhecia e era tributário das obras de Krafft-Ebing, Moll, Havelock Ellis e Hirschfeld. Assim, no que diz respeito ao conhecimento sobre as perversões haveria um contínuo entre as obras pré-psicanálise e a teoria da sexualidade de Freud. Freud cita com precisão um número de autores, sobretudo por seu interesse clínico, que lhe ofereceram um "detalhamento semiológico indispensável" (Lanteri-Laura, 1994:61). A definição de 'aberrações' sexuais e seu campo semântico já estavam presentes e estabelecidas nessas obras, e referidas às formas clínicas e ao seu caráter patológico. Ao beber dessa fonte de descrições, Freud pôde concentrar-se em oferecer uma psicopatologia e psicogênese das perversões, que acabaram por transformar-se mesmo em uma etiologia. Lanteri-Laura sintetiza a relação inicial da psicanálise com a psiquiatria que a precede da seguinte forma:

"Ainda que a interpretação psicanalítica tenha acabado por modificar o olhar lançado sobre as perversões, ela só pôde fazê-lo, inicialmente, na medida em que a psiquiatria do fim do século XIX forneceu-lhe seu objeto." (Lanteri-Laura, 1994:62)

Em 1905, quando dos ensaios de Freud sobre a sexualidade, a psicanálise já havia realizado conquistas em termos de conceitos operacionais e teóricas. Desde

1895 Freud já demonstrara a parte inconsciente do psiquismo humano; caracterizada como essência da psique e possuindo uma história fundada sobre um *recalcamento* que opunha o desejo (de gozo) e a sua proibição, um conflito que não era atual, mas remetido à *primeira infância*; e nem real, remetido à *fantasia*. O conflito ocasionaria uma solução ruim, um sintoma (histérico) que era reflexo da manutenção do conflito no inconsciente. Contudo, havia a possibilidade de reversão destes sintomas através do método da *associação livre*, que resolveria o recalque e traria o conflito do inconsciente para o nível consciente, solucionando-o. O modelo que Freud foi aos poucos construindo definiu que a fantasia tinha um papel mais eficaz que a realidade na criação do recalque. A estrutura psíquica extrapolava com o real e situava-se, por isso, fora de uma temporalidade concreta. Neste ponto Lanteri-Laura indica que a psicanálise rompeu com o pensamento e discurso científico *stricto sensu*, cujo objeto é o real.

Através da noção de sexualidade infantil Freud procurou explicar e periodizar as experiências que desenvolvem o prazer através do corpo e que fazem chegar a sua forma heterossexual adulta através de uma hierarquização das *zonas erógenas* e da identificação com um *objeto* de desejo sexual. É através da *situação edipiana* que se condiciona o objeto de desejo para além da situação auto-erótica pré-genital infantil. Contudo, nesse esquema a heterossexualidade é apenas uma saída favorável da situação edipiana, mas não a única possibilidade de resolução. Freud forneceu um esquema do desenvolvimento da sexualidade normal através da qual foi possível situar e classificar as perversões em termos de suas variedades e origens num esboço nosográfico dentro de uma teoria geral psicopatológica. Para Lanteri-Laura quase todos os predecessores de Freud partiram de pontos de vista causais em nome da etiologia para formular classificações que tentassem organizar a clínica, como Magnan; ou como Krafft-Ebing aceitaram a diversidade descritiva, criando uma classificação implícita que opunha doenças e vícios e que remetia mais à sociedade e à ética do que para a descrição e análise médica.

Em Freud os conceitos operacionais de *objeto* e *objetivo (fim)*¹¹ ('objekt' e 'ziel') possibilitaram classificar as perversões a partir destes dois termos, usados para descrever a heterossexualidade adulta. Nela, considera-se o objeto sexual o parceiro do sexo oposto e o objetivo (o fim) da relação sexual a introdução do pênis ereto na vagina.

¹¹ O tradutor de Lanteri-Laura preferiu utilizar "objetivo", embora a tradução de 'ziel' em língua portuguesa mais comum na psicanálise seja "fim". Procurando manter a coerência com o texto de Lanteri-Laura escolhi manter o termo "objetivo", lembrando entre parênteses que se trata de "fim".

com ejaculação. Ao fazer variar o objeto e o objetivo (o fim) obtém-se a combinatória de todas as perversões possíveis. As perversões do objeto são a *inversão sexual* (um fenômeno fundamental para Freud), e ao seu lado, “um museu teratológico: relações sexuais com crianças, e relações sexuais com animais, ou seja, pedofilia e zoofilia.” (Lanteri-Laura, 1994:73) As perversões do objetivo (do fim) dividiam-se em dois grupos: as *extensões anatômicas*, ou o uso de partes do corpo que não são os órgãos genitais para chegar ao orgasmo. Esta introduz a noção de fetichismo, que Freud reparou ser um ponto de passagem contínuo entre a sexualidade normal e as perversões. O outro grupo era a *fixação em objetivos [fins] sexuais provisórios*, atos que se tornavam a própria condição do orgasmo, ainda que normalmente fizessem parte do prazer preliminar (como a excitação visual extrapolada torna-se o voyeurismo). Nesse registro estão o exibicionismo e o voyeurismo, bem como a intervenção da dor. O sadismo foi tomado como supervalorização da agressividade, e o masoquismo seu avesso. Freud, contudo, observou um aspecto intercambiável desses dois papéis. (Lanteri-Laura, 1994:75)

Após rever a classificação de Freud, Lanteri-Laura segue examinando suas observações psicopatológicas e etiológicas, e considera que a abordagem freudiana representa uma caracterização dupla e nova das condutas perversas. Para Freud muitas perversões se caracterizam por um *cisma* que desliga e privilegia um aspecto ou momento (normal e preliminar) da atividade sexual, cuja função é normalmente preparatória. Assim, o aspecto patológico das perversões não estaria mais centrado no comportamento em si, mas no fato de ele se converter no único meio de atingir o orgasmo. Sob essa ótica as perversões parecem muito mais ‘normais’, pois são “resultantes do isolamento efetuado a partir de uma seqüência que em si é normal; apenas o isolamento correspondia à anomalia.” (Lanteri-Laura, 1994:77) Se por um lado isso lhes empresta uma humanidade, por outro as torna um mero fragmento da sexualidade normal, retirando-lhes o caráter extraordinário. Conseqüentemente, infere-se na obra de Freud que o perverso é não mais um monstro, mas um subnormal; e que as perversões são menos que a sexualidade normal. As perversões se tornam uma espécie de insurgência contra uma ordem temporal da atividade sexual ‘normal’ ao privilegiarem um instante (uma atividade preliminar de excitação) num encadeamento, barrando assim seu desenvolvimento e caracterizando-se por sua esterilidade biológica e negação do tempo. O Freud de 1905 observou ainda que a anormalidade sexual num sujeito não significava obrigatoriamente anormalidade quanto a toda a psique, enquanto

que o inverso era quase sempre verdadeiro. A presença de anormalidade sexual seria precisamente o ‘ponto fraco’ de um sujeito que de outra forma seria ‘normal’.

Contudo, afirma Lanteri-Laura, através da noção de desenvolvimento sexual operada pelo conceito da sexualidade infantil, Freud realiza uma aproximação entre sexualidade normal e perversões. Os prazeres narcísicos da criança (a criança como um “*perverso polimorfo*”) transpostos para o adulto e tornados exclusivos serão reconhecido como perversões. A transposição do estado hedonista dos prazeres infantis para o adulto perverso é direta, enquanto que a heterossexualidade adulta é formada pelo complexo mecanismo da situação edipiana. As condutas perversas são assim decifradas através do modelo da sexualidade infantil, como uma falha da evolução da sexualidade infantil para a heterossexualidade adulta.

Na verdade, Freud desenvolveu um modelo evolutivo da sexualidade com três resultados possíveis: a heterossexualidade adulta, que é o modelo bem resolvido do recalçamento da sexualidade infantil; as perversões, de recalçamento inexistente; e a neurose, de recalçamento excessivo. Neurose e perversões aparecem assim como negativo uma da outra, e simetricamente opostas. Para Lanteri-Laura “as perversões realizam, no nível da imaginação consciente e das condutas reais, aquilo que as neuroses recalcam e que só deixam que se manifeste a título de sintomas.” (Lanteri-Laura, 1994:81) Vê-se que os mecanismos da produção das perversões são muito mais considerados que sua causa. Para Lanteri-Laura há uma ambigüidade de Freud sobre a discussão da relação entre patologia e normalidade no tocante às perversões. De forma geral, Freud considerava normais as fantasias ocasionais, e perversas as condutas fixas e exclusivas. Lanteri-Laura afirma, ao analisar o texto de Freud, que este indicava que “devemos separar os perversos não-patológicos, tanto capazes de satisfações normais quanto de satisfações perversas, que não preferem sistematicamente estas últimas às primeiras, e os perversos patológicos, presos a sua perversão e alheios a qualquer outro gozo sexual.” (Lanteri-Laura, 1994:84)

Quanto à (nova) distinção que a psicanálise traça em relação à separação do normal e do perverso, Lanteri-Laura evidencia que antes se estabelecia uma gramática de “*em vez de*”¹² (87), onde as perversões eram erro ou deficiência, demarcadas negativamente em relação à normalidade. Na psicanálise o patológico define o normal, na expressão “*aquele que não permaneceu em*”. Para Lanteri-Laura, uma consequência

¹² “...o homossexual surgia como aquele que, em vez de amar as mulheres, amava os homens, o fetichista, como aquele que preferia as botas à vaginas, e assim por diante...” (Lanteri-Laura, 1994:87)

desses valores é que as condutas perderam sua importância, e passaram a constituir um determinado tipo de “evolução libidinal” (Lanteri-Laura, 1994:88)

“A partir daí, os monstros puderam continuar sendo as exceções que realmente eram, e os perversos tornaram-se muito mais corriqueiros: concluiu-se, assim, uma orientação já muito nítida em todos os trabalhos médicos sobre a homossexualidade, que tendia a ver nas perversões não mais raríssimos casos assustadores, porém situações freqüentes e banais; aliás, a defesa do normal saiu disso bastante enfraquecida, pois o perverso, em sua minoria, pertencia à teratologia pitoresca, e em sua maioria, aproximava-se de cada um de nós” (Lanteri-Laura, 1994:88)

Como para Lanteri-Laura a obra de Freud guarda profunda continuidade com as que lhe precederam, considerando inclusive que Freud *augmentou* os conhecimentos positivistas sobre as perversões, ele estabelece uma comparação entre as concepções de Freud e de seus predecessores. A psicanálise desfaz a oposição entre o perverso patológico e o perverso moral, introduzida pelos estudos positivistas anteriores. Essa distinção tendia a considerar digno de pena e compaixão aqueles que viviam sob o ‘signo’ da patologia; ou seja, aqueles que são escravos ou vítimas de seus impulsos sem poder exercer sobre eles algum controle. A estes se opõem os que são inclinados por *vicio* ou imoralidade a cometerem atos perversos, atos que na verdade são fruto de uma licenciosidade sexual e (i)moral. Como demonstra Lanteri-Laura, para Freud os ‘perversos patológicos’ são aqueles em que todas as faculdades do sujeito são perturbadas, e não se pode negar que para Freud seu valor é negativo (eles se aproximam mesmo dos psicóticos). Se sua sexualidade é anormal, é porque também todo o resto de seu ser o é. Por outro lado, aqueles ‘perversos morais’, cuja atividade sexual não se encontra restrita nem obrigada a gozar pelos prazeres perversos, têm uma representação mais positiva na psicanálise freudiana. Contudo, é importante frisar que essa concepção, de que havia indivíduos perversos que em tudo eram como os normais e que até mesmo deviam ser deixados em paz em sua condição, já se afigurava em outros autores anteriores a Freud. Além disso, o essencial da psicanálise é que a fronteira clara entre normal e perverso não se sustentava mais diante da teoria freudiana do desenvolvimento psíquico, que indicava uma aproximação do patológico e do normal ou mesmo uma extinção desse binômio, marcada pela concepção “desnaturalizante” da sexualidade. Assim, a divisão entre “bom” e “mau” perversos

perde em importância diante da noção de que todo normal tem um pouco de perverso. E, por conseguinte, que todo perverso tem um pouco de normal.

1.3.4 As perversões pós-psicanálise

Segundo a descrição de Lanteri-Laura, após a contribuição de Freud o conhecimento sobre as perversões passou a se desenvolver por contrapontos entre a própria psicanálise e um tipo de produção tipicamente positivista que busca uma ancoragem fisiológica para os fenômenos perversos – marcada no século XX por disciplinas como a genética e a endocrinologia. Ambas fazem parte do estudo das perversões no que Lanteri-Laura denomina psiquiatria contemporânea. A princípio, esse estudo parece paralisado para o autor, especialmente na descrição clínica, à qual pouca coisa se acrescentou – uma vez que as obras do fim do século XIX (Krafft-Ebing, Hirschfeld, Havelock Ellis, etc.) rapidamente se tornaram clássicos. Para Lanteri-Laura, isso resultou que a clínica das perversões foi dada como encerrada, a taxonomia aceita e cristalizada. Privilegiou-se assim uma abordagem conceitual dos fenômenos perversos, e não deles como objetos. É nesse contexto que a obra de Krafft-Ebing tornou-se canônica, em especial na sua revisão de 1923 efetuada por A. Moll Revisada, mas não reformulada: para Lanteri-Laura os conceitos eram utilizados em contextos completamente diferentes, desenvolvendo-se então uma espécie de hermenêutica do conhecimento das perversões. Esta é uma importante distinção a ser percebida.

A obra que caracteriza esse período imediatamente posterior a Freud e no qual o texto de Krafft-Ebing se torna clássico é, na língua francesa, encontrada em Dupré¹³ (1912). Para Lanteri-Laura o que se sobressai em Dupré é a localização das perversões entre os *instintos reprodutores* – de onde se subentende que os atos que não perpetuem a espécie são perversos. As perversões se tornam assim parte de uma gama muito maior de perturbações instintivas, e representam mais um aspecto patológico de um sujeito marcado pela *perversidade*, cujas faculdades intelectuais e morais são debilitadas e as taras são mais um sinal de sua malevolência:

“O essencial dessa obra nos parece estar na passagem da diversidade clínica das perversões, comum tanto a Krafft-Ebing e Magnan quanto ao Freud de 1905, para a unidade não menos clínica da constituição perversa e da perversidade instintiva; o próprio vocabulário testemunha isso: Dupré substitui o plural

¹³ “As perversões instintivas”, na 22ª Sessão do Congresso dos alienistas e neurologistas da França e dos países de língua francesa. Realizado em 1912 na Tunísia. DUPRÉ, 1913. Citado por Lanteri-Laura.

diversificado *perversões sexuais* pelo singular substantivante *perversidade instintiva*: por conseguinte, cada perversão já não passa de um indício fortuito e cambiável, cujo único interesse prende-se ao fato de ele remeter à disposição fundamental e maligna que habita o perverso, do mesmo modo que a propensão para o homicídio habita o criminoso nato de Lombroso, que continua a ser um criminoso nato mesmo que não mate ninguém. As perversões sexuais já não passam dos aspectos contingentes da realidade fundamental da perversidade instintiva.” (Lanteri-Laura, 1994:108)

Portanto, nesse período existe a noção de uma *constituição perversa*. Lanteri-Laura chama atenção que é a partir de então que se passou a pautar o diagnóstico de desequilíbrio mental em passagens da vida que sinalizavam a trajetória de um sujeito considerado psicopata. Esse conjunto de passagens seria a “*odisséia do perverso*”, que passa a ser objeto de investigação clínica no lugar da busca por obsessões e impulsos (como Magnan) ou de traços neuróticos (como Freud). Ponto importante de modificação, essa característica remete à descrição de Foucault sobre a passagem operada pelo dispositivo de sexualidade da preeminência que se dava aos comportamentos para uma encarnação nos sujeitos de uma natureza intrínseca e singularizante, responsável por todos os seus atos e, teoricamente, presente em toda a sua história de vida. É importante enfatizar que, sem uma renovação da clínica em função da reverência às obras clássicas (especialmente de Krafft-Ebing), opera-se uma redução conceitual das perversões, que se tornam “epifenômeno contingente da malignidade característica da perversidade instintiva” (Lanteri-Laura, 1994:110)

Conseqüentemente, ocorre uma separação entre a clínica, que é deixada à parte em sua diversidade e, portanto, completude; e a etiologia. Com o avanço de disciplinas da fisiologia, ocorre um deslocamento das instâncias às quais se remetiam as perversões – uma mudança para um referencial de reputação mais científica. Segundo Lanteri-Laura desde os primeiros trabalhos de especulação positivista sobre as perversões que havia uma demanda de explicações vindas das disciplinas somáticas. Para a psiquiatria contemporânea, elas poderiam dar algum embasamento à naturalidade da homossexualidade, mas não podiam explicar porque um sujeito era homossexual e outro não. Além disso, não tinham muito a dizer sobre outras formas de perversão. Certamente, segundo Lanteri-Laura, tentou-se extrair muito mais delas. Mas mesmo com desenvolvimentos do conhecimento da área dos saberes fisiológicos¹⁴ esse campo

¹⁴ Como a anatomia, a histologia, a neurofisiologia, a endocrinologia a genética e a bioquímica. (Lanteri-Laura, 1994:141)

não pôde, em última análise, oferecer um modelo verdadeiro e/ou unificado do comportamento sexual.

O passo final que Lanteri-Laura dá em seu traçado histórico da apropriação médica das perversões é na direção do que ele designa como psicanálise contemporânea. Ele chama a atenção para uma formulação psicanalítica posterior a 1905 que é simultânea ao desenvolvimento de um conhecimento mais positivista das perversões. Se as disciplinas positivistas, a partir do início do século XX, pouco tiveram a acrescentar ao conjunto formado até então; Lanteri-Laura considera que Freud ocupou-se de maneira incidental sobre o tema, sem entretanto formular uma teoria global das perversões. O desenvolvimento que ocorre a partir de então é teórico e não clínico. Nos dez anos seguintes a 1905, através da noção de *libido narcísica*, Freud exclui a autenticidade da paixão dos perversos -- uma vez que em sua análise desse período o objeto do amor/desejo do perverso é em última instância ele mesmo. Essa relação é típica da psicose, e isso aproxima os perversos da patologia ao afastá-los do grupo dos neuróticos, que passam a se aproximar mais da normalidade. (Lanteri-Laura, 1994:123)

“...o adulto normal continua a ser um antigo perverso polimorfo, mas, como chegou a uma prevalência da libido objetál, já não tem nada em comum com os que, psicóticos, continuam na libido narcísica.” (Lanteri-Laura, 1994:123)

Há uma aproximação clínica dos perversos com a patologia, diferente de sua normalidade sublinhada em 1905. É mais importante, segundo Lanteri-Laura, a observação de neuróticos com condutas perversas acaba por transformar ‘perverso’ em um adjetivo do substantivo ‘neurótico’:

“... o discurso teórico concerne aos perversos passa a ter como verdadeiro referencial aqueles dentre os neuróticos que têm condutas perversas, os quais, aliás, continuam a ser denominados pelo termo perversos.” (Lanteri-Laura, 1994:128. Grifo meu)

Para Lanteri-Laura isso significa uma mudança de organização e conteúdo da área semântica psicanalítica, sem que se modifique a percepção de seu contexto. O fundamental é que os perversos de que se fala (e se trata) a partir de então não são aqueles de que Freud falara em 1905 - que permanecem essencialmente fora do campo

clínico e terapêutico da psicanálise. Além disso, dessa maneira desqualifica-se o prazer dos perversos assemelhando-o à inibição da sexualidade neurótica.

2 DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE O SEXO NO SÉCULO XX

O presente capítulo busca avançar a exposição dos conteúdos discursivos sobre as sexualidades 'desviantes' até o século XX, um período de diversas transformações significativas, concomitantes e em larga escala. O capítulo divide-se em duas partes: A primeira expõe a transformação geográfica e metodológica que ocorreu na pesquisa científica sobre a sexualidade, de uma psiquiatria europeia comprometida em fundar uma ciência do sexual em contraposição à emergência de uma sexologia moderna multidisciplinar de origem americana ligada ao tipo de pesquisa chamada *sex research*¹⁵. Esta transformação acarretou uma série de conseqüências para os códigos culturais sobre a sexualidade, que são por sua vez inextricavelmente ligados às representações científicas e políticas. A segunda parte do capítulo cobre um período histórico relativamente contemporâneo às primeiras transformações, mas concentra-se especificamente no campo psiquiátrico e os desenvolvimentos mais recentes que se deram sobre a classificação da sexualidade e das perversões, anteriormente definidas no século XIX. Neste processo restrito à psiquiatria é importante salientar a transformação nosográfica que começa com a retirada da homossexualidade (essa figura clássica das perversões) da classificação de doenças mentais, bem como a incorporação pela psiquiatria das mudanças introduzidas pelo campo da sexologia e da *sex research*.

2.1 A *sex-research* norte americana e a 'nova sexologia'

Segundo Foucault as perversões foram um dos principais elementos do conteúdo discursivo no século XIX. O autor chama a atenção que o sexo matrimonial e reprodutivo foi isolado e desprivilegiado discursivamente, em comparação com o discurso das sexualidades periféricas a ele. Especialmente em sua segunda metade, o século XX vem dar, na opinião de outros autores, uma voz a essa sexualidade convencional. Enquanto o discurso sobre as perversões permaneceu relativamente paralisado em sua forma, houve modificações significativas no contexto sexual geral. De fato, a instituição científica e o modo como organizava o seu conteúdo discursivo sobre o sexo passou por modificações. No século XIX as principais formulações,

¹⁵ *Sex research* designa as pesquisas de cunho quantitativo-laboratorial que começam a surgir no período pós-guerra. Tornaram-se mais comuns principalmente depois da epidemia HIV-AIDS no fim do século XX.

científicas sobre a sexualidade, ocorreram na Europa¹⁶ e caracterizavam-se pelo estudo do desviante sexual. Freud é, talvez, o primeiro a inaugurar uma série de formulações sobre a sexualidade 'normal'. No pós-guerra, os estudos sobre a sexualidade de maior impacto ocorrem prioritariamente nos EUA, fato sem dúvida relacionado ao papel americano no cenário político e científico no decorrer do século XX. Esta 'tradição americana' de pesquisa científica sobre a sexualidade tem características diversas das da Europa novecentista. Os estudos americanos contrastam em forma aos de 'tradição europeia' por serem mais objetivistas e privilegiarem métodos quantitativos e laboratoriais. E contrastam no conteúdo por dedicarem-se principalmente ao tema da disfunção sexual. Questões ligadas às sexualidades desviantes da norma heterossexual reprodutiva se tornam menos pertinentes e a pesquisa sobre a sexualidade de maneira mais geral ocupa-se do domínio das *disfunções* da sexualidade quotidiana, opostas ao tema de seu *distúrbio*. Além disso, estes estudos extrapolam o campo médico-psiquiátrico.

Assim, é necessário tecer alguns comentários sobre o discurso acerca da sexualidade no século XX. A revisão embasada por Lanteri-Laura discute a contribuição do conhecimento psicanalítico das perversões para o discurso científico sobre o sexual, observando seu papel no crescente aspecto psicologizante das formulações sobre a sexualidade. Talvez por realizar uma história basicamente da Europa continental Lanteri-Laura menciona o sexólogo britânico Havelock Ellis apenas em termos da sua influência em outros autores, notadamente Freud, sem abordar mais profundamente sua obra. Entretanto, para autores de língua inglesa que estudaram a sexualidade, Havelock Ellis parece possuir um papel mais destacado. John Gagnon, que em 1975 escrevia sobre temas similares a Foucault, considera que a repercussão de H. Ellis nos estudos americanos sobre o sexo no início do século XX é pertinente¹⁷. H. Ellis é um contemporâneo de Freud, considerado um dos primeiros sexólogos britânicos, comprometido com a reforma social e que publicou o primeiro estudo sobre a 'inversão sexual' na Inglaterra. Havia, é claro, diferenças nos pontos específicos da obra de Freud e Ellis, e Gagnon chama atenção para a conseqüente diferença nos padrões de influência. A obra de Ellis certamente possui um impacto menor que a de Freud, talvez significativo apenas nos EUA. Bullough descreve como a leitura da obra de H. Ellis no

¹⁶ Especialmente nos países de língua alemã.

¹⁷ Vern L. Bullough também considera que H. Ellis influenciou as idéias e as atitudes nos EUA, principalmente no período após a Primeira Guerra. (Bullough, 1998)

início do século XX foi um dos veículos para que médicos americanos escrevessem com mais liberdade em relação ao moralismo científico característico da produção americana do fim do século XIX. (Bullough, 1998)

Gagnon traça um panorama que vai dos autores da virada do século XX (ele tem em mente Freud e Ellis) àqueles estudos americanos de cunho mais objetivista e contabilizador que marcaram o pós-Guerra, dos quais o de Kinsey (anos 40 e 50) é o mais emblemático, embora não se possa deixar de comentar sobre o de Masters & Johnson (anos 60). Gagnon cita três estudos precursores desse modelo de pesquisa da conduta sexual já nos anos de 20/30 nos EUA: “Fatores da Vida Sexual de 2.200 mulheres”, de Katherine Davis (1929) a partir de questionários aplicados a universitários; “Estudos sobre o casamento”, de George V. Hamilton (1929), baseado em entrevistas com homens e mulheres; “Mil casamentos”, de Robert Dickinson e Louise Beam (1931) calcados em arquivos ginecológicos. Este último foi prefaciado por H. Ellis. (Gagnon, 2006:81) A principal característica destes estudos era o fato de tratarem da atividade sexual relativamente convencional, e renunciarem uma mudança de estilo e teor nas pesquisas científicas sobre a sexualidade. Primeiro, porque não era mais o exótico ou o criminoso que estavam em cena como objetos de investigação, mas o exercício cotidiano da sexualidade. Segundo, eram estudos que tinham uma outra metodologia, que remete a “uma sensação e fonte diferentes de autoridade e plausibilidade”. (Gagnon, 2006:82) Estes estudos rompem com o modelo das anamneses e casos clínicos, que supõem uma relação mais fiel aos produtores dos relatos caracterizada pelo seu parentesco com a literatura e a imaginação. Este modelo tradicional remete a um tipo de legitimação ligada a autoridades absolutas e reconhecidas, como as das obras literárias¹⁸. São substituídos por questionários, entrevistas fechadas e uma forma de apresentação estatística dos dados que seguem a tradição de método das ciências naturais. Oposição entre o “imaginativo-literário” e o “científico-numérico”. Para Gagnon:

“O que estava em jogo, na época, era o peso ou o valor comprobatório de duas formas alternativas de apreender e codificar o mundo, duas construções separadas, com normas de procedimentos e estilos de apresentação diferentes.” (Gagnon, 2006:83)

¹⁸ E são técnicas típicas da medicina.

Estes primeiros estudos não conheceram grande difusão ou repercussão na sociedade ou mesmo entre a elite intelectual. O que se passava por pesquisa e diálogo sobre a sexualidade ainda era a teoria de Freud em suas muitas encarnações. Gagnon considera a psicanálise hegemônica (contudo, na direção de se tornar uma ortodoxia) no contexto em que surgiram as pesquisas de A. Kinsey. Pesquisador vindo da área das ciências biológicas¹⁹, Kinsey aplicou um método taxonômico à catalogação do comportamento sexual. É bem conhecido o seu uso de entrevistas e questionários para coletar as atividades sexuais dos sujeitos pesquisados. Após dez anos de estudo, seu livro publicado em 1948, *O comportamento sexual do homem*, era um relatório de dados predominantemente estatísticos. Em 1953 foi seguido pelo *O comportamento sexual da mulher*. Estes ‘Relatórios Kinsey’ alcançaram enorme popularidade e se tornaram um marco fundamental na história dos estudos sobre o sexo. Contudo, Gagnon repara que o impacto no mundo científico é mais morno que a festejada recepção de Kinsey pela mídia e sociedade americanas. Ao dele não se seguia no mundo acadêmico nenhum outro grande estudo relevante sobre o comportamento sexual nos mesmos moldes, e de fato renovou-se a oposição entre pesquisa quantitativa e qualitativa. A verdade é que estudos como os de Kinsey desvinculam-se enormemente da tradição da ‘sexologia’ do século XIX. Enquanto seu grande poder legitimador está na sua cientificidade estatística, por outro lado a consequência é um interesse pelas práticas corporais descritas de forma que não impliquem a realidade mental-psicológica na análise. Gagnon considera que o maior impacto dos relatórios foi no campo dos costumes e da legislação. Nos costumes, pois as publicações de Kinsey tornaram-se *best-sellers* entre leigos e os seus resultados tiveram grande repercussão na sociedade. Na legislação em termos de contraste comparativo, porque os resultados demonstraram a grande disparidade entre o que se praticava e o que era considerado crime. Uma grande contribuição continua sendo para a desmistificação das práticas homossexuais, em relação à sua ocorrência. Segundo Gagnon:

“A visão de que todas essas condutas deviam ser consideradas criminosas, ou vistas como uma perversão do desenvolvimento sexual normal, foi submetida a um duro golpe crítico, estabelecendo-se uma continuidade maior entre o que era visto antes como ‘pervertido’ e como ‘normal’.” (Gagnon, 2006:95)

¹⁹ Para Gagnon, uma parte da legitimidade da *sex research* vem do fato de serem conduzidas por um personagem muito específico, do qual Kinsey é a figura perfeita: homens, de meia idade, casados e com filhos, com uma carreira respeitada e bem estabelecida em uma área científica-acadêmica diferente da pesquisa sobre a sexualidade.

Quanto às condutas sexuais não convencionais, e em especial à homossexualidade, os resultados das pesquisas de Kinsey coincidiram com modificações na sociedade em termos de posturas em relação à sexualidade. Gagnon considera que os resultados de Kinsey ajudaram a situar o sexual num contexto histórico, onde hetero ou homossexualidade podem ser percebidas como construtos culturais. Passa a ser mais significativa a gama de experiências da (homo)sexualidade que as pessoas podem experimentar. Pode-se, a partir de então, falar em *sexualidades* (no plural); e dar atenção às diversas experiências homossexuais e também heterossexuais. Esta última categoria é retirada assim de sua condição “natural” não problematizada. Mas essas não são as únicas mudanças de postura que se percebe na sociedade e que são parte do contexto dos relatórios de Kinsey. Desde os anos 50 que o movimento de homossexuais americano fazia reivindicações no modelo dos movimentos pelos direitos civis. A relativa indistinção entre o valor do comportamento heterossexual e homossexual, por exemplo, espelha um intercâmbio entre temas de investigação científica e temas de reivindicação política. Mais que isso, os anos 60 e 70 foram períodos de afirmação homossexual, e o impacto é tanto na sociedade quanto na ciência – não mais se classifica impunemente homossexuais como ‘desviantes’ ou ‘perversos’. (Gagnon, 2006:103)

Um exemplo importante do tipo de pesquisa (e proposta de intervenção terapêutica) da pesquisa sexológica mais preocupada com as disfunções sexuais são os estudos de Masters & Johnson²⁰ dos anos 60/70, caracterizados: 1) pela ênfase na fisiologia e anatomia, utilizando métodos comuns até então nestas áreas de pesquisa, mas com a especificidade de aplicá-los a temas sexuais; e 2) pela inédita observação e mensuração da atividade sexual em ambiente controlado de pesquisa. Este tipo de abordagem do comportamento sexual de cunho mais biológico – uma abordagem quase laboratorial, se poderia dizer – inaugura uma linha de pesquisa que ainda hoje é utilizada mesmo nas pesquisas psiquiátricas sobre os distúrbios sexuais²¹. Há um viés de determinismo biológico na abordagem e nos resultados de Masters & Johnson, tanto pelo método quanto pelo enfoque que, segundo Gagnon, considera a sexualidade um

²⁰ William Masters era médico ginecologista e Virginia Johnson era psicóloga. Em 1966 concluem um trabalho sobre a fisiologia e a anatomia da resposta sexual e em 1970 sobre o tratamento das disfunções sexuais. (Cf. Gagnon, 2006)

²¹ Por exemplo, pesquisas sobre pedofilia que utilizam mensuração do tipo falométrica. Cf. artigos coletados no *Archives of Sexual Behavior* pela pesquisa ‘A Sexualidade e as Classificações Psiquiátricas’. (Relatório de Pesquisa, 2006)

impulso natural sujeito a forças de inibição e repressão, sem as quais poderia haver um desempenho sexual competente. Combinando esta leitura da sexualidade e uma concepção behaviorista do impulso sexual, esse tipo de sexologia se transforma num orgasmologia, tendo a terapia sexológica como principal área de intervenção. Isso se reflete na atenção dessas pesquisas à concepção da atividade sexual pelo orgasmo (como Kinsey) ou pela fisiologia (como Masters & Johnson). Além disso, mesmo quando dedicam-se a temas ligados ao desvio não há busca de razões etiológicas²², como o tratamento da homossexualidade na pesquisa de Kinsey, por exemplo.

Em termos de legitimação e conteúdo, a sexologia contemporânea cristalizou-se ao redor deste tipo de pesquisa marcada por formulações empíricas, métodos laboratoriais e multidisciplinaridade. E definiu como seu tema o exercício da sexualidade normal, tendo como objeto as disfunções desse exercício; e a terapia comportamental como ferramenta para condicionar o organismo do paciente a fim de eliminar os sintomas disfuncionais. Para A. Béjin (1987), o ‘poder’ dos sexólogos vem dessas características que permitiram consolidar o conceito de “saúde sexual”, centrada ao redor da capacidade de chegar ao orgasmo, que se torna um padrão de *medida* e *qualidade* do gozo sexual. É uma lógica que estabelece um modelo normativo do clímax sexual e que a partir da norma positivada do coito heterossexual reprodutivo, minuciosamente conceituado, deduz as anomalias da função sexual. Neste modelo a possibilidade de reprodução dá lugar ao prazer como objetivo principal do ato sexual, e a oposição entre normal e anormal é substituída por um “contínuo de disfunção”. Segundo Béjin a partir dessas definições pôde-se elaborar uma nosografia e etiologia das disfunções orgâsmicas, bem como propor ‘sexoterapias’ e profilaxias. E a disciplina sexológica pôde afirmar sua autonomia em relação a áreas afins. Seu objetivo é basicamente pedagógico, deixando de lado “os *prazeres ‘perversos’* para se concentrar nas carências do desejo e nos *fracassados do prazer*”. (Béjin, 1987:232)

A reforma de concepções sobre o comportamento sexual que se desenvolvem na sexologia do século XX possui grande penetração no tecido social, e Béjin fala da ressonância entre a “problemática sexológica” e as “aspirações sexuais” dos indivíduos. (Béjin, 1987:237). As formulações da sexologia estão ligadas à disseminação de um conjunto de idéias sobre a sexualidade: primeiro, que todos têm direito ao prazer sexual. Para tal é preciso adquirir um vocabulário ‘neutro’ e abrir vias de comunicação para

²² Essa preocupação somente será retomada pela psiquiatria quando a disciplina conhecer uma rebiologização de seus temas no fim do século XX.

lidar com os problemas que se interponham a esse direito. Segundo, que há uma igualdade de direitos, seguindo a lógica da política igualitária. Homens e mulheres, de diferentes orientações sexuais, idades e classes podem (e devem) explorar este direito ao gozo. Terceiro, dá-se um valor positivo à flexibilização das parcerias sexuais. Não apenas o casal monogâmico e/ou heterossexual é o único detentor do direito ao prazer. Quarto, há a valorização e exploração de diferentes modos de obtenção do prazer que não apenas o contato genital tradicional. Por último, a valorização dos planos privado e afetivo enquanto espaços de exercício da liberdade, da individualidade e da expressão da autenticidade e singularidade que marcam a concepção de sujeito subjacente a estes ideais.

Tudo combina-se numa proposta sexológica de pedagogização e otimização racional da atividade sexual, onde as disfunções serão tratadas por terapia sexual e pelo novo mercado dos medicamentos para disfunção erétil. Béjin chama este contexto de “democracia sexual”. Nela, apesar da diversificação do conceito de atividade sexual legítima, o casal heterossexual continua sendo o foco da valorização do exercício pleno da sexualidade. As disfunções tomam um aspecto que é relacional no interior da atividade sexual de um casal (exemplo: a ejaculação masculina é precoce *em relação* ao tempo necessário para a obtenção do orgasmo feminino). Além disso, o discurso legítimo sobre a sexualidade insere-se no centro da vida social ou mental, sem mais ser exterior a elas como quando se ocupava apenas de crime ou desvio. Béjin considera que na “democracia sexual” a noção de prazer ilegítimo ou ‘perverse’ assume o sentido daquele que é conseguido em relações não igualitárias e/ou impostas pela força. As práticas mais exóticas ou bizarras podem ser consideradas “variações”, e seus praticantes “minorias” com as quais se deve ser tolerante. Pertencer a uma dessas minorias pode, até mesmo, ser positivo.

Para Béjin, no limite estas concepções sobre a sexualidade remetem ao dualismo corpo/espírito, onde num plano operam concepções ascéticas e racionais do uso do corpo e seus prazeres, e noutro uma representação hedonista e sensualista da satisfação sexual. Assim, o asceticismo é praticado para fins de hedonismo, com uma economia racional da sensualidade onde o indivíduo é instado a ser agente do prazer e aproximar-se de seu corpo para usufruir desinibidamente dele, mas ao mesmo tempo contemplar, como um espectador a relação sexual com um afastamento intelectual representado pela programação da espontaneidade e dos comportamentos. Deve-se controlar e ao mesmo tempo deixar-se submergir pelas fantasias e os estímulos. O sujeito é encorajado à

independência, mas dentro da submissão a normas ditadas por outrem. Béjin considera que esses “imperativos contraditórios” são “consustanciais aos fundamentos éticos das sociedades democráticas contemporâneas” e que “não poupam a esfera sexual”. (Béjin, 1987:248) Particularmente, há uma injunção paradoxal que ele denomina “altruísmo egoísta”, marcado pela idéia que a relação sexual é vista como troca, um dar e receber. Se o orgasmo é algo inato e a sua obtenção não é mais mediada apenas pelo parceiro, pois esse pode ser complementado ou substituído pelo domínio racional do universo erótico particular (seja a fantasia, seja a técnica), este parceiro se torna um mero estímulo de um ato fundamentalmente auto-erótico. E a relação sexual uma comunicação de partes quase isoladas cujo resultado são dois prazeres solitários.

“Não é um egoísmo nem um narcisismo a dois, e sim a conjunção de dois egoísmos em um auge. O parceiro no amor, nessa lógica eminentemente humanista e igualitária, não passa de um *catalisador de um avaiar de masturbação*, isto é, ele favorece (acelera) uma reação sexual no fim da qual ele se encontra (quase) inalterado. Poder-se ia dizer ainda que o *coito* constitui uma espécie de *autocatálise*, pois engendra as estimulações, os fantasmas que vão lhe servir de catalisador.” (Béjin, 1987:249)

A masturbação é, nesse ideal de sexualidade, uma *forma canônica* a partir da qual é possível decalcar as diferentes formas de relações sexuais como variantes do próprio ato masturbatório, nas quais a função do ‘outro’ (o parceiro) é potencializar a excitação individual. Há, conseqüentemente, uma passagem regular entre as diversas formas de expressão da sexualidade marcada pela base comum da auto-sexualidade, especialmente na passagem da hetero para a homossexualidade²³. Esta concepção parece estar na raiz do que Gregori (2004) chamou de “erotismo politicamente correto”. Identificado pela autora em um novo segmento de comércio de produtos eróticos, se liga a uma revisão do papel do erótico e pornográfico alimentado pela crítica feminista e realizado através de um esforço de legitimação e redefinição das práticas eróticas de minorias sexuais. Este tipo de erotismo valoriza a busca pelo prazer, da diversão e da auto-estima na subjetividade individual, alcançados pela pedagogia de técnicas de exercícios sexuais e o estímulo do uso de “brinquedos” eróticos e outras fantasias. É uma abordagem pragmática da função sexual. Se por um lado este erotismo é marcado por uma grande ênfase na genitalidade, seu objetivo parece estar ligado à eliminação das

²³ Contudo, Béjin admite que não haja uma livre substituição entre todas as diferentes formas de “catalisadores sexuais”, sendo forçoso atribuir-lhes uma equivalência funcional.

diferenças dos sujeitos – seguindo uma lógica de igualitarismo – para que o desejo possa ser elaborado sem que se articule às posições sociais daqueles envolvidos no “ato erótico”. Para Gregori:

“... não há correspondência entre a posição de sujeito em termos sociológicos, de gênero, racial e um tipo modelar de comportamento ou preferência sexual. O campo se alarga, ainda que a preço de uma fragmentação. Antes, a própria fragmentação é empregada como algo positivo, como uma re-significação que visa à expansão dos prazeres possíveis e à implosão de modelos ou da modelagem convencional do comportamento sexual.” (Gregori, 2004:251)

Gregori considera que este tipo de ideal sexual opera um reposicionamento do papel da violência²⁴ dentro das práticas sexuais. Por um lado, há uma domesticação e neutralização do sentido de violação no significado do erótico, operado pelo esforço de integração (oposto à subversão) na apresentação de produtos e técnicas para o exercício sexual que se ligam à ideia de uma “ginástica” corporal no uso da sexualidade, com fins de fortalecimento do *seif*. Por outro lado, este “apagamento” da violência do campo do erótico serve ao esforço de garantir seu exercício politicamente correto, “apagamento” este realizado pela noção de ‘consentimento’ que é articulada principalmente pelas fantasias ligadas ao sadomasoquismo. Exemplar da aplicação de um “pragmatismo” ao campo do erótico, o que para Gregori é ponto de seu esforço de legitimação, essas práticas mobilizam ‘o consentimento’ como um “ato imediato da vontade”. Para Gregori, há algumas perdas e ganhos resultantes dessas ideias: por um lado aumenta-se o escopo de possibilidades de escolhas e práticas sexuais legítimas. Por outro, desloca-se o sentido do pornográfico para longe da tradicional noção do obsceno, sendo substituído pela “noção da prática sexual como técnica corporal que visa o fortalecimento da auto-estima individual.” (Gregori, 2004:254)

2.2 A redefinição psiquiátrica das perversões

Apesar de toda a ebulição em torno das pesquisas de Kinsey e Masters & Johnson e da nova sexologia, as definições psiquiátricas sobre as perversões continuaram basicamente as mesmas até as últimas décadas do século XX. Como demonstra Lanteri-Laura (ver Capítulo I), em termos de conteúdo elas estavam recobertas pelo discurso psicanalítico e mantinham o mesmo conjunto de nomenclaturas

²⁴ Bataille (2004) é um autor exemplar que expõe a ligação entre o erótico e violência/violação, revelando os conteúdos de transgressão (do social e do sujeito) presentes no erotismo.

definido por Krafft-Ebing. Este conjunto não sofreu modificações até meados dos anos 70, quando através de uma grande pressão política o movimento homossexual consegue retirar ‘homossexualidade’ do manual da Associação Psiquiátrica Americana (APA), chamado DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico)²⁵. A saída da homossexualidade do critério de classificações do DSM foi de profunda relevância, pois representa uma importante transformação. Tendo ocorrido nos quatro primeiros anos da década de 70, a luta pela retirada da homossexualidade das classificações psiquiátricas é imediatamente anterior ao processo de revisão que resultou na terceira versão do manual DSM, sendo de fato uma espécie de catalisador para as significativas mudanças do campo psiquiátrico que marcaram essa edição. Isto porque a primeira e a segunda versões de DSM, respectivamente o DSM I de 1952 e o DSM II de 1968, refletiam uma grande influência da psicanálise, ligada ao status hegemônico desta teoria no meio psiquiátrico americano naquele período. Contudo, o DSM era então um manual pouco utilizado, já que seu uso para diagnóstico na psicanálise não era muito relevante e sua importância na relação da psiquiatria americana com o pagamento de seguros estava apenas começando. (Cf. Kutchins & Kirk, 1997) A terceira versão do DSM começou a ser preparada em 1974, sendo terminada em 1979 e publicada no ano seguinte. Foi representante de uma alteração da psiquiatria americana psicanalítica centrada no consultório para uma profissão orientada à pesquisa e determinada pela biopsiquiatria:

“There was a transformation from a private-practice-centered, psychoanalytically based profession to a research-oriented, university dominated discipline influenced by the descriptive approach of Emil Kraepelin.” (Kutchins & Kirk, 1997:64) (Tradução 2 no Anexo I)

Foi desde meados dos anos 60 que o movimento norte-americano pelos direitos de homossexuais ganhou visibilidade e expressão política²⁶. Nesse período, as duas primeiras edições do DSM definiam a homossexualidade como uma doença mental, uma dentre as outras perversões ou desvios de natureza sexual. Sob a influência da psicanálise o DSM I considerava o “Desvio Sexual” (“*Sexual Deviation*”) um tipo de “comportamento patológico” classificado como “Transtorno de Personalidade Sociopática” do grupo dos “Transtornos de Personalidade”. O “Desvio Sexual” podia

²⁵ Siglas no original em inglês, como são mais conhecidas: *American Psychiatric Association* (APA) e *Diagnostic-Statistic Manual* (DSM). O DSM é a publicação oficial responsável por estabelecer o critério das classificações psiquiátricas nos EUA.

²⁶ O marco do nascimento de uma organização homossexual mais militante são os eventos de Stonewall de 1969 em Nova York, quando surge o *Gay Liberation Movement*. (Cf. Kutchins & Kirk, 1997)

ser especificado de acordo com o comportamento patológico, que podia ser homossexualidade, travestismo, pedofilia, fetichismo e sadismo sexual (incluindo estupro, ataque e mutilação sexual). O DSM II expande a classificação “Desvio Sexual” em nove categorias individualmente descritas: homossexualidade, fetichismo, pedofilia, travestismo, exibicionismo, voyeurismo, sadismo, masoquismo, e a categoria aberta outros desvios sexuais. Esta lista encontra-se no grupo dos “Distúrbios da Personalidade e Outros Distúrbios Mentais não Psicóticos”. (Cf. Russo, 2004. Ver Anexo II). Obviamente, as listas de “Desvio Sexual” dos DSM I e II são parcialmente equivalentes à nomenclatura de Krafft-Ebing.

Kutchins & Kirk (1997) detalham os conflitos resultantes dos esforços do movimento homossexual para influenciar a definição da APA, centrados inicialmente em críticas às tentativas de cura da homossexualidade e ao debate orientado à definição de sua causa. Contudo, com a emergência de um ativismo mais vigoroso nos 70 e a publicização de um ‘estilo de vida’ *gay*, questões de causalidade e debates sobre psicoterapia não eram mais consideradas pertinentes pela militância, e se tornaram irrelevantes as conotações psicanalíticas sobre a infância e a relação de homossexuais com seus pais, que não deviam determinar direitos individuais. Assim, o movimento homossexual opera uma transformação moral da categoria homossexualidade através de adoção da expressão “*gay*”, da introdução das idéias de um “estilo de vida”, um “papel” ou “identidade” ligados a uma “preferência sexual”; e da coletivização das questões pertinentes a homossexuais. Russo (2006) chama a atenção para o contexto cultural mais amplo do pós-guerra em que essas modificações tomam rumo, contexto em que o movimento contestatório da contracultura figura proeminentemente no plano de fundo:

“A vitória do movimento *gay* deve ser compreendida no quadro mais geral do movimento de lutas pelos direitos civis, que naquele momento envolvia várias minorias dos EUA. O final dos anos 60 foi marcado pela contestação do ‘sistema’ nos Estados Unidos, com o surgimento da *New Left*, do feminismo e toda a turbulência causada pelos protestos contra a guerra do Vietnam, quanto pelo movimento pelos direitos civis dos negros.” (Russo, 2006:276)

Segundo Kutchins & Kirk, no meio psiquiátrico disputas sobre a natureza da homossexualidade eram parte de um conflito mais amplo de psiquiatras com a psicanálise. Uma vertente mais liberal da psiquiatria criticava veementemente a interpretação psicanalizante de questões sociais e políticas, e o tipo de visão psicanalítica sobre a homossexualidade estava sendo contestada desde o período pós-

guerra por pesquisas como a de Kinsey. As demandas do movimento *gay* são concomitantes a uma oscilação em direção a um suporte classificatório diferente do psicanalítico, que ocorrem num contexto psiquiátrico em que a psicanálise era uma ortodoxia vista como um inimigo a ser combatido num cenário mais amplo de contestação de valores tradicionais políticos e culturais. Assim, a controvérsia acerca da homossexualidade impulsiona os esforços da APA em tirar de seu manual influências psicanalíticas.

Nos debates da APA sobre a modificação do diagnóstico da homossexualidade o psiquiatra Robert Spitzer se torna um dos personagens centrais por sua relevante participação na abordagem anti-psicanalítica, e sua carreira reflete a própria mudança que ocorre na profissão psiquiátrica. Originalmente de formação psicanalítica (como era comum), era professor atuante na área acadêmica sobre questões de diagnóstico e conhecido como um proponente da psiquiatria biológica²⁷. O interesse de Spitzer no debate da homossexualidade se ligava mais à tentativa de estabelecer uma definição de doença mental – esforço marcado por diversas tentativas orientadas pela eliminação de pressupostos psicanalíticos. Kutchins & Kirk sintetizam da seguinte forma os elementos em jogo:

“The search for a satisfactory definition of ‘mental disorder’ and the creation of a classification system free of psychoanalytic concepts seem to be far removed from the concerns of gay demonstrators, but the debate over these two problems played a central role in the struggle to remove the diagnosis of homosexuality from DSM. The declassification of the diagnosis of homosexuality should be understood in the context of the broader debate within the APA about eliminating psychoanalytic assumptions from the theoretical formulation of the concept of mental illness.” (Kutchins & Kirk, 1997:65) (Tradução 3 no Anexo I)

Spitzer passa a atuar como mediador dos diferentes lados do conflito sobre a homossexualidade, e assume a tarefa de capitanear a revisão do diagnóstico. Ele apresentou à diretoria da APA uma mudança diagnóstico-classificatória que atendesse às demandas do movimento homossexual. Contudo, a proposta de Spitzer não eliminava completamente a homossexualidade do DSM, pois ele incluiu um diagnóstico (*Sexual Orientation Disturbance*) definido pela inadequação aos sentimentos homossexuais. Para justificar sua posição ele procurou definir doença mental como “behavior that is accompanied by subjective distress or a generalized impairment in social effectiveness

²⁷ Comprometida com a reinserção da psiquiatria como uma disciplina médica *stricto sensu*.

or functioning.” (Kutchins & Kirk, 1997:69) Sua proposta não foi integralmente aceita por nenhuma das partes envolvidas, já que não atendia exatamente às exigências do movimento homossexual e era considerada “liberal” demais pelos psicanalistas. Na tentativa de conciliar as diferentes interpretações e resolver o enorme conflito, o resultado acabou sendo decidido por um referendo, que em 1973 foi a favor da retirada da categoria “homossexualidade” do DSM.

Em parte devido ao seu papel na redefinição diagnóstica da homossexualidade Spitzer é chamado a rever o DSM como um todo; vindo a liderar a *task force* responsável por reformular completamente as classificações psiquiátricas no DSM III a partir de 1974. Contudo, nesta versão do DSM (publicada em 1980) Spitzer promoveu a volta da homossexualidade ao manual²⁸, propondo o termo ‘*homossexualidade ego-distônica*’ dentre os “transtornos psicosexuais”. Embora este diagnóstico referente à homossexualidade viesse a cair completamente na revisão realizada no DSM III em 1987²⁹, o impacto da alteração diagnóstica anterior foi muito mais significativo. A alteração de 1973 foi amplamente noticiada pela mídia na época, quando se afirmou que os psiquiatras consideravam a homossexualidade um comportamento normal e não mais uma doença mental.

Para além das querelas em torno da homossexualidade, o DSM III significou uma mudança extensa não apenas dos diagnósticos em psiquiatria, mas também da lógica classificatória³⁰. Quanto aos antigos “desvios sexuais”, foi criado o agrupamento dos “Transtornos Psicosexuais”, que se subdividiram em Transtornos da Identidade de Gênero, Parafilias³¹, Disfunções Psicosexuais e a categoria aberta Outros Transtornos Psicosexuais. Para Russo & Venancio (2003), a forma de classificação da sexualidade no DSM III, que se aprofunda nas versões seguintes do manual (III-R, IV e IV-TR), demonstra uma autonomização do tema e o alargamento da noção de patologia sexual – abrangendo não apenas os desvios, como era tradicional, mas incluindo nela a idéia de disfunção, que antes estaria alocada de forma disseminada como um sintoma periférico

²⁸ Spitzer buscava por um termo específico ao homossexual em sofrimento por causa de sua sexualidade, considerando o termo ‘*Sexual Orientation Disturbance*’ muito genérico.

²⁹ Conhecida como DSM III-R.

³⁰ Os critérios adotados no DSM III estabeleceram uma distinção clara entre patologia e normalidade, e entre diferentes entidades patológicas. O doente é aquele que se encaixa perfeitamente nas listas padronizadas de classificação das doenças segundo seus sintomas, em critérios explícitos de inclusão e exclusão.

³¹ As Parafilias corresponde a tradicional lista de fetichismo, travestismo, zoofilia, pedofilia, exibicionismo, voyeurismo, masoquismo sexual, sadismo sexual, e a categoria aberta parafilia atípica.

de alguma outra perturbação (como a neurose). Pode-se inferir dessa classificação uma nova representação das concepções sobre o normal e o patológico.

“A transformação promovida pelo DSM III, neste caso [das disfunções], diz respeito à ‘extração’ de determinados sintomas – antes vistos como parte de um transtorno mais abrangente – que passam a constituir um transtorno em si mesmo. A sexualidade deixa de ser uma ‘força subjacente’ ou um fundamento oculto, e passa a ser um comportamento objetivamente observável e passível de disfunção. O importante no caso é que não se trata mais de avaliar e classificar comportamentos transgressores ou marginais, mas sim a performance sexual de qualquer um. Isto é, não se está mais produzindo identidades desviantes ou definindo novos sujeitos na cena pública (como foi o caso, por exemplo, da homossexualidade) mas alargando e pavimentando o caminho para uma compreensão biomédica das perturbações mais ou menos corriqueiras, da vida cotidiana.” (Russo & Venancio, 2003)

O ponto mais significativo dessas transformações é que a classificação psiquiátrica se junta à nova sexologia ao considerar como periféricas as parafilias, equivalentes das perversões que antes representavam a totalidade dos transtornos sexuais. Se no século XIX pudemos observar como a medicalização das perversões retirou determinados fenômenos do campo estrito da moral e da religião, o sucesso do movimento *gay* na sua luta contra o *establishment* psiquiátrico aponta para a significação *política* dos comportamentos sexuais em substituição à visão médica dos mesmos. A partir de então, alguns dos fenômenos anteriormente vistos como perversões ou distúrbios do comportamento sexual – ou seja, fenômenos definidos como de natureza sexual – passam a ser considerados como um estilo de vida, uma opção, sub-cultura ou minoria³². Torna-se possível que pessoas identificadas pelas características “diferentes” de seu “comportamento/natureza” sexual reivindiquem direitos políticos a compartilhem de valores como o da “saúde sexual” estabelecidos pela sexologia moderna. Principalmente através da prédica de um “erotismo politicamente correto” estes fenômenos assumem uma conotação política ligada às idéias de diversidade e direitos sexuais, especialmente através da noção de consentimento. O “perverso polimorfo” de Freud alcança a normalidade.

³² Contudo, não é possível generalizar sobre todas as antigas perversões. Embora este trabalho seja sobre o BDSM e a homossexualidade seja o grande caso exemplar, a pedofilia é uma significativa exceção. É interessante ainda observar que, junto com a politização do comportamento sexual das ditas minorias, surge a nova sexologia que patologiza as disfunções que antes estavam na esfera da ‘normalidade heterossexual’.

3 METODOLOGIA

A importância de uma tecnologia da comunicação como a Internet deve ser considerada de um ponto de vista estrutural, como uma revolução tecnológica de grande porte com significativo impacto nas relações sociais. Nos estudos sobre a Internet pode-se perceber a dicotomia entre seus críticos mais acirrados e aqueles visionários que enxergam grandes possibilidades para seu futuro. Por exemplo, proliferam discussões sobre a capacidade da rede de unir ou de separar os indivíduos e os grupos, recapitulação de uma dicotomia que Eco (1979) já definira como um conflito entre ‘apocalípticos’ e ‘integrados’. Respectivamente, são aqueles que tendem a elitizar excessivamente a noção do que seria uma ‘verdadeira’ cultura e enxergam nas novas tecnologias a instauração de um crescente processo de decadência social, contra aqueles que ‘apenas lêem’ os produtos da cultura de massa, aderindo a eles como a um progresso redentor. Ambas as formas de crítica aos meios de comunicação se dirigiam aos meios em si, ou quando mais específicas, à lógica sob a qual operam.

Eco propõe, por outro lado, pesquisas sobre produtos culturais que levem em conta “seus meios expressivos, o modo pelo qual são usados, o modo com que são fruídos, o contexto cultural em que se inserem, o pano de fundo político ou social que lhes dá caráter e função.” (Eco, 1979:67) O ponto central a ser extraído da análise sobre a indústria cultural é que não há agentes passivos que absorvem como autômatos a informação captada dos meios de comunicação. Deve-se privilegiar a interatividade da indústria cultural e sua capacidade de atender à segmentação que parece inerente ao seu formato e lógica consumista. A Internet marca o ponto mais alto dessa trajetória de crescente interatividade, que é pautada principalmente pela satisfação dos interesses de grupos particulares que muitas vezes se distinguem através de um ‘estilo de vida’ próprio. Assim, os trabalhos que utilizam a Internet devem reconhecer a importância do fenômeno que estudam do ponto de vista do seu impacto na cultura.

A produção de saberes e fazeres antropológicos pode beneficiar-se do impacto das redes digitais e eletrônicas ao realizar uma investigação dos formatos de trocas simbólicas e sociais que têm base nas novas tecnologias da informática. Estes estudos participam da construção da própria figura humana projetada pelo mundo contemporâneo. O ciberespaço não deve ser tratado como uma esfera separada da atividade social, o que significa não adotar a dialética do real e virtual como

experiências separadas. O significativo é entender que o meio possibilita um discurso único, indicando novas direções e possibilidades de expressão em que a tecnologia representa um papel destacado na convergência dos discursos.

Se por um lado a noção de uma etnografia na Internet, ao invés de uma etnografia da Internet, ajuda a implodir o conceito de fisicalidade em relação ao trabalho de campo, por outro dificulta a tarefa de definir o objeto de pesquisa para além de categorias nativas. Essa dificuldade fica expressa, por exemplo, quando se depara com a necessidade de descrever a virtualidade, as ferramentas e as dinâmicas desse espaço utilizando conceitos inerentes e definidores do meio⁴³. Não é verdade que o uso da Internet abrevie ou facilite a pesquisa, e talvez suceda até mesmo o contrário. Um tratamento adequado de dados recolhidos *on-line* tem um débito com o progressivo amadurecimento de pesquisas e bibliografias nessa área.

3.1 A Internet, novas formas de sociabilidade e metáforas do ser

Na Internet existe um grande potencial para que possam surgir novas formas de sociabilidade e de ser ou reconhecer a pessoa, de representá-la. Seguindo essa linha de raciocínio, a Internet e o contexto cultural e tecnológico que a concebeu, e que ela reforma, abrem espaço para novas metáforas e novas formas do ser e de se relacionar. A Internet, como afirma Hernano Vianna, permite ao indivíduo:

“... [se] transformar em qualquer coisa ou membro de qualquer minoria dentro de, por exemplo, espaços radicais de convivência eletrônica como MUDs³⁴, ambientes virtuais ficcionalizados de conversas ao vivo. Pode-se também ter várias identidades diferentes atuando em mundos virtuais diferentes. Depende do talento de cada usuário o sucesso nessa empreitada.”(Vianna, 1995)

A rede é uma poderosa ferramenta de articulação de novas metáforas da pessoa. Ela já é, em seus próprios mecanismos de funcionamento, repleta de metáforas reificadas na e pela própria interface da tecnologia. Como aponta Aranha Filho, a busca interminável pela qualidade mais “amigável” (*user friendly*) dos aspectos da interatividade, bem como o desejo de reproduzir formas de interação reconhecíveis e cognatas de algo que já existe fora do ambiente virtual podem ser considerados como responsáveis pela própria característica eficientemente expansiva da rede: “É na medida em que se consegue obter ‘cópias’, modelos análogos de situações com que o usuário

⁴³ Como chamar os mundos *on-line* e *off-line*, ou explorar a dicotomia entre ambos?

³⁴ Multi-User Domain

está habituado a interagir, que essas tecnologias vão construindo a sua hegemonia.” (Aranha filho, 1995)

Na rede, a negociação da identidade existe em muitas formas e possibilidades. De fato, segundo Aranha Filho, é um processo obrigatório, por exemplo, na forma do “ritual” de se acessar a Internet através de um *login* e uma senha estritamente individuais e intransferíveis.

“Não são apenas burocracia e procedimentos técnicos, mas envolvem definição de identidade, determinam o modo como o sujeito ganha existência na rede, definem o seu espectro de ações possíveis. O usuário penetra no espaço virtual assumindo uma persona (identidade eletrônica) que pode movimentar-se, pronunciar-se e agir. Há ruptura da passagem das atividades cotidianas para o modo específico de atuação do indivíduo na rede (passagem *on-line/off-line*). Obriga um deslocamento do *self* o indivíduo se vê diante da tarefa de reinscrever a sua identidade num novo ambiente, de se auto-representar. Esta passagem é ritualizada de forma exemplar na primeira vez em que o indivíduo entra na rede, o primeiro *login*.” (Aranha Filho, 1995)

3.1.1 Virtualidade

Para Lévy (1996), o virtual é uma nova modalidade de *ser*. Seu meio, por definição, é o *ciberespaço* -- uma noção que complexifica a concepção de espaço puramente físico. O ciberespaço é percebido por seus usuários como um lugar real, cuja geografia é denotada pelos termos que descrevem a forma de mover-se e localizar-se nele. Para Aranha-Filho:

“Espaço é justo uma dessas metáforas orientadoras, talvez a mais basal, e hoje a mais ubíqua: constrói-se a interface de tal modo que a rede é percebida pelo usuário como um **espaço** topográfico (ciberespaço, virtual), com lugares (*sites*) onde estão reunidos as atrações e serviços, e vias de conexão (a INTERNET seria o esboço de uma *info-highway*, *info bahn*), ‘caminhos’ pelos quais locomover-se entre os sítios. O processo pelo qual um usuário busca informações, serviços, parceiros sempre evoca o de um deslocamento, de um percurso -- a navegação, o *surfing* -- como se fosse o próprio sujeito que, mergulhado no circuito virtual, se movimentasse percorrendo a topografia da rede -- ao invés de assistir estático aos pedaços do material circulante na rede desfilarem à sua ‘janela’.” (Aranha Filho, 1995)

Tampouco o virtual e os processos que ele engendra são percebidos como algo diferente do real. Se a própria noção de espaço de desmaterializa diante do virtual, a percepção do tempo e a noção da presença também são reformadas:

“Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam ‘não-presentes’, se desterritorializam. (...) Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário. Ele produz efeitos. (...) Os operadores mais desterritorializados, mais desatrelados de um enraizamento espaço-temporal preciso, os coletivos mais virtualizados e virtualizantes do mundo contemporâneo são os da tecnociência, das finanças e dos meios de comunicação. São também os que estruturam a realidade social com mais força, e até com mais violência.” (Levy, 1996:21)

Em sua tese de mestrado sobre idolatria de uma figura pública, realizada através da etnografia de um fã clube virtual, Coralis esclarece que o ciberespaço torna contingentes as variáveis do tempo-espaço. Através deste processo de virtualização, pode-se considerar o ciberespaço como uma nova realidade social-virtual. Ao mesmo tempo em que mantém estruturas da sociedade real, não corresponde totalmente a ela. (Coralis, 2004:i 10)

“O fenômeno virtual não rompe com a realidade. Admite-se que, muitas vezes, o virtual ‘não está presente’, mas nem por isso ele é totalmente imaginário ou se opõe ao real. Existe uma vinculação estreita com as regras de sociabilidade da sociedade ‘real’, reproduzindo-as ou incrementando-as de acordo com as novas possibilidades. O ciberespaço está inserido no contexto social e é freqüentado por agentes sociais que praticam a interação entre si por meio de uma relativamente nova tecnologia.” (Coralis, 2004:111)

Portanto, a divisão radical entre atividade *on-line* e *off-line* é colocada em questão por diversos autores que trabalharam a rede como campo etnográfico. Como resume Jungblut, o virtual é uma expressão do real, não seu oposto:

“O *virtual*, dessa forma, não implica desrealização, pois muitos dos atos produzidos pelos mecanismos de virtualização são fatos sociais concretos, já que produzem efeitos na realidade e, assim, não pertencem ao reino do imaginário, não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência ‘virtual’.” (Jungblut, 2004:102)

A discussão sobre o caráter objetivamente *real* do que ocorre no ambiente virtual filtra a abordagem das comunidades virtuais que geram o discurso analisado neste trabalho. Serão elas reais ou imaginadas? A postura de Wilson & Peterson (2002), sobre a antropologia das comunidades *on-line*:

“Our view, and one that seems most consonant with current anthropological theory and practice, is that the distinction of real and imagined or virtual community is not a useful one, and that an anthropological approach is well suited to investigate the continuum of communities, identities, and networks that exist – from the most cohesive to the most diffuse – regardless of the ways in which community members interact.” (Wilson & Peterson, 2002:456-7)
(Tradução 4 no Anexo I)

Um princípio semelhante é adotado por Lira (2005). A autora realizou uma análise do conteúdo de páginas na Internet de temática Pró-Anorexia (‘pró-ana’). Identificou que uma rede de jovens mulheres se formava ao redor de *blogs* (diários virtuais) e sites que atuam como guias para essa rede. Assim, estas mulheres construíam uma identidade ‘pró-ana’ através do compartilhamento de certas práticas, princípios, idéias e condutas. Lira entende que a busca em satisfazer um ideal de imagem corporal necessita, além do consumo de técnicas, serviços e produtos, da aquisição de conhecimento.

“O espaço da internet (chats, home pages, diários virtuais, etc) proporciona a este grupo a formação de uma ‘comunidade’ no sentido das relações se basearem na idéia comum de que a anorexia é um estilo de vida. (...) O ciberespaço como ambiente de sustentação do grupo se constitui, ao mesmo tempo, como espaço público, que permite a visibilidade das idéias e a interação com os pares, e como um território privado, no sentido de escapar ao olhar controlador da família, dos colegas de escola ou de trabalho, pois coloca à disposição do usuário a possibilidade do anonimato, no caso das pró-anas, da criação de uma nova identidade.” (Lira, 2005)

A ferramenta da Internet fornece o anonimato e a interatividade, requisitos necessários para a manutenção do grupo pró-ana. Além disso, estes requisitos também são fundamentais, segundo Lira, para “a sustentação de um ‘estilo de vida’ e/ou de uma ideologia percebida como desviante, que beira a marginalidade” (idem). Nesse sentido, a autora concorda com Aranba Filho sobre o caráter da Internet:

“As redes de computador *propiciam* a formação de uma forma específica de sociabilidade, construída fundamentalmente através das interações dos usuários na e pela rede. Há uma espécie de *vocação* das redes para formar comunidades, para criar laços sociais entre seus usuários. Esta potencialidade é até certo ponto inerente à estrutura técnica dessa tecnologia, mas também resultado das *reapropriações* da tecnologia pelas instituições e grupos sociais que impõem a ela o seu uso preferencial.” (Aranba Filho, 2005)

O BDSM é caracterizado por ser uma ideologia (sexual) ou estilo de vida/prática sexual que também é classificada como patologia mental. Além disso, semelhante ao caso 'pró-ana', os discursos sobre o BDSM têm um objetivo direto de informar e esclarecer sobre o tema, e se encontram no contexto de suporte à idéia de um grupo identitário. Reproduzem a noção de pertencimento através da informação de técnicas, conceitos e definições. É através da possibilidade que os praticantes de BDSM têm de manter contato na Internet que se veicula o discurso de legitimação, descriminalização e despatologização das práticas sexuais associadas ao BDSM.

A busca pelo discurso BDSM concentrou-se nas páginas virtuais que trazem discussões e apresentações sobre o assunto, dedicadas à informação. Foram excluídos os diários virtuais e outros tipos de sites cujo conteúdo fosse exclusivamente de relatos pessoais. Como o objetivo final é registrar o conteúdo do discurso organizador das práticas BDSM na Internet, com atenção aos conceitos e às categorias legitimadoras definidas pelos praticantes, estes sites de informação são mais interessantes pela consistência de sua proposta – que é diferente da de um blog, onde a diversidade de informações necessitaria de um extenso trabalho de garimpagem.

3.1.2 O hipertexto

Levy comenta, sobre a natureza do hipertexto, que ela realiza um processo que é inerente à leitura, entendido como o ato de atualização das significações de um texto. Assim, mesmo a leitura tradicional em papel é um ato de “escolhas” interpretativas que ocorrem na mente do leitor. O consumidor de um texto seleciona esta ou aquela idéia que lhe soa pertinente de acordo com uma imagem que já se encontra fundada em suas representações, acrescentando-a e refinando a sintonia entre o recém aprendido e o já estabelecido. Desta forma, há um paralelo entre ser leitor e ser autor de um texto, pois o leitor é uma espécie de editor daquilo que lê. O hipertexto é, assim, uma ferramenta que permite materializar o processo de leitura ao mesmo tempo em que borra mais nitidamente a fronteira entre o autor/editor e o consumidor:

“Com efeito, hierarquizar e selecionar áreas de sentido, tecer ligações entre essas zonas, conectar o texto a outros documentos, arrimá-lo a toda uma memória que forma como que o fundo sobre o qual ele se destaca e ao qual remetem são outras tantas funções do hipertexto informático.” (Levy, 1996:37)

A criação do hipertexto conteria um “movimento inverso da leitura, no sentido em que produz, a partir de um texto inicial, uma reserva textual e instrumentos de composição graças aos quais um navegador poderá projetar uma quantidade de outros textos” (Levy, 1996:41-42) De certa maneira o hipertexto, com sua característica expansiva onde uma informação pode remeter a outras tantas numa progressão possivelmente infinita de assuntos e temas interligados, materializa a subjetividade do leitor no próprio ato de busca (de entendimento) textual. Se o hipertexto é uma objetivação do processo de leitura, no sentido da metodologia da pesquisa é possível tratar essa idéia como uma forma de assimilar ao processo de busca de dados na Internet o papel da subjetividade do navegador diante do enorme montante de informações disponíveis. Levy considera que o leitor participa de organização ou edição final da leitura particular do hipertexto que realiza, tornando-se efetivamente uma espécie de autor. Para ele: “A partir do hipertexto toda leitura tornou-se um ato de escrita.” (Levy, 1996:46)

Contudo, para além do método da pesquisa, as considerações de Levy ajudam a entender a própria natureza do material textual levantado. Os dados sobre o discurso BDSM encontrados na Internet possuem, por causa do meio em que existem, características próprias colocadas em jogo pela sua hipertextualidade:

“Enfim, o suporte digital permite novos tipos de leituras (e de escritas) coletivas. Um *continuum* variado se estende assim entre a leitura individual de um texto preciso e a navegação em vastas redes digitais no interior das quais um grande número de pessoas anota, aumenta, conecta os textos uns aos outros por meio de ligações hipertextuais.” (Levy, 1996:43)

Outra característica importante do hipertexto sublinhada por Levy é sua “desterritorialização”. No ciberespaço já não é mais possível (ou necessário) identificar um texto, ou mesmo um *pedaço* dele, em seu momento ou localização original da sua cópia. Um dado não só se difunde no todo do grande conjunto hipertextual como se reproduz infinita e paralelamente nele. Esse fato pode ser verificado na ocorrência múltipla de textos ou pedaços de textos traduzidos, reinventados ou simplesmente copiados que se encontram na rede de páginas formada pelos sites sobre o BDSM mapeados.

3.2 Metodologia do levantamento, seleção e classificação de dados para análise

A coleta de dados foi realizada através de ferramentas da Internet acessíveis a qualquer usuário: listas de discussão por e-mail e páginas públicas. Material majoritariamente imagético e/ou sexualmente explícito não fez parte do levantamento, que pretendia montar uma base de dados textual definida por um conteúdo que consistisse de argumentos que visam legitimar o BDSM. O critério inicial de seleção de material para análise foi formulado aos poucos, enquanto uma literatura de metodologia de pesquisa virtual foi sendo revisada e foram sendo mapeadas as possibilidades presentes na comunidade BDSM na Internet. A princípio o objetivo era o levantamento de uso do material textual disponível em listas de discussão por e-mail através de uma etnografia *on-line* das mesmas.

As listas foram selecionadas para observação segundo o critério de relevância em termos da quantidade de associados, da participação assídua de seus membros e dos tópicos discutidos. Assim, quatro grupos de discussão por e-mail do ‘Yahoo!’³⁵ foram identificados para observação. Dois se definem pela localização geográfica proposta aos seus participantes, sendo um do Rio de Janeiro e o outro de São Paulo.³⁶

Informações sobre o grupo “DesejoSecreto”

- Associados: 1227
- Categoria: BDSM
- Criado em: Mai 2, 2001
- Idioma: Português

Informações sobre o grupo “BDSM São Paulo”

- Associados: 3276
- Categoria: Dominação
- Criado em: Out 15, 2003
- Idioma: Português

Informações sobre o grupo “Associação BDSM Rio de Janeiro”

- Associados: 208
- Categoria: BDSM
- Criado em: Jan 11, 2004
- Idioma: Português

Informações sobre o grupo “Nação BDSM”

- Associados: 791
- Categoria: BDSM

³⁵ <http://br.groups.yahoo.com>

³⁶ Estes dados dizem respeito ao período em que foi iniciada a observação das listas, entre o fim de 2005 e o início de 2006.

- Criado em: Mai 1, 2004
- Idioma: Português

Para a participação nestes grupos de discussão sobre BDSM é necessário apenas uma conta de e-mail. Algumas listas de temática sexual exigem que um serviço de perfis públicos que faz parte da conta de e-mail do 'Yahoo!' seja ativado. Os perfis podem conter fotos e outras informações sobre o usuário, como gostos e preferências. A exigência de algumas listas é que o perfil seja definido como 'adulto'. Ao entrar nas listas geralmente recebe-se uma saudação por e-mail do(s) administrador(es), e um material básico sobre o BDSM. Este material varia, e em algumas listas chega a ser composto por mais de 10 documentos de texto ou em e-mails com informações sobre o BDSM. São, por exemplo, denominações e descrições de termos e práticas e modos seguros de realizá-las; ou discussões sobre o consentimento na legitimidade das atividades que seus praticantes defendem.

Cada lista de discussão possui uma página hospedeira no 'Yahoo!' que armazena as mensagens trocadas pelos membros, os arquivos compartilhados pelos usuários e que pode ser customizada em termos de aparência e organização do conteúdo pelos administradores da lista. As mensagens trocadas a partir do momento em que se é um usuário também são encaminhadas ao e-mail que foi utilizado para se registrar como membro da lista. Existe a opção de receber cada e-mail individualmente, um resumo de todas as mensagens ou não recebê-las no e-mail, o que exige que as trocas de mensagens sejam acompanhadas pela página que hospeda a lista. A opção escolhida foi a de receber cada e-mail individualmente, e a observação direta das listas ocorren basicamente a partir da "Caixa de Entrada" da conta de e-mail do 'Yahoo!'. Esta observação consistiu da leitura dos e-mails novos que chegavam por um período aproximado de três meses. A leitura dos tópicos armazenados nas páginas que hospedam as listas complementou esta fase de familiarização com o discurso BDSM.

Foi quase que imediatamente que surgiu a opção de investigar páginas de divulgação sobre o BDSM, pois elas são acessíveis através das listas de discussão. Por exemplo, 'Desejo Secreto', o site escolhido para exemplificar a análise, é organizado pelos administradores de uma das listas de mesmo nome³⁷. Na verdade, pode-se considerar a lista e o site como uma única instituição. Por causa de sua conexão com a lista, o site 'Desejo Secreto' foi eleito para um mapeamento completo. Foram

³⁷ Ver Anexo III para uma ilustração da página inicial de 'Desejo Secreto'.

investigadas todas as possibilidades de navegação presentes nele, o que ajudou a perceber a complexidade e as inúmeras variações dentro do universo BDSM. A ligação do site com a lista favoreceu a percepção do fluxo de informação da comunidade BDSM no ambiente virtual. O material presente em páginas organizadas por praticantes de BDSM, como 'Desejo Secreto', possui um caráter estático e bem-acabado mais simples de ser coletado em relação às listas. Assim, por causa do tempo e da logística necessários para um acompanhamento e sistematização proveitosos dos debates que ocorrem nas listas elas foram consideradas menos apropriadas para a coleta de dados textuais. Foi dada preferência à análise de material disponível em sites, complementada pela observação direta das listas.³⁸

Através da observação foi possível perceber a similaridade entre o discurso organizado e pronto que é disponibilizado nos sites BDSM com aquele que é constantemente renovado e discutido nas listas. Muitas das elaborações de discurso BDSM encontradas na Internet estavam conectadas a uma lista ou fórum, tendo sido definidas primeiro nos debates (por vezes inflamados) que ocorrem nestes espaços. Depois de organizado e sistematizado por membros que participaram da discussão, o material é publicado nas páginas. As listas funcionam como um "cadinho" onde o discurso presente nos sites pode ser continuamente (re)elaborado e refinado. Parte da uniformidade do discurso BDSM encontrado na Internet está ligada à sua constante atualização através das listas e dos sites, tanto em termos de seu conteúdo como em captação de novos usuários.

No site 'Desejo Secreto' se discute e informa sobre o BDSM em diversas seções, e parte do material é tradução de páginas americanas. Portanto, através dele surgiu a oportunidade de comparar discursos de legitimação de diferentes fontes, reunidos num site brasileiro. Foi através da análise da página 'Desejo Secreto' que algumas importantes características se tornaram claras. Por exemplo, o caráter globalizado com grande influência norte-americana, a defesa de um direito político de diversidade sexual que inclui o BDSM e as diversas orientações sexuais, e a necessidade de tornar comum e estimular o domínio de um jargão técnico para falar, e especialmente, para atuar segundo a lógica BDSM. Este jargão é dominado pela categoria consentimento, que, como será apresentado no Capítulo IV, é central para o entendimento do que é o BDSM, legítimo.

³⁸ Foi considerado também o problema de consentimento informado na citação de qualquer material das listas de discussão.

Além disso, como páginas virtuais costumam remeter a outras páginas sobre o assunto de que tratam, ou então assuntos correlatos, foi possível incluir mais páginas no levantamento – nacionais e internacionais. Um mapeamento das páginas indicadas por ‘Desejo Secreto’ demonstrou existirem diversos sites que buscam definir os conceitos importantes para o discurso legitimador privilegiado como objeto ou que avançam a exposição de sua discussão. Uma categoria relevante de sites deste tipo é a das diversas associações e outras denominações representativas de adeptos do BDSM. Nesta categoria se destacam as páginas de instituições estrangeiras (especialmente americanas), que possuem um alto grau de organização e uma proposta e agenda concretas de mobilização política e social. Além disso, estas organizações de praticantes influenciam o campo BDSM internacionalmente.

Um exemplo dessa influência internacional pode ser constatado na página ‘Desejo Secreto’. Uma das características que a destaca é declarar associação com a organização norte-americana chamada NCSF (*National Coalition for Sexual Freedom*³⁹), sediada em Washington, D.C.; EUA. Segundo informação presente em ‘Desejo Secreto’, a NCSF foi fundada em 1997 a partir de um grupo Sadomasoquista de Nova York, EUA. A organização é “dedicada a proteger a liberdade de expressão sexual consentida e informada entre adultos”. Por isso, “realiza campanhas de esclarecimento e educação para promover um maior entendimento sobre a sexualidade e atua junto aos legisladores norte-americanos, tentando promover mudanças legais que ampliem os direitos civis em geral”. (<http://www.desejosecreto.com.br/oquee/oquee.htm>) Vários dos textos e artigos informativos sobre o BDSM da página ‘Desejo Secreto’ são “traduções autorizadas” de textos produzidos pela NCSF. É interessante pensar que há certo prestígio em estar conectado a uma organização estrangeira, que consegue realizar mobilizações e possui representatividade jurídica e política em seu país de origem. Além disto, estas definições importadas da NCSF são elaboradas para o debate com o público, com a mídia, com o sistema legal e com a medicina.

Contudo, o primeiro contato com o discurso BDSM *on-line* foi junto às listas de discussão do ‘Yahoo!’. Tanto na leitura de tópicos arquivados nas páginas destes grupos quanto no material recebido por e-mail foi possível ter uma idéia do tipo de discurso entendido por seus participantes como representativo do BDSM. Esse discurso e o valor a ele atribuído foram as bússolas na subsequente navegação nas páginas da Internet em

³⁹ “Coalizão Nacional Pela Liberdade Sexual” (<http://www.ncsfreedom.org/>)

busca de material textual para análise. É significativa a importância, para não dizer uma certa urgência, atribuída à necessidade de ter contato com esse discurso. Na verdade, mais do que conhecer, ter domínio sobre ele parece o ponto central compartilhado pelas pessoas que se comprometem com as páginas e listas BDSM mapeadas. Portanto, o discurso e sua aceitação aparecem como os elementos que definem a “comunidade” BDSM. Isso pode soar ambíguo diante dos debates acerca de pontos específicos deste discurso que ocorrem nas listas e fóruns. Contudo, há um mínimo denominador comum que é amplamente aceito, o uso da categoria ‘consentimento’ para legitimar as práticas. Esse conceito é a ferramenta básica de articulação de argumentos de legitimação ao BDSM.

4 CONSENTIMENTO E LEGITIMAÇÃO

Neste capítulo apresento o conteúdo do discurso BDSM que foi escolhido para análise. Entre textos que podem ser encontrados na Internet na forma de artigos dissertativos (com ou sem referências bibliográficas), contos, poemas, histórias, notas e notícias jornalísticas (comentadas ou não), um modelo foi privilegiado. Classificado como “Manual”, ele aparece principalmente em duas circunstâncias: são seções comuns em muitos sites que podem ser considerados portais⁴⁰ BDSM, e circulam nas listas de discussão por e-mail. A análise de conteúdo deste discurso no formato “Manual” indicou: 1) a afirmação do BDSM como um conjunto de práticas de natureza sexual, ligadas a um “estilo de vida”; 2) a caracterização da necessidade de um “bem-estar” físico e psíquico, da segurança e do consentimento para praticar o BDSM; noções definidas no conceito ‘SSC’: são, seguro e consentido; 3) a preocupação com o estigma da perversão sexual; 4) um diálogo com a psiquiatria visando legitimação; e 5) a influência norte americana nas definições.

Como o modelo “Manual” é sucinto e organizado em tópicos, ele oferece um panorama das questões importantes para o discurso BDSM, sintetizando os temas mais pertinentes debatidos por seus praticantes e condensando-os nestes textos. Além disso, este modelo foi privilegiado justamente por se caracterizar pelo seu objetivo informador e por sua disseminação; uma vez que é o tipo de material que circula mais facilmente entre as listas de discussão e é publicação freqüente em páginas BDSM. De fato, a proposta do formato “Manual” é estar à frente como um dos primeiros contatos de curiosos com o BDSM. Este tipo de texto tem como objetivos servir de ferramenta de esclarecimento e dar munição para que seja possível que um praticante defenda suas “preferências”. Nesse modelo o esforço de legitimação do BDSM tem sua ponta de lança, principalmente porque ele organiza a diversidade do discurso num formato de fácil leitura.

Exemplos desse formato podem ser encontrados na página ‘Desejo Secreto’, na seção ‘O que é BDSM’ (<http://www.desejosecreto.com.br/oquee/oquee.htm>)⁴¹ que traz um conjunto de argumentos organizados em itens que servem como introdução ao tema. São textos traduzidos do original da página americana NCSF (ver Capítulo III) e em

⁴⁰ Um portal pode ser definido como um site que oferece alguns conteúdos personalizados aos seus usuários e redireciona para outras páginas. O ‘Yahoo!’ é um portal por excelência.

⁴¹ Ver Anexo IV para uma ilustração da seção ‘O que é BDSM’.

diversos pontos o campo acadêmico, o campo psiquiátrico e outros são chamados para conferir um embasamento científico que ajude a garantir legitimidade. Ainda na página ‘Desejo Secreto’ é possível acessar a versão em português e o *link* para o original inglês de outro texto do tipo “Manual”, a lista de *FAQ*⁴² do fórum de discussão ‘alt.sex.bondage’⁴³ (<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex.htm>)⁴⁴. Esta lista contém “perguntas e respostas mais freqüentes” organizadas pelo administrador deste grupo de discussão americano em atividade desde 1995 (<http://www.unrealities.com/adult/ssbb/faq.htm>). Estas perguntas recobrem questões informativas para iniciantes e curiosos, e justificativas sobre a validade e legitimidade das atividades sexuais. Estes dois exemplos são produzidos por grupos de discussão ou organizações representativas e, num contexto nacional, constam em um portal BDSM e estão associadas a uma lista de discussão por e-mail. Por tipificarem as formas do texto “Manual”, foram selecionados para ilustrar a análise conduzida neste capítulo. As citações do conteúdo da Internet foram feitas em Itálico, reproduzidas literalmente.

4.1 Características do discurso "Manual" BDSM

Através de algumas definições básicas o discurso BDSM busca esclarecer que tipos de comportamentos estão em jogo quando se faz referência às atividades que ele representa. Para isso constrói-se a idéia de um conjunto de práticas de cunho sexual e consentidas entre os participantes. O consentimento é a noção mais elementar do BDSM. Ele limita o universo de que se fala, de forma que todas as considerações sobre modalidades de práticas e relacionamentos BDSM subentendem que são atividades consentidas. Ou seja, que não há violação nem abuso *reais* daqueles envolvidos. O consentimento separa o BDSM da criminalidade.

Apenas para deixar claro de inicio, NADA NESTE MATERIAL DEFENDE QUALQUER TIPO DE COMPORTAMENTO NÃO CONSENSUAL. O que eu estou descrevendo aqui é uma variedade de maneiras para amantes se curtirem, se e apenas se os dois quiserem, e ambos derem seu consento.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex01.htm>)

Se cada envolvido concorda com o que está acontecendo, então não é crime. Se não concordam, então é. Esta distinção não é um principio dificil de entender, e estar envolvido no SM torna isto muito claro. Os praticantes do SM estão mais familiarizados com as questões de consentimento do que a maioria, e, como tais, estão menos propensos a cometerem crimes do tipo que as pessoas confundem com SM. E NENHUM material desta FAQ defende QUALQUER tipo de comportamento não-consensual, criminoso.

⁴² Frequently Asked Questions.

⁴³ Referido também como “a.s.b.”.

⁴⁴ Ver Anexo IV para uma ilustração da seção ‘Alt.sex.bondage FAQ’.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex23.htm>)

Uma definição ressaltada sobre o consentimento é que ele envolve a capacidade de um indivíduo em assumir responsabilidades e realizar julgamentos; uma característica desenvolvida apenas por pessoas adultas. Por isso, crianças estão terminantemente excluídas da prática BDSM, bem como de qualquer atividade sexual em geral.

A única regra fundamental, na qual os membros do Clube insistem e que cada membro deve sempre sustentar, é que todas as atividades SM devem ser consensuais, seguras e não exploradoras. Como crianças não são consideradas capazes de dar seu consento, todas as atividades podem envolver somente adultos. As regras de consento e segurança são constantemente reforçadas.

(<http://www.desejosecreto.com.br/oquee/ncsf02.htm>)⁴⁵

Essa idéia se liga à noção de que o BDSM é um “jogo” (em inglês, *play*). Contudo, ele é um jogo adulto, de conteúdo sexual. Alguns participantes problematizam o ‘verdadeiro’ significado do ato de consentir sofrer violência física ou psicológica, e repudiam que o BDSM tenha de fato a natureza quase lúdica de um jogo/*play*. Discute-se sobre um “BDSM real”, onde o lugar do consentimento é questionado enquanto mediador do sentido erótico dos jogos.

Um dos paradoxos do SM gira em torno da consensualidade. Tudo no SM é consensual; embora o top esteja no controle, foi escolha do bottom permitir que o top esteja no controle. E desde que, na maior parte das vezes, o top esteja tentando manter o bottom feliz - e desde que o bottom saiba disso -, não é o bottom que, na realidade, tem o controle? Sim, se sua definição de "no controle" é "poder parar a cena". O bottom pode sempre cair fora, se for um SM consensual.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex24.htm>)

São estas questões que caracterizam a constante insatisfação que parece cercar o conceito de consentimento em suas aplicações específicas. A referência as estas discordâncias internas são recorrentes no discurso BDSM na Internet, pois a existência de diferentes interpretações é entendida como um dos elementos básicos do BDSM. De maneira geral prega-se o respeito à opinião alheia tendo o consentimento como o limite essencial da tolerância. Entretanto, há uma certa contradição nessa atitude, pois pode-se perceber que a definição de consentimento é constantemente negociada. Essa contradição é percebida pelos próprios praticantes como uma espécie de paradoxo (ver também o exemplo anterior).

⁴⁵ Texto citado na fonte com a seguinte referência: Rick Houlberg (1993). "The Magazine of a SadoMasochism Club: The Tie That Binds." *Journal of Homosexuality* 21 (1/2), Haworth Press: pg. 167-83.

Algumas vezes, a discussão no a.s.b acaba se enveredando para um debate muito agitado sobre o que está envolvido na dominação ou submissão "real" ou no BDSM "real". (...) Uma coisa é certa: tentar definir limites rigorosos sobre o que é o SM "real", ou o que não é submissão "verdadeira" ou jogos com dor ou representação de papéis, é um esforço cheio de risco. (...) Um tópico que entra neste contexto, entretanto, é se apenas o SM consensual é "real" -- ou ainda, se o termo "SM" exclui qualquer comportamento que não seja consensual. Como eu coloquei no começo dessa FAQ, eu uso a sigla "SM", aqui, me referindo a atos consentidos entre adultos...

(...)

O a.s.b é também amplamente composto de mensagens de pessoas cujas práticas sexuais são consideradas por muitos como não saudáveis ou pelos menos, esquisitas. Por isso tentamos evitar frases feitas como "O Comportamento X é ERRADO!" ou "O Comportamento X NÃO É LEGAL!", ou mais genericamente "Seu jogo não é legal!". Nós preferimos dizer "O seu jogo não parece legal para mim. Aqui estão alguns riscos que eu vejo nele. Como você lida com eles?"

(<http://www.desej.secreto.com.br/altsex/altsex18.htm>)

Nesse exemplo fica muito claro o valor que se dá à imparcialidade. A ideologia do “não se pode julgar”; “não tem certo ou errado” é muito forte nesse discurso. A única exceção é a condenação do desrespeito ao desejo (ou prazer) do outro: A tolerância e a imparcialidade ligam-se ao fato de que o BDSM envolve uma enorme quantidade de práticas. Contudo, nem todos os praticantes são adeptos de todas as atividades. Diante disto, a idéia de uma comunidade BDSM ganha contornos mais parecidos com uma associação de diferentes pessoas com gostos diversos, ligadas pela “estranheza” de suas preferências sexuais. Em contato através de ferramentas virtuais, estes indivíduos tentam legitimar-se pela conformação à “democracia sexual” (ver Béjin, no Capítulo II) e pela apresentação de uma identidade política organizada. A principal ferramenta argumentativa deste esforço de legitimação é o caráter exclusivamente consentido das atividades sexuais BDSM. Para acomodar o consentimento em todas as práticas possíveis, ele é pensado e debatido caso a caso. Sua aplicação é percebida como controversa e sujeita a interpretações individuais. Assim, uma das características do discurso BDSM é afirmar que o consentimento não é uma definição acabada, mas constantemente negociada entre as muitas perspectivas dos praticantes.

4.2 As atividades e a Comunidade BDSM

4.2.1 A “cena” e os “personagens”

Uma das definições básicas do “Manual” BDSM é sobre os conceitos de papéis (*roles*) “ativos”, daqueles indivíduos conhecidos como *tops* que executam atividades de

dominação e se identificam com a figura do sádico; e “passivos”, dos indivíduos conhecidos como *bottoms* e que exercem a submissão e representam a figura do masoquista⁴⁶. As atividades sexuais BDSM podem envolver o uso de instrumentos ou apetrechos eróticos, os “brinquedos sexuais” (*sex toys*). Podem também ser aliadas a variadas técnicas de imobilização conhecidas como *bondage*. Essas modalidades podem ainda ser associadas ao fetichismo, que envolvem gostos que vão do uso de acessórios e vestimentas de couro a preferência por partes do corpo como pêlos/cabelos ou pés. O(a) fetichista, em infinitas encarnações definidas por diversas “fantasias”, é um personagem do BDSM, assim como o(a) sádico(a), dominador(a), submisso(a), top, bottom e outras variedades de designações.

Estes diversos personagens de fato formam sub-identidades na cultura BDSM. Assim, as pessoas se identificam com um certo “alinhamento” de sua preferência – e poderão buscar textos, discussões e material erótico mais específicos sobre seus gostos. Às vezes as fronteiras entre identificação com um personagem e outro é difusa. Por exemplo, um indivíduo pode se identificar como um sádico e um dominador, com um fetiche por couro e que gosta de imobilizar seus parceiros. Por outro lado, a divisão entre ser *top* e *bottom* parece possuir uma fronteira mais nítida. Contudo, mesmo ela pode ser ultrapassada em termos das experiências nas trajetórias dos indivíduos – e alguns são mesmo conhecidos como *switches*, que se definem pela troca de papéis dependendo do momento ou das pessoas envolvidas.

A divisão de papéis e o uso de “fantasias” se ligam à idéia da atividade BDSM como uma “cena” interpretada por atores. “Fazer uma cena” é se engajar numa atividade sexual BDSM particular, que faz parte de um BDSM *play*. A comunidade de ativistas e praticantes às vezes também é conhecida como “a cena BDSM”. Através da idéia de cena entende-se que uma atividade sexual BDSM possa ser “ligada” e “desligada”, e que ela não é a vida real, mas existe à parte dela⁴⁷.

SM tem conotações definidas de teatro. O fato de você ser um submisso enquanto está atuando sexualmente em uma "play", não significa que na vida real você seja um saco de pancadas, nem significa que sendo um dominador enquanto está em uma "play" você seja um egoísta arrogante. Essas são regras que você pode usar; você é de alguma maneira, um ator.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex02.htm>)

⁴⁶ Embora utilize, em inglês, a mesma “gíria” do meio gay para designar o passivo (penetrado) e ativo (penetrador) da relação sexual, no BDSM essa idéia não é estrita. Um bottom BDSM pode ser o penetrador, se essa for a função que ele exerce a mando de quem o comanda, seu (ou sua) top.

⁴⁷ Contudo, essa afirmação muitas vezes é problematizada pela busca de uma definição de consentimento mais refinada, ou pela tentativa de caracterizar o que seria o “BDSM real” descrito anteriormente.

Por sua característica, a cena pode (e deve) ser discutida num momento que é reconhecido como exterior a ela, que pode ser antes de começar, durante qualquer interrupção e mesmo após seu término. Esse momento de diálogo serve para definir tudo que está e que não está funcionando de acordo com o gosto dos participantes. Assim, os elementos que constituirão a cena devem ser determinados em comum acordo antes de seu início, inclusive de que forma a cena pode ser interrompida. A existência e a divulgação do mecanismo da “safeword” é um dos pontos mais recorrentes dos argumentos de legitimação do BDSM. Ela permite que uma cena seja interrompida a qualquer momento através de um código predeterminado, que não precisa ser uma palavra, podendo ser um gesto ou outro sinal.

O que realmente está por trás da *safeword* é um ideal de controle sobre a atividade BDSM, mesmo que nela o objetivo seja submeter-se à vontade do(s) parceiro(s) – ou seja, abrir mão do controle. Este ponto é a origem da problematização de muitos praticantes sobre o verdadeiro significado do consentimento. Contudo, o limite estabelecido pelas regras de segurança que guiam o BDSM determina que seja realizado apenas aquilo que todos os participantes desejam, e para que esse limite não seja ultrapassado existe a *safeword*. Ela realça o aspecto tido como essencial de qualquer relação BDSM, que é a comunicação. A comunicação permite a negociação, que por sua vez abre portas para o consentimento – sem o qual não há BDSM.

Uma "safeword" deve ser levada a sério. Algumas vezes você pode estar atuando com um "top" que você não conhece bem, e se ele faz algo que você não quer, é importante deixá-lo saber disso de alguma forma, IMEDIATAMENTE. Especialmente se você estiver amarrado ou imobilizado de alguma maneira.

(...)

Uma "safeword" é apenas uma ferramenta de comunicação, nada mais, nada menos.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex03.htm>)

4.2.2 Os jogos

Também é parte das definições básicas do BDSM o estabelecimento da distinção entre estimulação física e psicológica própria de seus jogos eróticos e a definição de que nenhuma das duas é exclusiva ou obrigatória.

SM é uma orientação sexual ou uma forma de comportamento entre dois ou mais parceiros adultos. Esse comportamento pode incluir, sem estar limitado a isso, o uso de estimulação física e/ou psicológica com o objetivo de produzir excitação e satisfação sexual. Frequentemente, um parceiro assume o papel ativo (top ou dominador) e o outro assume o papel passivo ou receptivo (bottom ou

submisso). Praticantes de SM podem ser pessoas heterossexuais, bissexuais, homossexuais, trans ou intersexuadas.

(<http://www.desejosecreto.com.br/oquee/ncsf01.htm>)

Uma atividade BDSM pode ser conduzida apenas no nível psicológico, quando é conhecida como uma relação de ‘Dominação/submissão’, D/s ou D3. Neste sentido, fala-se em termos de *gatilhos emocionais* ou *psicológicos* que devem ser ativados e trabalhados tanto por dominador quanto por submisso num jogo de negociação e troca de poder, para que se desperte a sensação de entrega completa que é o ideal a ser atingido nesta modalidade. Estes gatilhos envolvem humilhação e submissão – às vezes entendidas como manipulação de dor emocional ou psicológica. Embora não passem necessariamente pela estimulação genital ou sequer física, são entendidos como atividade sexual devido ao seu conteúdo erótico e natureza excitante para os envolvidos. De maneira geral a confiança e/ou intimidade são percebidas como necessárias nesta experiência, que idealmente ocorre num grau de profundo comprometimento sentimental em que a estimulação emocional tem um papel fundamental. O comprometimento e a cumplicidade são justamente os elementos sexualmente estimulantes, pois estão subjacentes ao ato de consentir submeter-se a outrem e permitem que a dinâmica de troca de poder transcorra corretamente. Mesmo quando ocorrem sem estar no contexto de um relacionamento afetivo⁴⁸, a relação DS é erótica pelo ato de entrega e confiança que a caracteriza.

Quando a relação BDSM passa por uma estimulação física, a dor é uma questão central. De acordo como os “Manuais”, a dor é entendida como um poderoso estímulo erótico, mas que deve sempre ser provocado com o mais esmerado cuidado e técnica. O objetivo ideal é causar prazer através da aplicação intensa de *gatilhos sensoriais* que causarão/elevarão a excitação sexual dos participantes do BDSM. Assim, se esclarece que o prazer BDSM não diz respeito à ‘dor’ simplesmente, mas dor ligada ao prazer. Dor administrada de forma específica, técnica e com intento absoluto de estimular eroticamente. Essa relação é conhecida como SM, ou sadomasoquista. Entende-se que não há uma separação nítida entre o SM e DS, que fica bem expressa na presença das duas no acrônimo **BDSM**. Para que o estímulo baseado na dor tenha de fato um significado erótico ele deve obviamente ser consentido. Nesse ponto a prática do sadomasoquismo confunde-se ainda mais com a relação de Dominação/submissão

⁴⁸ Há profissionais contratados para serem tops numa cena em que a relação é estritamente comercial (um dos significados de Dominatrix). O discurso de legitimação BDSM não se ocupa muito dessas situações: além da recomendação genérica a uma negociação clara e de antemão de todos os elementos da cena.

onde entra ainda o uso de técnicas de Disciplina (um outro significado para o D), que podem ser tanto físicas quanto psicológicas e podem envolver o uso de imobilização (*bondage*).

4.3 Diversidade sexual e legitimação: o são, seguro e consentido e regulação através de comunidades

Outra forma de argumentação que estabelece uma definição básica inclui o BDSM como uma dentre outras formas de expressão da sexualidade. De acordo com a ideia de diversidade sexual, o BDSM é uma expressão erótica legítima e pode ser praticado por homens e mulheres adultos de diversas orientações sexuais. Enfatiza-se que os praticantes do BDSM são parte da normalidade, que eles são iguais a qualquer pessoa, que ele poderia ser praticado por qualquer um que tenha esse gosto. O único limite é a consensualidade. Este tipo de argumento busca demonstrar como o BDSM se diferencia de comportamentos e indivíduos criminosos ou socialmente marginalizados. Ele se liga ao amplo debate já citado sobre a natureza “real” do BDSM, os limites do consentimento e o papel das fantasias que não o envolvem. Estas fantasias não consentidas aparecem em diversos materiais eróticos, mas não são necessariamente consideradas “tabu”. A ambigüidade das práticas BDSM, que por vezes simulam atos não-consentidos, está sempre presente. Ou seja, se reconhece que fantasias sobre práticas não-consensuais fazem parte do imaginário erótico das pessoas que praticam BDSM consensual. Mas o argumento é que elas devem saber traçar uma linha entre o que é e o que não é aceitável.

There is no doubt that many people who practice consensual BDSM enjoy fantasies involving acts of nonconsensual bondage, dominance, submission, sadism, and/or masochism. But when it comes to real life, consent is of fundamental importance. A story may include nonconsensual acts and yet be an SM story; an SM relationship can become abusive while remaining an SM relationship; but when people here on a.s.b and in the larger scene talk about SM as it ought to be and should be (and in my experience, as it usually is), they mean consensual, healthy SM.

(<http://www.unrealities.com/adult/ssbb/q.htm>)⁴⁹ (Tradução 5)

As regras que guiam este uso do bom senso são chamadas SSC, que lembram que as atividades BDSM devem ocorrer em um contexto São/Sadio, Seguro e Consentido/Consensual. Neste sentido, BDSM é equiparado a uma prática de alto risco

⁴⁹ A versão em português deste trecho em ‘Desejo Secreto’ não era clara, e a disponibilidade desse material tanto em português quanto em inglês permitiu que fosse comparado com o original, apresentado aqui. Uma tradução consta em anexo.

potencial, como um esporte radical, por exemplo. Por isso mesmo, faz-se necessário conhecer profundamente as condições e regras que o regem, para minimizar a possibilidade de acidentes. A definição específica do que exatamente cada elemento do SSC significa é vista como uma fonte de controvérsias, já que defini-lo estritamente é entendido como uma necessidade para tornar confiável o BDSM para todos os seus praticantes. Contudo, de fato as noções de são, seguro e consentido e suas atribuições variam pouco, seguindo o modelo abaixo:

Seguro é se conhecer as técnicas e preocupar-se com os itens de segurança que estão envolvidos no que você está fazendo, atuando, então, de acordo com esse conhecimento.

(...)

São é saber diferenciar entre a fantasia e a realidade. (...) São também é poder distinguir entre doença mental e sanidade. Uma maneira real de distinguir doença mental e sanidade é observando se o padrão de comportamento de um indivíduo causa problemas em sua vida. Lavar as mãos até tirar a pele ou de maneira tão freqüente que chegue a afetar suas atividades diárias, por exemplo, é um sinal de doença mental. SM, como qualquer outro comportamento, pode ser um sinal de problemas psiquiátricos. Entretanto, a vasta maioria de seus praticantes considera que o SM enriquece suas vidas, inclusive reconhecendo melhorias em outras áreas de suas existências.

Consensual é respeitar os limites impostos por cada um dos participantes durante todo o tempo. Consentimento é o ingrediente primordial, fundamental do SM. Uma diferença entre estupro e intercursos sexual é o consentimento. Uma diferença entre violência e SM é o consenso. O mesmo comportamento pode ser criminoso sem o consentimento e muito prazeroso com o consentimento. O tipo e os parâmetros de controle são acordados entre os envolvidos e o consentimento de todos é necessário.

(<http://www.desejosecreto.com.br/oquee/ncsf02.htm>)

A pedagogia exigida para praticar o BDSM é apontada como algo necessário e legitimador, assim como a capacidade de distinguir entre fantasia e realidade. O argumento ao redor do SSC surge em relação ao reconhecimento do papel da violência na erotização típica do BDSM. De fato, ela é tão presente e por definição parte dele que aquilo que separa o BDSM da violência (sexual) é apenas o consentimento. Assim, o consentimento torna-se o ponto central de fixação do conceito de BDSM enquanto algo legítimo e não patológico. Ele é complementado pela noção, um pouco difusa, de bem-estar físico e psíquico expressos pelo São e Seguro. Se o indivíduo sente-se emocional e fisicamente confortável com o que realiza, então é legítimo. Contudo, diferente do consentimento, o bem-estar é um critério de auto-avaliação, e sua importância assume um lugar secundário nas discussões sobre o tema e nos argumentos sobre a capacidade de legitimar as atividades.

Os elementos que constituem o SSC servem como uma ferramenta de controle da comunidade de praticantes de BDSM sobre seus membros. Esse controle funciona mais pela exclusão do que pela sanção. Através dele é possível delimitar de maneira concisa e eficiente o conjunto de práticas e indivíduos legítimos. Todos os que não se encaixem estão de fora. Contudo, é imprescindível observar que não há um acordo comum sobre aplicações específicas desse conceito.⁵⁰ Por exemplo, sobre a necessidade do diálogo e da negociação:

[Há] *Alguns que sentem que a negociação - conversa - "quebra o clima". A imagem que eles passam é a de amantes que não precisam dizer nada; cada toque, cada ação é perfeita. É ótimo quando acontece, mas não acontece automaticamente.*

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex02.htm>)

Outro exemplo é sobre o uso da *safeword*:

Nem todo participante de jogos SM usam "safewords". Algumas pessoas dentro do SM não as acham úteis para o tipo de jogo que elas preferem, uma comunicação franca mais à frente é suficiente para elas. Alguns parceiros notam que a necessidade de uma "safeword" diminui gradualmente à medida que vão se conhecendo melhor. Algumas pessoas fazem um SM no qual o "bottom" não quer ter uma rota de fuga verbal, para que a cena dure. (Este jogo "no-safeword" é algumas vezes chamado também de "edge play" - radical!) Uma coisa que você irá aprender sobre a cena é que os estilos variam amplamente, e as experiências das pessoas são maravilhosamente diversas.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex03.htm>)

Neste quadro de argumentos, o consentimento sobressai-se como uma ferramenta eficiente no sentido de traçar uma linha clara entre a marginalidade/patologia e a normalidade, porque se apóia numa definição que pode ser assimilada mesmo por pessoas que não se interessem pelo BDSM. Parece existir um pragmatismo por detrás de toda a controvérsia dos debates, pois se ultrapassadas certas linhas o BDSM sai prejudicado. Assim, a verdade é que o debate sobre o SSC e outras formas de sancionar o BDSM são refinamentos do ingrediente primordial de legitimidade: o consentimento.

O SSC se liga a uma série de questões fundamentais para o BDSM. Seguindo uma história da origem do conceito disponível na Internet (<http://www.lthredge.com/ds/sse.pdf>), ele foi utilizado pela primeira vez no início dos anos 80 na "declaração de identidade e propósitos" de uma associação SM de homens

⁵⁰ Talvez um dos fatores que contribuam para essa percepção conflitiva seja o próprio ambiente dos fóruns e listas, onde esse discurso é produzido e/ou circula e é debatido. Os grupos de discussão virtuais são conhecidos por suas "guerras" de argumentação exaltadas com eventuais trocas de insultos causadas por desacordos (característica que não é única dos fóruns BDSM).

gays da cidade de Nova York, nos EUA. Atualmente, surgiram outras definições que buscaram ampliar o significado e a utilidade de um conceito que defina o BDSM. São termos como o RACK (*Risk Aware Consensual Kink*⁵¹), que colocam maior ênfase no fato de que as práticas são potencialmente perigosas, e que o consentimento deve passar necessariamente pela consciência desse risco. A existência de alternativas ao SSC, como o RACK, demonstram a percepção dos praticantes BDSM de que é preciso tentar definir muito claramente os limites da legitimidade de suas atividades. No discurso analisado, que se caracteriza por sua elaboração advinda de dentro da própria comunidade, cada nova formulação é trazido por um indivíduo ou sub-grupo de indivíduos. Estes conceitos são debatidos nas listas de discussão por e-mail e outros fóruns eletrônicos, e nos textos de formato "Manual" os resultados do desenvolvimento deste debate podem ser observados.

4.4 Diálogos com o "campo PSI"

4.4.1 Categorias sobre a subjetividade

Nos argumentos dos textos do tipo "Manual" a questão sobre a cause/origem do desejo erótico BDSM é abordada, mas para determinar que, assim como a orientação heterossexual ou homossexual, não se sabe ou pode definir claramente a origem de um determinado tipo de erotização. Portanto, o desejo BDSM não estaria ligado necessariamente a abusos na infância, por exemplo. Esse tipo de argumento demonstra o repúdio a uma interpretação mais psicologizante/psicanalítica dos transtornos sexuais. O atual critério classificatório de doenças mentais utilizado por psiquiatras não faz referência a processos ou estruturas psicológicas subjacentes aos sintomas comportamentais específicos de um diagnóstico, e este critério abre uma brecha para que se possa estabelecer uma diferenciação entre um comportamento patológico e outro ligado a um estilo de vida – esforço que é central ao argumento BDSM.

Assim, sua legitimação sai mais fortalecida ao afastar-se da busca à origem dos supostos processos mentais responsáveis pela preferência à prática BDSM. Contudo, paralelamente a isso, o BDSM é retratado como uma profunda e significativa experiência psicológica e emocional, ou mesmo espiritual. Este elemento soma-se à presença de referências literárias, que para além da polêmica ligação a Sade⁵², e Sacher-

⁵¹ Tara Consensual Ciente de Risco, numa tradução livre. Em 'Desejo Secreto', Kink é traduzido como "sacanagem". A definição dada pelo dicionário é, em sentido figurado, "perversão". (Houaiss, 1998)

⁵² Para quem o consentimento não era uma questão.

Masoch, faz associações do BDSM com o ideal de submissão ao ser amado do amor cortês da poesia provençal do século XII (Cf. Rougemont, 2003)⁵³. Esse tipo de referência ao BDSM como uma experiência intelectual ou espiritualmente enriquecedora, quando praticado de acordo com as regras e definições do SSC, é algo que também foi apontado em outros estudos que entrevistaram praticantes⁵⁴. Assim, o BDSM se desenvolve como um campo profundamente psicologizado, expresso pela preocupação em conscientizar sobre a capacidade de lidar com as “poderosas” forças psíquicas que podem ser despertadas pelas atividades BDSM, ou pela necessidade de constante diálogo e reflexão sobre a natureza das práticas e o significado de sua conexão com a fantasia (que muitas vezes pode existir num terreno brumoso de não-consentido).

Se você está preocupado sobre estar "muito envolvido com SM", isto significa que você é sensível ao seu desenvolvimento espiritual e sexual, o que significa que você tem menos com o que se preocupar. Confie nos seus instintos. SM não é nada mais do que liberar a energia poderosa que existe em todos nós e ser capaz de experimentar esta energia com e através dos outros. Isto é muito íntimo e amoroso. Mesmo uma cena pesada, envolvendo dominação cruel e muito dor, é um ato de amor; e um dos tipos mais profundos. Isso demanda muita confiança e uma grande conexão entre as pessoas envolvidas para criar tal cena.

(<http://www.desejosécreto.com.br/altsex/altsex27.htm>)

São estes elementos que sugerem que o BDSM é uma experiência que exige ou desenvolve uma predisposição e um preparo psíquico/emocional que, em certo sentido, eleva o indivíduo a um patamar superior. A valorização da subjetividade dos praticantes e a comunicação entre eles são os valores positivos máximos de uma moral centrada justamente na capacidade de expressar a vontade individual, e onde o condenável é exatamente o indivíduo não se expressar/comunicar. A recomendação de uma profunda reflexão e análise interior necessários para a prática BDSM, justificada pela necessidade de manter a segurança, aparecem no exemplo abaixo:

Se você tem dúvidas sobre seu próprio valor e se você pensa que ser um submisso (ou se isso é uma idéia decorrente) pode servir para confirmar e consolidar sua auto estima negativa, é muito importante que você pare e pense seriamente se você deve praticar o D/S nessa fase da sua vida. A resposta pode muito bem ser "não" (e por outro lado, se você está pensando em dominar alguém que quer se submeter porque pensa que não merece o bem, você deve considerar se você quer um parceiro que pensa tão mal de si mesmo). No geral, é primordial que qualquer um que pratique o SM pesquise bem suas motivações e limitações e

⁵³ Essa relação ganha um significado semelhante àquele que pode ser encontrado no discurso de afirmação da identidade gay que identifica no homoerotismo da antiguidade um precursor da experiência homossexual atual.

⁵⁴ Making Sense of S&M: A Discourse Analytic Account. Taylor, G & Ussher, J. Sexualities, 23001. SAGE Publications, London. Vol 4(3): 293-314. Artigo número 3, Campo Atual não Médico pesquisa “A Sexualidade nas Classificações Psiquiátricas”.

ser claro se o SM (em qualquer nível) é auto realizador ou auto destrutivo. Não pode ser tudo preto e branco, da mesma forma que, podem existir algumas atividades ou papéis, ou mesmo palavras em particular que farão com que você se sinta inseguro, com medo, ou sem valor e você pode muito bem querer evitar essas atividades/papéis/palavras. É exatamente para isso que existe a negociação, você tem o direito de fazer aquilo que o faz se sentir bem e de evitar aquilo que não te faz bem e você também tem o direito de insistir para que o seu parceiro respeite suas limitações (isto serve para qualquer relacionamento, é claro, BDSM ou não). O questionamento de "quando as relações dom/sub se tornam excessivas ou abusivas" é freqüente no s.s.b-b e por uma boa razão; é um fato importante que o BDSM às vezes pode ser terapêutico, mas não é de maneira alguma um substituto para a terapia.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex05.htm>)

4.4.2 Psiquiatria e consentimento

O diálogo com a saúde mental na legitimação do BDSM é constante. Ele aparece no SSC, e principalmente na preocupação com a distinção entre o comportamento normal e o patológico. Nos textos classificados como "Manual" os argumentos sobre a legitimação do BDSM reconhecem a questão da classificação médica da sexualidade. Contudo, não há embate com a medicina. A classificação psiquiátrica é abordada de forma a legitimar as práticas BDSM. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (DSM) é comumente citado, no sentido de estabelecer e esclarecer a diferença entre o que seria um comportamento determinado por um transtorno mental de natureza sexual, a parafilia; e o comportamento sexual não patológico defendido pelos praticantes de BDSM. A forma atual da definição dos transtornos mentais parece satisfatória para os praticantes de BDSM

À medida que mais pesquisas vêm sendo publicadas, principalmente nos últimos anos, a comunidade médica, incluindo a sua parcela dedicada à saúde mental, começa a aceitar que o SM não só é seguro como é também uma aspiração legítima.

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-IV), SM, em si mesmo, não é uma doença mental. Nos critérios diagnósticos tanto de sadismo como de masoquismo, o DSM-IV estabelece que o SM somente torna-se uma disfunção diagnosticável quando:

As fantasias, urgências ou comportamentos sexuais levam a sofrimento ou prejuízo clinicamente significativos (por exemplo, tornam-se obrigatórios, acarretam disfunção sexual, exigem a participação de indivíduos sem o seu consentimento, trazem complicações legais ou interferem nos relacionamentos sociais).

Além disso, o DSM-IV claramente distingue o comportamento sexual não patológico, estabelecendo que:

Uma parafilia deve ser diferenciada do uso não-patológico de fantasias sexuais, comportamentos ou objetos como estímulo para a excitação sexual.

(<http://www.desejosecreto.com.br/oquee/ncsf04.htm>)

Contudo, a relação com o campo científico não é de inteira cumplicidade. Entende-se que grande parte do preconceito e marginalização contra as práticas associadas ao BDSM tem base em análises tendenciosas ou são provenientes de estudos enviesados que abordam apenas o lado patológico, ou antes, os indivíduos patológicos ligados ao BDSM. Esse tradicional estigma da perversão sexual é, no fim das contas, o que o discurso de legitimação do BDSM tenta combater:

Quase todos os livros escritos sobre o SM e outras práticas alternativas deste século foram escritos por psicólogos e terapeutas (isto é, pessoas que não participam da cena) e quase todos retratam o SM como uma prática perigosa, que apenas pessoas "insanas" praticam. A razão? Indivíduos sãos não foram estudados, ou seja, os sujeitos estudados estavam procurando por tratamento psicológico com os autores dos livros! Os "estudos" ignoraram completamente muitas e muitas pessoas muito-bem ajustadas, felizes, que também praticam o SM. É fácil concluir que o SM é perigoso quando sua experiência passa apenas por pessoas que têm desajustes psicológicos, e quando você não está interessado em apresentar uma visão equilibrada (como poucos autores têm -- os psicólogos podem julgar o comportamento sexual alheio, como qualquer outro o pode).

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex23.htm>)

Assim, a linha clara de demarcação da aliança entre o argumento de legitimação do BDSM e o campo médico-científico é o critério de diagnóstico estabelecido pela Associação Psiquiátrica Americana a partir da 3ª Edição do seu Manual Diagnóstico e Estatístico (de 1980)⁵⁵. Este critério de fato utiliza a idéia de sofrimento mental ou incapacitação para o convívio social como forma de definir o transtorno mental em um indivíduo. Este é um dos critérios obrigatórios em que se deve basear o diagnóstico, e se liga no discurso BDSM ao uso da idéia de bem-estar e segurança físicos e emocionais.

*Eventos mais recentes na comunidade psiquiátrica mostraram uma mudança na opinião sobre o SM. "The Diagnostic and Statistical Mental Disease" - Manual Diagnóstico e Estatístico de Condições Psiquiátricas - é um documento produzido pela American Psychiatric Association - Associação Psiquiátrica Americana. O DSM - III, publicado no final dos anos 80, classificou "sadismo sexual" e "masoquismo sexual" como desordens para as quais é recomendado tratamento. A APA, no DSM - IV, reclassificou SM como não sendo necessariamente uma desordem, a menos que a prática do SM produza traumas emocionais gradativos significantes, ou que conduzam à morte, a ferimentos graves, ou à inabilidade. O DSM - IV é o reconhecimento da comunidade terapêutica de que o SM pode ser praticado de uma maneira psicologicamente saudável. Especificamente, DSM IV, © *1994*, página 529, §302.83, onde "masoquismo sexual" é classificado como*

⁵⁵ Critério que foi adotado pela Classificação Internacional de Doenças da OMS nos anos 90.

uma parafilia, não uma doença, sem maiores implicações negativas, a menos "que as fantasias, os ímpetos sexuais, ou comportamentos causem problemas ou impedimentos nas áreas sociais, ocupacionais ou em outras áreas importantes de funcionamento". O sadismo sexual é discutido duas páginas depois, § 302.84, com qualificações similares.

(<http://www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex23.htm>)

Contudo, no discurso BDSM o consentimento é muito mais discutido e frisado que a noção de bem-estar. A definição de BDSM 'legítimo' se dá principalmente através da idéia do ato sexual consentido. Quando dialoga com a psiquiatria, no entanto, sobressai-se o argumento ao redor da relação saudável que os praticantes têm com seus desejos. Por outro lado, a análise do desenvolvimento do discurso psiquiátrico sobre as parafilias no DSM revela que o consentimento também se tornou um dos critérios mais significativos, e por isso mais refinadamente elaborados, para definir um diagnóstico de transtorno da sexualidade. Por exemplo, a edição mais recente do DSM⁵⁶ (de 2000) faz as seguintes observações sobre modificações textuais em relação à edição anterior⁵⁷ (de 1994) na descrição das parafilias.

"Os critérios de importância clínica foram revistos, de modo a esclarecer que, para Pedofilia, Voyeurismo, Exibicionismo e Frotteurismo, se o indivíduo atuou segundo estes impulsos, ou as fantasias e impulsos sexuais geram acentuado sofrimento ou dificuldades interpessoais, então por definição existe importância clínica. Para Sadismo Sexual, se o indivíduo atuou segundo estes impulsos com uma pessoa sem consentimento, ou se os impulsos, fantasias ou comportamentos sexuais causarem acentuado sofrimento ou dificuldades interpessoais, então satisfaz-se o critério da importância clínica. Para as demais Parafilias, o critério da importância clínica é satisfeito se o comportamento, impulsos ou fantasias sexuais causarem sofrimento clinicamente significativo ou prejudicarem o funcionamento social, ocupacional ou outro. Obviamente, para que o diagnóstico seja atribuído, é necessário que o padrão específico de excitação parafilica também esteja presente." (DSM-IV-TR, 2002:783).

A comparação dos textos das 'Características Diagnósticas' das Parafilias nestas duas edições do DSM deixa mais clara a distinção que se buscou realizar. Na citação a seguir, as adições/modificações do DSM IV-TR se encontram entre colchetes no texto original do DSM IV, e demonstram a preocupação em diferenciar o uso dos critérios para os diferentes tipos de parafilias:

⁵⁶ DSM IV-TR [texto revisado]

⁵⁷ DSM IV

“As características essenciais de uma parafilia consistem de fantasias, anseios sexuais ou comportamentos recorrentes, intensos e sexualmente excitantes, em geral envolvendo 1) objetos não-humanos; 2) sofrimento ou humilhação, próprios ou do parceiro, ou 3) crianças ou outras pessoas sem o seu consentimento, ocorrendo durante um período mínimo de seis meses (Critério A). Em alguns indivíduos, as fantasias ou estímulos parafilicos são obrigatórios para a excitação erótica e [são] sempre incluídos na atividade sexual. Em outros casos, as preferências parafilicas ocorrem apenas episodicamente (por ex., talvez durante períodos de estresse), ao passo que em outras vezes o indivíduo [a pessoa] é capaz de funcionar sexualmente sem fantasias e estímulos parafilicos. [Para Pedofilia, Voyeurismo, Exibicionismo e Frotteurismo, o diagnóstico é feito se a pessoa realizou estes desejos ou se os desejos ou fantasias sexuais causaram acentuado sofrimento ou dificuldade interpessoais. Para Sadismo Sexual, o diagnóstico é feito se a pessoa realizou estes desejos com outra pessoa sem o seu consentimento ou se os desejos, fantasias sexuais ou comportamentos causaram acentuado sofrimento ou dificuldades interpessoais. Para as parafilias restantes, o diagnóstico é feito se] o comportamento, os anseios sexuais ou as fantasias causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (Critério B). A imaginação parafilica pode ser posta em ação com um parceiro sem o seu consentimento de modo a causar-lhe danos (como no Sadismo Sexual ou na Pedofilia).” (DSM-IV, 1995:495); (DSM-IV-TR, 2002:538-539)

De fato, podemos observar que o bem-estar é acionado junto com a ideia de que o comportamento patológico descrito é real, e não encenado. Já o consentimento ajuda a definir os diagnósticos “ativos”, dos quais a pedofilia é o caso à parte. Neia o bem-estar é completamente excluído, e a noção de um “pedófilo socialmente adaptado” é impensável, pois apenas o consentimento é utilizado como critério diagnóstico⁵⁸. As modificações mais significativas da introdução de um refinamento da noção de consentimento ficam aparentes na descrição dos critérios diagnósticos para “Sadismo Sexual” realizadas no DSM IV-TR. O “Critério A” para o estabelecimento do diagnóstico é igual tanto na edição do DSM IV quanto no DSM IV-TR, e ele diz respeito à definição pouco explorada de que os atos devem ser “reais, não simulados”:

“Ao longo de um período mínimo de 6 meses, fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamento envolvendo atos (reais, não simulados) nos quais o sofrimento psicológico ou físico (incluindo humilhação) da vítima é sexualmente excitante para o indivíduo.” (DSM-IV, 1995:502) (DSM-IV-TR, 2002:545)

⁵⁸ “Devido à natureza ego-sintônica da Pedofilia, muitos indivíduos com fantasias, desejos ou comportamentos pedofilicos não experimentam sofrimento significativo. É importante compreender que a vivência de sofrimento quanto às fantasias, desejos ou comportamentos não é necessária para um diagnóstico de Pedofilia. Indivíduos que têm um padrão pedofilico de excitação e realizam estas fantasias ou desejos com uma criança se qualificam para o diagnóstico de Pedofilia.” (DSM-IV, 1998:543)

O “Critério B” no DSM IV diz respeito apenas ao fato de que o indivíduo não se “adapta” aos seus desejos: “As fantasias, impulsos ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.” (DSM-IV, 1995:502). Contudo, este critério foi redefinido no DSM IV-TR, de forma que passasse a incluir também a ação contra parceiros que não consentem: “O indivíduo realizou estes desejos sexuais com outra pessoa sem o seu consentimento, ou os desejos ou fantasias sexuais causam acentuado sofrimento ou dificuldade interpessoal.” (DSM-IV-TR, 2002:545)

Através da utilização do critério de bem-estar o praticante de BDSM pode se distanciar do parafilico, pois ele não estaria sob estresse psíquico (excluindo o sofrimento causado pelo preconceito) e ainda mantém sua capacidade para o convívio social. A introdução do critério de ato sexual consentido no DSM IV-TR ainda não chegou a repercutir nas discussões BDSM encontradas na Internet. Contudo, a adoção desse critério acaba por favorecer o BDSM e de fato encontra significativa ressonância em seu discurso de legitimação. Na verdade, comparando as edições do manual de psiquiatria vemos que as categorias do funcionamento psico-social (o bem-estar) e do consentimento são utilizados pela própria psiquiatria contemporânea para definir as atividades patológicas de natureza parafilica. O ponto de fixação de ambas as categorias, que parece comum tanto à psiquiatria quanto ao discurso de legitimação do BDSM, é que se está definindo uma nova divisão entre comportamentos sexuais doentios e o livre exercício e expressão da sexualidade, mesmo que seja uma sexualidade “diferente”. O comportamento doentio, o discurso de legitimação do BDSM reconhece, pode até mesmo ser encontrado em alguns de seus praticantes. Mas neste caso, não serão considerados praticantes saudáveis ou legítimos. Inclusive, idealmente eles não dizem respeito ao BDSM, são *outra coisa*. Dizem respeito à psiquiatria, como é o caso da Pedofilia (que nunca envolve consentimento, porque diz respeito a sexo com crianças) ou do Sadismo Sexual não consentido/não simulado. A idéia subjacente é: os desejos BDSM em si não são patológicos, a maneira como o indivíduo se relaciona com eles e os põe em prática na sociedade é que determina sua saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo I apresentamos o modo como se estruturou, segundo Foucault, uma estreita relação entre as identidades sexuais e a psiquiatria. A partir de Lanteri-Laura revisamos o desenvolvimento dos saberes médico-científicos que ajudaram a moldar as concepções sobre a sexualidade. Utilizando autores como Oosterhuis procuramos mostrar como a medicalização da sexualidade foi um processo determinado tanto por médicos quanto pelos leigos: como no caso específico de *Psychopathia sexualis*, em que a colaboração entre os sujeitos rotulados como perversos e Krafft-Ebing, que definiu a nomenclatura clássica sobre o tema, parece ter sido intensa. Ou seja, as concepções sobre os comportamentos sexuais foram moldadas por diferentes interesses que dialogaram e se influenciaram mutuamente. Este fato prossegue no século XX, quando os personagens sociais identificados pela sua sexualidade passam a reivindicar direitos políticos e exigir serem reconhecidos como parcela legítima da sociedade e da cultura. Anteriormente rotulados como desviantes, estes personagens podem então buscar a “libertação” das concepções tradicionais que de algum modo contribuíram para a construção de suas identidades.

Contudo, como demonstrado no capítulo II, a independência das perversões em relação ao campo psiquiátrico-sexológico que lhes deu nascimento é relativa. Kutchins & Kirk relatam o complicado processo de despatologização do comportamento homossexual, marcado pelo enfrentamento do movimento *gay* com a psiquiatria americana. E a análise de Béjin sobre as representações do prazer e da atividade sexual que ganharam hegemonia no século XX demonstra que essas concepções estão baseadas no conhecimento e nas práticas gerados pela pesquisa sexológica. Elas determinaram o traçado de uma nova linha de demarcação das formas ideais da atividade sexual, ligada à reforma dessas concepções através de pesquisas que tornaram secundários os estudos sobre as perversões e privilegiaram a sexualidade “normal” negligenciada até então. No campo da “normalidade” das relações heterossexuais ocorre uma especificação das disfunções (as falhas) que impedem seu exercício, e a sexologia aplica uma lógica igualitária e de aperfeiçoamento individual a todas as formas de comportamento sexual.

A reivindicação política pelos direitos dos personagens identificados pelos desvios (as perversões) da sexualidade beneficia-se com os valores dessa “democracia sexual”. Penetram nesse campo as idéias de otimização e do uso racional dos prazeres alcançados através da pedagogia sexual que incentiva a comunicação e a expressão, e que valoriza os universos subjetivos individuais, as fantasias e os afetos. Portanto, as

noções de direitos e deveres no exercício da sexualidade também atingem os comportamentos anteriormente rotulados como desviantes e auxiliam na sua defesa. A análise de Béjin sobre estes ideais sexológicos coincide com as considerações de Gregori sobre as minorias sexuais, que podem então buscar e de fato alcançam a legitimidade através da adesão a esta lógica igualitária. Estes avanços ocorrem principalmente pela sexologia.

Quanto à psiquiatria, a história de seus desenvolvimentos conceituais sobre a sexualidade marginal demonstra o esforço de submetê-la à instituição médica. O reconhecimento dessas formas de sexualidade e a tentativa de defini-las e classificá-las encontram ressonância positiva entre os indivíduos que são singularizados no processo, principalmente no sentido de que adquirem uma existência discursiva legítima. Por outro lado, a medicina encontra resistência ao caracterizar esses comportamentos como patológicos. Para os leigos há um jogo de interesses entre o reconhecimento e a condenação. A relação da medicina com esse jogo de forças é ambígua, e ela colabora com a perseguição da sexualidade perversa, o que entretanto serve como reforço maior ao reconhecimento desses comportamentos⁵⁹. As concepções sobre as perversões puderam emancipar-se da medicina e reivindicar a despatologização desses comportamentos graças à caracterização médica da sexualidade como um atributo individual e natural dos sujeitos e que habita a sua mais profunda subjetividade, definindo-os totalmente.

O caso dos comportamentos sexuais denominados BDSM ilustra esses processos. Essas práticas se relacionam com as formas mais tradicionais de perversões sexuais definidas pela medicina no século XIX. Os desenvolvimentos conceituais psiquiátricos sobre esses comportamentos foram marcados pela tentativa de diferenciar os elementos morais e os de natureza patológica na raiz de sua origem. Marcou a definição das perversões uma divisão, às vezes inferida outras vezes explícita, entre dois tipos: um que remetia à idéia tradicional de devassidão (os perversos morais) e outro que se caracterizava de fato como uma patologia psiquiátrica (os perversos patológicos). Da patologia expressou-se tanto compaixão quanto condenação, pois transformava o sujeito numa vítima de sua própria natureza. Da devassidão apenas condenou-se sua imoralidade, pois ela era uma escolha, um vício adquirido ou perpetrado por maldade. Essa oposição remete ao embate entre o fisicalismo materialista fundamental do

⁵⁹ Como enunciado por Foucault.

pensamento médico-psiquiátrico e a valorização de teorias sobre a esfera moral, explicitada principalmente pela psicanálise, que redefine o papel e o valor da sexualidade e aproxima os comportamentos patológicos da normalidade. Esses comportamentos tiveram seu aspecto psicológico enfatizado, principalmente porque eles acionam a idéia de vontade e de escolha. Quanto aos perversos patológicos, sua representação ficou mais arraigada a uma determinação inevitável, por vezes entendida como animalidade ou mesmo pura materialidade⁶⁰.

Com as demarcações claras das fronteiras entre o que é uma forma desviante e uma forma normal do comportamento sexual progressivamente borradas, os indivíduos que têm as diversas identidades sexuais nascidas através da medicalização da sexualidade exigem o reconhecimento de que não estão do lado patológico da fronteira. Para isso, é significativa a distinção entre comportamentos de origem moral e os de origem patológica, ainda que ambos sejam reconhecidos como distintos da normalidade. Sublinhar a característica moral de um comportamento é ressaltar que ele ocorre pela vontade do indivíduo, ao invés de ser causado por um impulso incontrolável de sua natureza, e assim ajuda a aproximá-lo da normalidade. Desta forma, a tentativa de distinguir entre um comportamento patológico e um de natureza moral que marcou o esforço psiquiátrico na definição das formas perversas de sexualidade, ainda no século XIX, ecoa na reivindicação de direitos da identidade BDSM. Através da reforma dos valores atribuídos aos seus comportamentos sexuais, é possível que alcancem a legitimação de suas práticas.

Essa reforma pode ser observada no caso do BDSM pelo esforço de contenção dos conteúdos que o tornariam inaceitável, os seus elementos de violação. Eles são apaziguados e relativizados, remetidos às concepções sexológicas da atividade sexual como uma forma de melhorar o bem-estar individual e aperfeiçoar o prazer. Assim, purgam-se os elementos patológicos dessas atividades pela redefinição dos conceitos ético-morais que elas acionam. As fronteiras que esses comportamentos dividem com as formas consideradas estreitamente patológicas são reforçadas e demarcadas claramente. É possível alcançar a legitimidade não tanto pela despatologização das suas manifestações que são consideradas doença, mas pela valorização do que era considerado imoralidade. Por outro lado, na psiquiatria as pesquisas no domínio do patológico, representado pelas parafilias, se concentram na inflexão biológica e

⁶⁰ Materialidade química e/ou cerebral, na psiquiatria biológica atual.

determinista que a disciplina sofreu com a revisão terminológica e classificatória do DSM III em 1980. Foi essa mesma revisão que permitiu o avanço de argumentos que reivindicam a re-significação moral do BDSM, operando uma nova divisão entre comportamentos normais e patológicos, entre comportamentos oriundos da vontade e os determinados.

Considerando esses contextos, o discurso BDSM pode ser remetido aos padrões mais típicos das concepções sobre a sexualidade, ao invés de ser entendido como uma anomalia. A afirmação da autonomia política das identidades ligadas a estes comportamentos é um processo de negociação entre a determinação desses fenômenos pela instituição psiquiátrica, que os havia anteriormente classificados como desviantes; e o interesse dos que se identificam com as descrições médicas, mas querem libertá-las da marginalidade e da patologia. A mútua caracterização é evidente no uso do consentimento, da vontade e da escolha como critério de definição, aplicado tanto por leigos quanto por especialistas. O que se depreende do discurso BDSM tal como aparece nos sites da Internet é que os “ideólogos” do movimento dialogam francamente com as concepções médicas sobre a sexualidade.

A análise dos argumentos utilizados nesse discurso indica uma necessidade de “domesticar” os conteúdos violentos da prática BDSM, que tradicionalmente a caracterizaram como desviante. Essa “domesticação” se dá principalmente através da afirmação do caráter erótico não-subversivo das atividades e do fato de enfatizarem o autocontrole individual e a aderência a regras debatidas extensamente pelo grupo. Essas regras são baseadas na noção de consentimento como um elemento de distinção dos comportamentos criminosos, que são não consentidos. A presença do ideal igualitário de respeito ao outro une as diversas atividades englobadas pelo BDSM e rege o consentimento, demonstrando a forma como os praticantes entendem a necessidade de legitimar-se e às suas atividades ante o corpo social mais amplo. A tentativa de acomodar diversos pontos de vista liga-se à própria penetração das idéias igualitárias típicas do plano político no campo das representações sobre a sexualidade. O consentimento é um critério que garante que os limites aos direitos individuais não sejam ultrapassados, e é a principal forma de combater o preconceito e a marginalização. Pode-se observar que houve uma cristalização do tema do consentimento tanto no discurso leigo quanto médico como ferramenta capaz de estabelecer a distinção entre legítimo e ilegítimo, entre sadio e doente. O elemento

subversivo é retirado do erótico: o que é erótico não pode ser subversivo, e o que é subversivo não pode ser erótico.

As transformações que ocorreram no século XX sobre as concepções acerca da sexualidade são significativamente percebidas no discurso BDSM. Béjin descreve uma sexualidade instigada a aperfeiçoar os seus processos para maximizar seus resultados através de um cálculo racional do uso do prazer. A percepção de que o BDSM é uma experiência enriquecedora sexual, intelectual e espiritualmente remete ao uso de suas práticas como um modo de alcançar um resultado mais elevado e eficiente de prazer. Na verdade, um resultado de prazer único e distinto. Além disso, essa ideologia hedonista de melhoramento do desempenho sexual está atravessada pela noção de que todos têm direito a usufruir de seus prazeres. Esta igualdade de oportunidades em alcançar o prazer se mescla ao argumento de defesa das práticas BDSM, que afirma ser ela acessível a qualquer indivíduo, inclusive de qualquer orientação sexual. Permanece subjacente um elemento significativo: não há condenação moral ligada às práticas em si; o imoral é não levar em conta o desejo (ou o prazer) do outro.

O direito ao prazer é garantido pela racionalização da atividade sexual através dos ideais de comunicação e expressão da vontade individual. Eles são tão imprescindíveis que chegam a ser uma barreira à própria maximização do prazer. Isto é, se por um lado pode-se atingir um prazer ótimo através da expressão do desejo e da vontade, o respeito ao consentimento alheio na realização das fantasias age como um impedimento a este ideal. No BDSM este elemento fica claro no limite que o consentimento impõe às fantasias de erotização da violência, e na discussão sobre o “BDSM real”. Por detrás dessa contradição está o verdadeiro elemento que define o código moral expresso no BDSM, a valorização do sujeito como um ser capaz de perscrutar sua subjetividade para poder exprimir seus desejos e deles usufruir. Este é um modelo ideal de sujeito não apenas senhor de seus atos – capaz portanto de racionalidade e consentimento – mas também dono de uma capacidade de auto-exame, de auto-crítica e de diálogo com o outro. Este sujeito subentende uma compreensão de ser humano como um ente dotado de vontade individualizada e de uma “energia sexual poderosa” que é capaz de ser bem ou mal canalizada, perdida ou aumentada. Esta é uma concepção semelhante à sexológica, que naturaliza a sexualidade tratando-a como uma força que pode ser contida, sofrendo sufocada, ou que pode perder o rumo e se desperdiçar. É um forte contraste ao ideal de racionalidade necessária à disciplina e ao controle de si implicados nas regras do “BDSM play”. Assim, a capacidade de

expressão do desejo é secundada em importância apenas pela condenação do desrespeito ao desejo alheio. Nessa instância o consentimento aparece mais uma vez como ferramenta indispensável para articular essa moral. Não tanto como um elemento de legitimidade social, mas como um atributo ético individual que precisa ser indispensavelmente exercido para que se pratique o BDSM.

REFERÊNCIAS

- ARANHA FILHO, J. M. Tribos eletrônicas: usos & costumes. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: RNP, MCT, 1995.
- BATAILLE, G. **O Erotismo**. São Paulo: Arx, 2004.
- BÉJIN, A. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Org.) **Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.237-254.
- BULLOUGH, V. L. O desenvolvimento da sexologia nos EUA no início do século XX. In: PORTER, R.; TEICH, M. (Org.). **Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p.349-370.
- CORALIS, P. **Nunca te vi, sempre te amei: uma análise antropológica da idolatria a Madonna em um fã-clubes virtual**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- DUARTE, L. F. D. A *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciência das perversões (1ª&2ª partes). **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2/3, 1989.
- ECO, U. Cultura de massa e “níveis” de cultura. In: ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.33-67.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- GAGNON, J.H. Pesquisa sobre práticas sexuais e mudança social (1975). In: GAGNON, J. H. **Uma Interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. p.65-110.
- GIAMI, A. A Medicalização da sexualidade. Foucault e Lantéri-Laura: história da medicina ou história da sexualidade? **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.259-284, 2005.
- GREGORI, M. F. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. In: GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A.; CARRARA, S. (Org.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. p.235-255.
- HOUAISS, A.; CARDIM, I.; GUEDES, P. V. et al. **Dicionário inglês-português**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

JUNGBLUT, A. L. A Heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, p. 97-121, 2004.

KUTCHINS, H.; KIRK, S. A. The Fall and rise of homosexuality. In: KUTCHINS, H.; KIRK, S. A. **Making us crazy: DSM: the psychiatric bible and the creation of mental disorders**. New York: Free Press, 1997.

LANTERI-LAURA, G. **Leitura das perversões: história de sua apropriação médica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo. Editera 34, 1996.

LIRA, L. C. Seja livre, seja magra: um estudo das representações e práticas corporais das "pró-aras" (jovens mulheres que fazem apologia à anorexia). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPOCS, 2005.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MANUAL Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-IV-TR. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OOSTERHUIS, H. Richard von Krafft-Ebing's "step children of nature". psychiatry and the making of homosexual identity. In: ROSARIO, V. (Org.) **Science and homossexualities**. New York: Routledge, 1997. p. 67-88.

ROUGEMONT, D. **A história do amor no ocidente**. São Paulo: Ediouro, 2005.

RUSSO, J. A. Sexualidade e classificação psiquiátrica: o caso das disfunções sexuais. In: CÁCERES, C.; CAREAGA, G.; FRASCA, T.; PECHENY, M (Org.) **Sexualidad, estigma y derechos humanos**. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2006. p.271-283.

RUSSO, J. A.; VENANCIO, ATA. Humanos demasiadamente orgânicos: um estudo comparativo de diferentes versões de um manual psiquiátrico. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 5., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2003.

RUSSO, J. A. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A.; CARRARA, S. (Org.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. p.95-114.

VIANNA, H. As Tribos da internet. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: RNP, MCT, 1995.

WILSON, S. M.; PETERSON, L. C. The Anthropology of online communities. **Annual Review of Anthropology**. Califórnia, v. 31. p. 449-467, 2002. Disponível em: <

<http://arjournals.annualreviews.org/dci/abs/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085436>>

. Acesso em: mar. 2007.

Bibliografia Consultada

- ALLEN, G. The Double-edged Sword of Genetic Determinism – Social and Political Agendas in Genetic Studies of Homosexuality, 1940-1994. In ROSARIO, V (Org.). Science and Homossexualities. New York, London: Routledge, 1997.
- DUARTE, LFD. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: GREGORI, MF; PISCITELLI, A; CARRARA, S. (Org.). Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- FREIRE, J. A Inocência e o Vício: Estudos sobre o homøerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992
- FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, P. Para Inglês ver – identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FRY, P & MACRAE, E. O que é homossexualidade?. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- GIBSON, M. Clitoral Corruption: Body Metaphors and American Doctor's Constructions of Female Homosexuality, 1870-1900. In: ROSARIO, V. (Org.). Science and Homossexualities. New York, London : Routledge, 1997.
- KENNEDY, H. Karl Heinrich Ulrichs, First Theory of Homosexuality. ROSARIO, V. (Org.). Science and Homossexualities. New York, London : Routledge, 1997.
- LAQUEUR, T. Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- SCHIEBINGER, L. Skeletons in the Closet: The first illustrations of the female skeleton in Eighteenth-Century Anatomy. In LAQUEUR, T. The Making of the Modern Body: Sexuality and society in the Nineteenth Century, University of Clalifornia Press, Berkeley, 1987.
- STEAKLEY, J. *Per scientiam ad justitiam*: Magnus Hirschfeld and the Sexual Politics of Innate Homosexuality. In: ROSARIO, V. (Org.). Science and Homossexualities. New York, London : Routledge, 1997.
- TERRY, J. The Seductive Power of Science in the Making of Deviant Subjectivity. In: ROSARIO, V. (Org.). Science and Homossexualities. New York, London : Routledge, 1997.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico In: *Physis – sexualidade e saúde coletiva*. Vol.5, número 1. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1995.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: COUTO, GL (Org.). *O corpo Educado -- pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GLOSSÁRIO

Anamênese – Informação acerca do princípio e evolução duma doença até a primeira observação do médico.

Clínica – A prática médica. *Clinica médica*: A parte da medicina que trata de doenças suscetíveis de terapêutica medicamentosa, clínica geral, medicina interna.

Etiologia – A parte da medicina que trata da origem das doenças.

Nosografia – Descrição ou classificação metódica das doenças.

Psicogênese – Estudo da origem e da evolução das funções psíquicas.

Psicopatologia – Patologia das doenças mentais.

Taxionomia – Ciência da classificação.

Fonte: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e J.E.M.M., Editores, LTDA. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1971.

ANEXOS

ANEXO A - traduções de citações em língua inglesa

TRADUÇÃO 1

“Ao publicar cartas e autobiografias e ao citar declarações de seus pacientes *ad verbatim*, Krafft-Ebing permitiu que fossem ouvidas vozes que geralmente eram silenciadas. (...) Evidentemente, leitores contemporâneos interpretaram o trabalho de Krafft-Ebing de várias formas e, em grande parte, ‘pervertidos’ deram seu próprio significado aos seus sentimentos e experiências sexuais. *Para muitos deles o livro era claramente o ímpeto à auto-consciência e auto-expressão.* (...) ‘Pervertidos’ começaram a falar por si mesmos, e eles estavam em busca de modelos com os quais se identificar. Apesar do preconceitos médico, muitas histórias de caso em *Psychopathia Sexualis serviram como negociadores, ligando a dolorosa introspecção individual – o reconhecimento auto-consciente de que se é uma tipo de pessoa desviante – e identificação social – o confortável senso de pertencimento a uma comunidade de pessoas mentalidades iguais.*” (Oosterhuis, 1997:80-81. Grifos meus)

TRADUÇÃO 2

“Houve uma transformação de uma profissão centrada na prática privada, psicoanaliticamente baseada para uma disciplina orientada à pesquisa, dominada pela universidade e influenciada pela abordagem descritiva de Emil Kraepelin.” (Kutchins & Kirk, 1997:64)

TRADUÇÃO 3

“A busca por uma definição satisfatória de ‘transtorno mental’ e a criação de um sistema classificatório livre de conceitos psicanalíticos parecem estar muito distantes das preocupações de ativistas gay, mas o debate sobre estes dois problemas teve um papel central no esforço de remoção do diagnóstico de homossexualidade do DSM. A des-classificação do diagnóstico de homossexualidade deve ser compreendida no contexto do debate mais amplo dentro da APA sobre a eliminação de pressupostos psicanalíticos das formulações teóricas do conceito de doença mental.” (Kutchins & Kirk, 1997:65)

TRADUÇÃO 4

“Nessa visão, uma que parece consoante com a atual teoria e prática antropológica, é que a distinção entre comunidade real e imaginada ou virtual não é útil, e que uma abordagem antropológica é bem adaptada à investigação do continuum de comunidades, identidades e redes que existem – da mais coesa a mais difusa – independente das formas como os membros da comunidade interagem.” (Wilson & Peterson, 2002:456-7)

TRADUÇÃO 5

Não há dúvida que muitas pessoas que praticam BDSM consensual gostam de fantasias envolvendo atos não-consensuais de bondage, dominação, submissão, sadismo e/ou masoquismo. Mas no que diz respeito à vida real, consentimento é de importância fundamental. Uma história pode incluir atos não consensuais e ainda ser uma história SM; uma relação SM pode se tornar abusiva enquanto permanece uma relação SM; mas quando as pessoas aqui na a.s.b. e na cena maior conversam sobre SM como ele tem que ser e deve ser (e na minha experiência, como geralmente é), elas querem dizer SM consensual, saudável.

(<http://www.unrealities.com/adult/ssbb/q.htm>)

ANEXO B - Lista de desvios/transtornos sexuais em três versões do DSN (II, III e IV)

DSM II

DISTURBIOS DA PERSONALIDADE E OUTROS DISTÚRBIOS MENTAIS NÃO-PSICÓTICOS

DESVIOS SEXUAIS

Homossexualidade
Fetichismo
Pedofilia
Travestismo
Exibicionismo
Voyeurismo
Sadismo
Masoquismo
Outros desvios sexuais

DSM III

PSYCHOSEXUAL DISORDERS

GENDER IDENTITY DISORDERS

*Transsexualism,
Gender identity disorder of childhood
Atypical gender identity disorder*

PARAPHILIAS

*Fetishism
Transvestism
Zoophilia
Pedophilia
Exhibitionism
Voyeurism
Sexual masochism
Sexual sadism
Atypical paraphilia*

PSYCHOSEXUAL DYSFUNCTIONS

*302.71 Inhibited sexual desire
302.72 Inhibited sexual excitement
302.73 Inhibited female orgasm
302.74 Inhibited male orgasm
302.75 Premature ejaculation
302.76 Functional dyspareunia
306.51 Functional vaginismus
302.70 Atypical psychosexual dysfunction*

OTHER PSYCHOSEXUAL DISORDERS

*302.00 Ego-dystonic homosexuality
302.89 Psychosexual disorder not elsewhere classified*

DSM IV

SEXUAL AND GENDER IDENTITY DISORDER

SEXUAL DYSFUNCTIONS

The following specifiers apply to all primary Sexual Dysfunctions:

Lifelong Type/Acquired Type/ Generalized Type/ Situational Type/ Due to Psychological Factors/ Due to Combined Factors

*Sexual Desire Disorders

302.71 Hypoactive Sexual Desire Disorder

302.79 Sexual Aversion Disorder

*Sexual Arousal Disorders

302.72 Female Sexual Arousal Disorder

302.72 Male Erectile Disorder

*Orgasmic Disorders

302.73 Female Orgasmic Disorder

302.74 Male Orgasmic Disorder

302.75 Premature Ejaculation

*Sexual Pain Disorders

302.76 Dyspareunia (Not Due to a General Medical Condition)

306.51 Vaginismus (Not Due to a General Medical Condition)

*Sexual Dysfunction Due to a General Medical Condition

625.8 Female Hypoactive Sexual Desire Disorder Due to ...

608.89 Male Hypoactive Sexual Desire Disorder Due to ...

507.34 Male Erectile Disorder Due to ...

625.0 Female Dyspareunia Due to ...

626.0 Male Dyspareunia Due to ...

625.8 Other Female Sexual Dysfunction Due to Other Male Sexual Dysfunction Due to ...

----- Substance-Induced Sexual Dysfunction

Specify if: With Impaired Desire/ With Impaired Arousal/ With Impaired Orgasm/With Sexual

Pain

Specify if: With Onset During Intoxication

302.70 Sexual Dysfunction NOS (Not otherwise specified)

PARAPHILIAS

302.4 Exhibitionism

302.81 Fetishism

302.89 Frotteurism

302.2 Pedophilia

Specify if: Sexually Attracted to Males/Sexually Attracted to Females/Sexually Attracted to

Both

Specify if: Limited to Incest

Specify type: Exclusive Type/Nonexclusive Type

302.83 Sexual Masochism

302.84 Sexual Sadism

302.3 Transvestic Fetishism

Specify if: With Gender Dysphoria

302.82 Voyeurism

302.9 Paraphilia NOS

GENDER IDENTITY DISORDERS

302.xx Gender Identity Disorder

.6 *in Children*

.85 *in Adolescents or Adults*

Specify if: Sexually Attracted to Males/Sexually Attracted to Females/Sexually Attracted to

Both/ Sexually Attracted to Neither

302.6 Gender Identity Disorder NOS

302.9 Sexual Disorder NOS

ANEXO C - Imagem do site 'Desejo Secreto'

Página de abertura com o Menu de Navegação à esquerda.



ANEXO D - Imagem do site 'Desejo Secreto' o que é BDSM

Seção 'O que é BDSM', página de introdução.

The screenshot shows a web browser window displaying the page 'O Que é BDSM?' on the website 'www.desejosecreto.com.br/oque/oque.htm'. The browser's address bar shows the URL. The page has a dark background with white text. On the left side, there is a vertical navigation menu with various categories like 'Editorial', 'O que é BDSM', 'Depoimentos', etc. The main content area is titled 'O Que é BDSM?' and contains text explaining the acronym and the National Council on Sexual Freedom (NCSF). The text is partially obscured by a dark overlay, but some words are visible.

O Que é BDSM?

NCSF - The National Council for Sexual Freedom

O que é a NCSF?

A NCSF (National Council for Sexual Freedom) (Conselho Nacional para a Liberdade Sexual) é uma organização sediada no Estado Virgínia da América do Norte (USA) dedicada a promover a liberdade de expressão sexual e a educação sexual através de programas de educação, pesquisa e advocacy. A NCSF é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para promover a liberdade sexual e a educação sexual através de programas de educação, pesquisa e advocacy. A NCSF é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para promover a liberdade sexual e a educação sexual através de programas de educação, pesquisa e advocacy.

Para mais informações sobre a NCSF, visite o nosso site e inscreva-se em nossa lista de e-mail: www.ncsf.org

Seção 'Alt.sex.bondage FAQ', página de introdução.

The screenshot shows a web browser window displaying the page 'The sex.subcultura.bondage-bdsm FAQ LIST' on the website 'www.desejosecreto.com.br/altsex/altsex.htm'. The browser's address bar shows the URL. The page has a dark background with white text. On the left side, there is a vertical navigation menu with various categories like 'Editorial', 'O que é BDSM', 'Depoimentos', etc. The main content area is titled 'The sex.subcultura.bondage-bdsm FAQ LIST' and contains text explaining the purpose of the FAQ list. The text is partially obscured by a dark overlay, but some words are visible.

The sex.subcultura.bondage-bdsm FAQ LIST

O objetivo desta lista de perguntas e respostas é fornecer informações e esclarecer dúvidas sobre a prática de BDSM e a cultura sexual. Esta lista de perguntas e respostas é uma ferramenta para ajudar a comunidade BDSM a entender melhor a prática e a cultura sexual. Esta lista de perguntas e respostas é uma ferramenta para ajudar a comunidade BDSM a entender melhor a prática e a cultura sexual.

Esta lista de perguntas e respostas é uma ferramenta para ajudar a comunidade BDSM a entender melhor a prática e a cultura sexual. Esta lista de perguntas e respostas é uma ferramenta para ajudar a comunidade BDSM a entender melhor a prática e a cultura sexual.

As FAQs

- 01 - O que é BDSM?
- 02 - O que é uma sessão de BDSM?
- 03 - Como se prepara para uma sessão de BDSM?
- 04 - Como se prepara para uma sessão de BDSM?